Biblioteca/CLDF

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano VIII Nº 213

Brasília, quarta-feira, 24 de novembro de 1999

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA
Presidente: Edimar Pireneus (PMDB)
Vice-Presidente: Gim Argello (PFL)
1º Secretário: Wasny de Roure (PT)
2º Secretário: Daniel Marques (PMDB)
3º Secretário: Benício Tavares (PTB)
Suplentes da Mesa: César Lacerda (PTB) e Chico Floresta (PT)

I -COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Presidente: Anilcéia Machado (PSDB)
Vice-Presidente: Renato Rainha (PL)
Membros Efetivos: Sílvio Linhares (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Anilcéia Machado (PSDB), Wilson Lima (PSD), Alírio Neto (PPS), Renato Rainha (PL), e Benício Tavares (PTB)
Suplentes: Daniel Marques (PMDB), Chico Floresta (PT), Rajão (PSDB), Aguinaldo de Jesus (PFL), Rodrigo Rollemberg (PSB), Agrício Braga (PL) e César Lacerda (PTB)

II -COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Presidente: João de Deus (PDT),
Vice-Presidente: César Lacerda (PTB)
Membros Efetivos: DanielMarques (PMDB), Wasny de Roure (PT), Aguinaldo de Jesus(PFL), Rodrigo Rollemberg(PSB), João de Deus(PDT), César Lacerda(PTB) e Xavier (PPB)
Suplentes: Jorge Cauhy (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Anilcéia Machado (PSDB), Alírio Neto (PPS)Maria José-Maninha (PT), Benício Tavares (PTB) e Renato Rainha (PL)

III -COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
Presidente: Lúcia Carvalho (PT)
Vice-Presidente: Maria José-Maninha (PT)
Membros Efetivos: Lúcia Carvalho (PT), Maria José-Maninha (PT), Jorge Cauhy (PMDB), Agrício Braga(PL), Tatico (PSC), Rajão (PSDB) e José Edmar (PMDB)
Suplentes: Chico Floresta (PT), Paulo Tadeu (PT), Daniel Marques (PMDB), Renato Rainha (PL), Rodrigo Rollemberg (PSB), Wilson Lima (PSD) e Sílvio Linhares (PMDB)

IV -COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Presidente: José Edmar (PMDB)
Vice-Presidente: Chico Floresta (PT)
Membros Efetivos: José Edmar (PMDB), Chico Floresta (PT), Wilson Lima (PSD), Alírio Neto (PPS), Wasny de Roure (PT), César Lacerda (PTB) e Sílvio Linhares (PMDB)
Suplentes: Jorge Cauhy (PMDB),Paulo Tadeu (PT), Anilcéia Machado (PSDB), Rodrigo Rollemberg (PSB), Lúcia Carvalho(PT), Benício Tavares (PTB) e Daniel Marques (PMDB)

V -COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Presidente: Xavier (PPB)
Vice-Presidente: César Lacerda (PTB)
Membros Efetivos: Jorge Cauhy (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Rajão (PSDB), Rodrigo Rollemberg (PSB), César Lacerda (PTB), Xavier (PPB) e Renato Rainha (PL)
Suplentes: Daniel Marques (PMDB),Chico Floresta (PT), Aguinaldo de Jesus (PFL), Alírio Neto (PPS), Benício Tavares (PTB), Tatico (PSC) e Agrício Braga (PL)

Sumário

Atas 1
Leis 73
Redação Final 74
Comissões 74
Mesa Diretora 79

Atas

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

ATA DA 63ª
(SEXAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

EM 15 DE OUTUBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Edimar Pireneus e Gim.

SECRETARIA: Deputados Gim e Xavier.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 10 horas e 11 minutos.

TÉRMINO: 10 horas e 19 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Gim):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - ORDEM DO DIA

ITEM ÚNICO: Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 826, de 1999,** de autoria do Executivo local que, "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 99.964.000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais)".

- Parecer favorável da relatora da CCJ, Deputada Anilcéia Machado.

APROVADO por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado Daniel Marques.

APROVADO por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

- Votação do projeto em 1º turno:

APROVADO por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Gim):

- Convoca os Srs. Deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Gim Argello a secretariar os trabalhos da Mesa.

Esta Presidência suspenderá a sessão por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 9h36min, a sessão é reaberta às 10h.)

(Assume a Presidência o Deputado Gim Argello.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Xavier a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal
Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Vice-Presidência
Coordenador
Randal Martins Junqueira
Editora Executiva
Neici Maria Stein
Reg. Prof. 147/02/62-MTb-DF
Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Redação: 348.8412 - 348.8963
SAIN - Parque Rural 70086-900 - Brasília-DF

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Data: 15/10/99
Horário: 10 00

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
AGRÍCIO BRAGA - PL		X	
AGUINALDO DE JESUS - PFL	X		
ALÍRIO NETO - PPS		X	
ANILCÉIA MACHADO - PSDB	X		
BENÍCIO TAVARES - PTB	X		
CÉSAR LACERDA - PTB		X	
CHICO FLORESTA - PT	X		
DANIEL MARQUES - PMDB	X		
JORGE CAUHY - PMDB	X		
JOÃO DE DEUS - PDT	X		
GIM ARGELLO - PFL	X		
JOSÉ EDMAR - PMDB	X		
JOSÉ RAJÃO - PSDB	X		
JOSÉ TATICO - PSC		X	
LUCIA CARVALHO - PT		X	
MANINHA - PT	X		
PAULO TADEU - PT		X	
RODRIGO ROLLEMBERG- PSB	X		
RENATO RAINHA - PL		X	
SILVIO LINHARES - PMDB		X	
XAVIER - PPB	X		
WASNY DE ROURE - PT		X	
WILSON LIMA - PSD	X		
EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X		
TOTAL	15	9	

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Estão presentes 15 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. sabe que dia é hoje? Hoje é dia 15 de outubro. V.Exa. sabe o que comemoramos hoje? Comemoramos o Dia dos Professores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso da palavra primeiramente para dizer a V.Exas. que promovemos no Gama uma festa de aniversário da cidade. Foram onze dias de festa. A maior comemoração que se poderia fazer em uma cidade do Distrito Federal aconteceu com a Festgama - anteriormente chamada Fagama.

Parabenizo a cidade do Gama pelo transcurso do seu 39º aniversário. Os promotores da Festgama, o Administrador da cidade e a Associação Comercial estão de parabéns pelo brilhante evento.

Quero, também, parabenizar todos os professores, inclusive os professores Daniel Marques e Lucia Carvalho. A partir de hoje, passarei a tratá-los como Prof. Daniel e Prof. Lucia. Homenageando esses dois professores, estarei homenageando todos os professores do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveitando o entusiasmo e o bom humor do Deputado Wilson Lima, quero também, como professor da Fundação Educacional do Distrito Federal desde 1970, congratular-me com os meus colegas professores pelo trabalho que fazem e pela importância da educação no Distrito Federal.

Nesta Casa, há ainda a Prof. Lucia Carvalho, também da Fundação Educacional.

Portanto, quero deixar registrado nos Anais desta Casa a minha solidariedade e os parabéns pelo Dia dos Professores.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Passa-se aos Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

Expediente.

MENSAGEM
Nº 405 /99-GAG **Brasília, 11 de OUTUBRO de 1999.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei nº. 2.288, de 08 de janeiro de 1999), crédito suplementar, destinado a custear despesas de diversas unidades, mediante o excesso de arrecadação da fonte 100 – Ordinário não vinculado, e de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento, nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e consoante Quadros Anexos.

O referido projeto decorre da impossibilidade de utilização do permissivo estabelecido no art. 7º, da Lei nº. 2.228, de 08 de janeiro de 1999, e, ainda, da necessidade de promoção de ajustes nas despesas com pessoal e encargos sociais, para o corrente exercício.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Governador em Exercício

A Sua Excelência Senhor
Dep. EDIMAR PIRENEUS CARDOSO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
N E S T A

PROJETO DE LEI Nº . DE DE PL 826 /99

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 99 964 000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais)

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei nº 2 288, de 08 de janeiro de 1999), para o exercício financeiro de 1999, crédito suplementar, no valor de R$ 99 964 000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais), em favor de diversas unidades orçamentarias, para tender às programações orçamentarias constantes do Anexo III

Art 2º Os recursos necessários ao atendimento do credito decorrerão de

I - excesso de arrecadação , no valor de R$ 81 924 000,00 (oitenta e um milhões, novecentos e vinte e quatro mil reais), nos termos do art 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964,

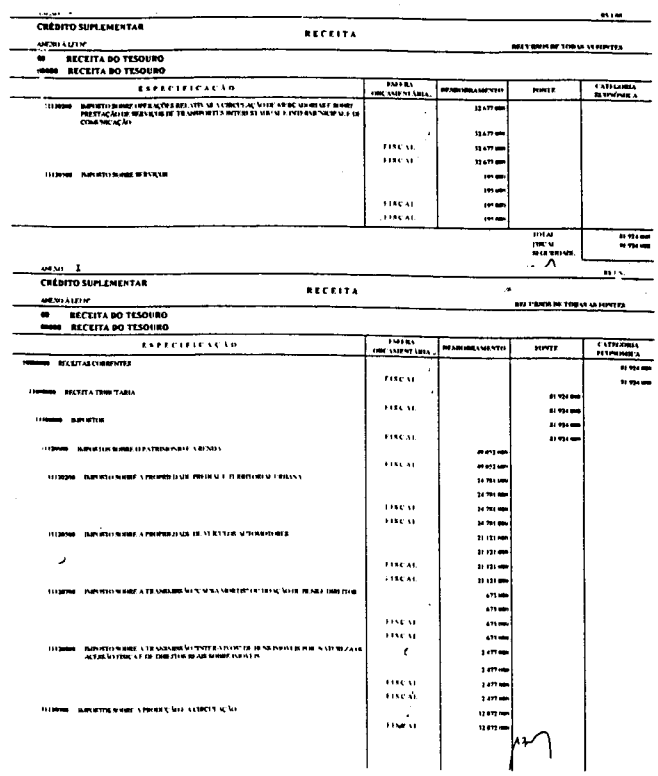
II - anulação parcial de dotações orçamentarias consignadas ao vigente orçamento, no valor de R$ 18 040 000,00 (dezoito milhões e quarenta mil reais), nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964, conforme Anexo IV

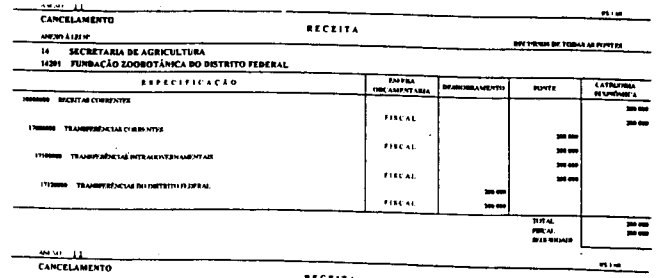
Art 3º As receitas de que trata esta Lei ficam alteradas na forma dos Anexos I e II.

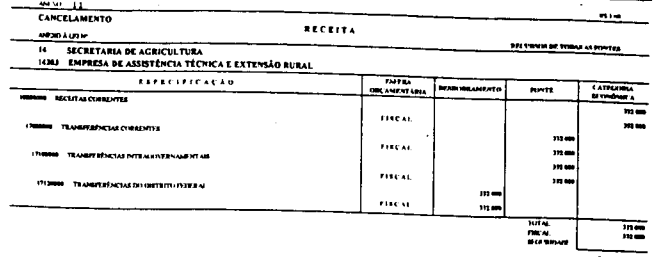
Art 4º Independentemente da autorização de que trata o inciso I do art 7º, da Lei nº 2 288, de 08 de janeiro de 1999, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares para atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais de unidades orçamentarias com dotações insuficientes, mediante eventuais saldos orçamentarios apurados a partir da vigência desta Lei

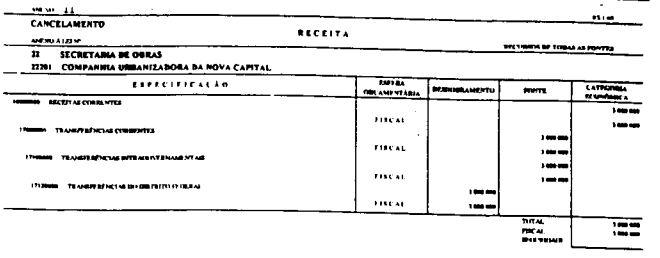
Art 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

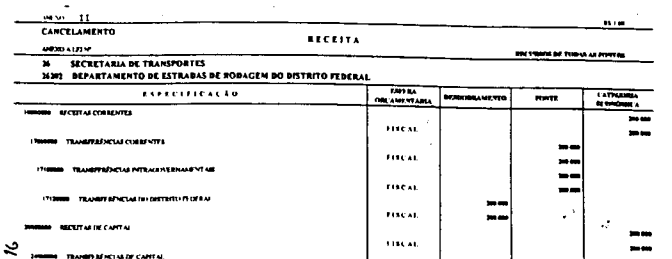
Art 6º Revogam-se as disposições em contrario

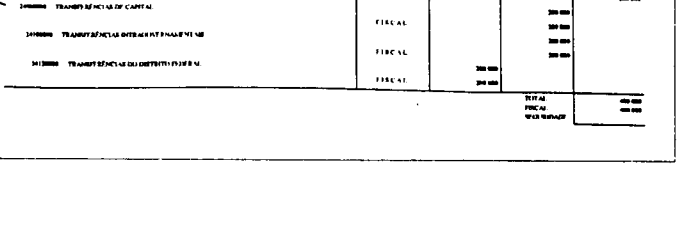

CRÉDITO SUPLEMENTAR — RECEITA
00 RECEITA DO TESOURO
00000 RECEITA DO TESOURO


CRÉDITO SUPLEMENTAR — RECEITA
00 RECEITA DO TESOURO
00000 RECEITA DO TESOURO


CANCELAMENTO — RECEITA
14 SECRETARIA DE AGRICULTURA
14201 FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL


CANCELAMENTO — RECEITA
14 SECRETARIA DE AGRICULTURA
14JU EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL


CANCELAMENTO — RECEITA
22 SECRETARIA DE OBRAS
22201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL


CANCELAMENTO — RECEITA
26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO II — R$ 1,00

CANCELAMENTO — **RECEITA**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26203 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
10000000 RECEITAS CORRENTES				1 100 000
	FISCAL			1 100 000
17000000 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			1 100 000	
	FISCAL		1 100 000	
17100000 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS			1 100 000	
	FISCAL		1 100 000	
17120000 TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL		1 100 000		
	FISCAL	1 100 000		
			TOTAL	1 100 000
			FISCAL	1 100 000
			SEGURIDADE	

ANEXO II — R$ 1,00

CANCELAMENTO — **RECEITA**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26204 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
10000000 RECEITAS CORRENTES				4 300 000
	FISCAL			4 300 000
17000000 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			4 300 000	
	FISCAL		4 300 000	
17100000 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS			4 300 000	
	FISCAL		4 300 000	
17120000 TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL		4 300 000		
	FISCAL	4 300 000		
			TOTAL	4 300 000
			FISCAL	4 300 000
			SEGURIDADE	

ANEXO II — R$ 1,00

CANCELAMENTO — **RECEITA**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

28 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
28202 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
10000000 RECEITAS CORRENTES				300 000
	FISCAL			300 000
17000000 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			300 000	
	FISCAL		300 000	
17100000 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS			300 000	
	FISCAL		300 000	
17120000 TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL		300 000		
	FISCAL	300 000		
			TOTAL	300 000
			FISCAL	300 000
			SEGURIDADE	

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

01 CÂMARA LEGISLATIVA
01101 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
LEGISLATIVA		9 938 000	9 938 000						
ADMINISTRAÇÃO		9 938 000	9 938 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		9 938 000	9 938 000						
01 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		9 938 000	9 938 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
01 007 0021 0002 0007 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA	1	9 938 000	9 938 000						
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		9 938 000	9 938 000						
FISCAL		9 938 000	9 938 000						
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

01 CÂMARA LEGISLATIVA
01101 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
LEGISLATIVA		8 062 000	8 062 000						
ADMINISTRAÇÃO		8 062 000	8 062 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		8 062 000	8 062 000						
01 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		8 062 000	8 062 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
01 007 0021 0002 0007 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA	1	8 062 000	8 062 000						
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		8 062 000	8 062 000						
FISCAL		8 062 000	8 062 000						
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

10 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
10001 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO		11 000 000			11 000 000				
URBANISMO		11 000 000			11 000 000				
PLANEJAMENTO URBANO		11 000 000			11 000 000				
10 000 0000 0000 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS		11 000 000			11 000 000				
ASSEGURAR A CONSERVAÇÃO DE PARQUES, JARDINS, ÁREAS AJARDINADAS E DEMAIS ESPAÇOS URBANOS DESTINADOS À CIRCULAÇÃO DO PÚBLICO									
10 000 0000 0000 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	1	11 000 000			11 000 000				
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		11 000 000			11 000 000				
FISCAL		11 000 000			11 000 000				
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

10 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
10101 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO		4 000 000			4 000 000				
URBANISMO		4 000 000			4 000 000				
PLANEJAMENTO URBANO		4 000 000			4 000 000				
10 000 0000 0000 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS		4 000 000			4 000 000				
ASSEGURAR A CONSERVAÇÃO DE PARQUES, JARDINS, ÁREAS AJARDINADAS E DEMAIS ESPAÇOS URBANOS DESTINADOS À CIRCULAÇÃO DO PÚBLICO									
10 000 0000 0000 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	1	4 000 000			4 000 000				
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		4 000 000			4 000 000				
FISCAL		4 000 000			4 000 000				
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

12 PROCURADORIA GERAL
12101 PROCURADORIA GERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		10 804 000	10 804 000						
ADMINISTRAÇÃO		10 804 000	10 804 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		10 804 000	10 804 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		10 804 000	10 804 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 0005 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA PROCURADORIA GERAL	1	10 804 000	10 804 000						
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		10 804 000	10 804 000						
FISCAL		10 804 000	10 804 000						
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

13 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
13101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		5 540 000	5 540 000						
ADMINISTRAÇÃO		5 540 000	5 540 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		5 540 000	5 540 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		5 540 000	5 540 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 0007 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	5 540 000	5 540 000						
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		5 540 000	5 540 000						
FISCAL		5 540 000	5 540 000						
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

16 SECRETARIA DE CULTURA
16101 SECRETARIA DE CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		490 000	490 000						
CULTURA		490 000	490 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		490 000	490 000						
08 048 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		490 000	490 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
08 048 0021 0002 0010 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE CULTURA	1	490 000	490 000						
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		490 000	490 000						
FISCAL		490 000	490 000						
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

19 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		9 110 160	9 110 160						
ADMINISTRAÇÃO		9 110 160	9 110 160						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		9 110 160	9 110 160						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		9 110 160	9 110 160						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 0017 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	1	9 110 160	9 110 160						
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		9 110 160	9 110 160						
FISCAL		9 110 160	9 110 160						
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

19 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
19201 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2 000 000			2 000 000				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		2 000 000			2 000 000				
INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS		2 000 000			2 000 000				
03 009 0044 2748 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES		2 000 000			2 000 000				
MANTER E OPERACIONALIZAR O ARMAZENAMENTO, PROCESSAMENTO E SAÍDA DE INFORMAÇÕES, DE FORMA COMPUTADORIZADA OU NÃO, PARA AUXILIAR O PROCESSO DECISÓRIO NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL									
03 009 0044 2748 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	1	2 000 000			2 000 000				
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		2 000 000			2 000 000				
FISCAL		2 000 000			2 000 000				
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

21 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
21203 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO		15 360 000	5 360 000		10 000 000				
SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		15 360 000	5 360 000		10 000 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		5 360 000	5 360 000						
10 000 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		5 360 000	5 360 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
10 000 0021 0002 0024 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	1	5 360 000	5 360 000						
LIMPEZA PÚBLICA		10 000 000			10 000 000				
10 000 0005 2079 EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA		10 000 000			10 000 000				
ASSEGURAR AO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DE CONDIÇÕES EFICIENTES PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA									
10 000 0005 2079 0001 EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	1	10 000 000			10 000 000				
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		15 360 000	5 360 000		10 000 000				
FISCAL		15 360 000	5 360 000		10 000 000				
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

21 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
21204 FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		700 000	700 000						
PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS		700 000	700 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		700 000	700 000						
03 017 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		700 000	700 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 017 0021 0002 0025 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	1	700 000	700 000						
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		700 000	700 000						
FISCAL		700 000	700 000						
SEGURIDADE									

ANEXO III — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26203 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		1 300 000			1 300 000				
ADMINISTRAÇÃO		1 300 000			1 300 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1 300 000			1 300 000				
16 007 0021 2234 MANUTENÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS		1 300 000			1 300 000				
PROPORCIONAR AÇÕES ADMINISTRATIVAS COM O INTUITO DE ATINGIR A EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA									
16 007 0021 2234 0001 MANUTENÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	1	1 300 000			1 300 000				
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		1 300 000			1 300 000				
FISCAL		1 300 000			1 300 000				
SEGURIDADE									

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

33 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE
33101 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		450 000			430 000	20 000			
ADMINISTRAÇÃO		450 000			430 000	20 000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		450 000			430 000	20 000			
03 007 0021 0101 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		450 000			430 000	20 000			
PROMOVER AÇÕES ADMINISTRATIVAS VISANDO A EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E O APOIO À EXECUÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS									
03 007 0021 0101 0101 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE	F	450 000			430 000	20 000			
TRABALHO		1 000 000			1 000 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		1 000 000			1 000 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		1 000 000			1 000 000				
14 080 0485 1057 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL		1 000 000			1 000 000				
PROPICIAR CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO DOS TRABALHADORES DAS FRENTES DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL									
14 080 0485 1057 0001 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL	F	1 000 000			1 000 000				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		9 971 840			9 971 840				
ASSISTÊNCIA		9 971 840			9 971 840				
SERVIÇO SOCIAL		9 971 840			9 971 840				
15 081 0479 2700 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA		9 971 840			9 971 840				
DAR CONDIÇÕES MÍNIMAS DE SOBREVIVÊNCIA ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA									
15 081 0479 2700 0001 DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS PARA FAMÍLIAS	F	4 960 000			4 960 000				
15 081 0479 2700 0002 DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PARA FAMÍLIAS	F	3 435 200			3 435 200				
15 081 0479 2700 0003 DISTRIBUIÇÃO DE PÃO PARA FAMÍLIAS	F	1 576 640			1 576 640				
TOTAL		11 421 840			11 401 840	20 000			
FISCAL		11 421 840			11 401 840	20 000			
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

34 SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE
34101 SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		750 000	750 000						
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS		750 000	750 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		750 000	750 000						
08 046 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		750 000	750 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
08 046 0021 0502 0082 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	F	750 000	750 000						
TOTAL		750 000	750 000						
FISCAL		750 000	750 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

24 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
24105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		4 800 740	4 800 740						
ADMINISTRAÇÃO		4 800 740	4 800 740						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		4 800 740	4 800 740						
06 007 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		4 800 740	4 800 740						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
06 007 0021 0502 0020 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL	F	4 800 740	4 800 740						
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		1 177 360	1 177 360						
PREVIDÊNCIA		1 177 360	1 177 360						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		1 177 360	1 177 360						
15 082 0485 0503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL		1 177 360	1 177 360						
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA A QUE LEGALMENTE FAZEM JUS OS SERVIDORES INATIVOS, PENSIONISTAS E SEUS DEPENDENTES									
15 082 0485 0503 0020 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA CIVIL	S	1 177 360	1 177 360						
TOTAL		5 978 100	5 978 100						
FISCAL		4 800 740	4 800 740						
SEGURIDADE		1 177 360	1 177 360						

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO IV R$ 1,00

CANCELAMENTO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11101 SECRETARIA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		497 000	497 000						
ADMINISTRAÇÃO		497 000	497 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		497 000	497 000						
03 007 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		497 000	497 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0502 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GOVERNO	F	497 000	497 000						
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		100 000				100 000			
ASSISTÊNCIA		100 000				100 000			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		100 000				100 000			
15 081 0483 2009 PROGRAMA DE APOIO À REINTEGRAÇÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		100 000				100 000			
APOIAR A REINTEGRAÇÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA SOCIEDADE									
15 081 0483 2009 0001 APOIAR AÇÕES INTEGRADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS À FAMÍLIA E À SOCIEDADE	F	100 000				100 000			
TOTAL		597 000	497 000			100 000			
FISCAL		597 000	497 000			100 000			
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO IV R$ 1,00

CANCELAMENTO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11103 REGIÃO ADMINISTRATIVA I - PLANO PILOTO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		280 000	280 000						
ADMINISTRAÇÃO		280 000	280 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		280 000	280 000						
03 007 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		280 000	280 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0502 0052 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO PILOTO	F	280 000	280 000						
TOTAL		280 000	280 000						
FISCAL		280 000	280 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO IV R$ 1,00

CANCELAMENTO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11104 REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		63 000	63 000						
ADMINISTRAÇÃO		63 000	63 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		63 000	63 000						
03 007 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		63 000	63 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0502 0070 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA	F	63 000	63 000						
TOTAL		63 000	63 000						
FISCAL		63 000	63 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO IV R$ 1,00

CANCELAMENTO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11105 REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		296 000	96 000			200 000			
ADMINISTRAÇÃO		96 000	96 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		96 000	96 000						
03 007 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		96 000	96 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0502 0054 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	F	96 000	96 000						
URBANISMO		200 000				200 000			
VIAS URBANAS		200 000				200 000			
03 080 0575 1641 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE JUSCELINO KUBITSCHEK EM TAGUATINGA		200 000				200 000			
IMPLANTAR O PARQUE JUSCELINO KUBITSCHEK ENTRE TAGUATINGA, CEILÂNDIA E SAMAMBAIA									
03 080 0575 1641 0001 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE JUSCELINO KUBITSCHEK EM TAGUATINGA	F	200 000				200 000			
TOTAL		296 000	96 000			200 000			
FISCAL		296 000	96 000			200 000			
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO IV R$ 1,00

CANCELAMENTO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11106 REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		270 000	220 000			50 000			
ADMINISTRAÇÃO		270 000	220 000			50 000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		220 000	220 000						
03 007 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		220 000	220 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0502 0072 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA	F	220 000	220 000						
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		50 000				50 000			
03 007 0055 2007 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS		50 000				50 000			
CONSERVAR OS PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DE FORMA A DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE									
03 007 0055 2007 0009 CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO ESTÁDIO CHAPADINHA EM BRAZLÂNDIA	F	50 000				50 000			
EDUCAÇÃO E CULTURA		10 000			10 000				
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS		10 000			10 000				
DESPORTO AMADOR		10 000			10 000				
08 046 0224 2005 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS		10 000			10 000				
DESENVOLVER ATIVIDADES DESPORTIVAS									
08 046 0224 2005 0002 ILUMINAÇÃO DE CINCO CAMPOS DE FUTEBOL AMADOR EM BRAZLÂNDIA	F	10 000			10 000				
HABITAÇÃO E URBANISMO		300 000			200 000	100 000			
URBANISMO		100 000				100 000			
PLANEJAMENTO URBANO		100 000				100 000			
10 060 0323 1520 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO		100 000				100 000			
REALIZAR OBRAS DE URBANIZAÇÃO NECESSÁRIAS AO PLENO FUNCIONAMENTO DAS AÇÕES DA POPULAÇÃO									
10 060 0323 1520 0007 PAVIMENTAÇÃO DE QUADRAS DE LIGAÇÃO COM O SETOR VEREDAS EM BRAZLÂNDIA	F	100 000				100 000			
SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		200 000			200 000				
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		200 000			200 000				

ANEXO IV R$ 1,00

CANCELAMENTO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11106 REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
10 060 0327 1244 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		200 000			200 000				
AMPLIAR O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA VISANDO DAR MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA À POPULAÇÃO									
10 060 0327 1244 0012 COMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO NOVO ASSENTAMENTO DE BRAZLÂNDIA	F	200 000			200 000				
TOTAL		630 000	220 000		210 000	150 000			
FISCAL		630 000	220 000		210 000	150 000			
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO IV R$ 1,00

CANCELAMENTO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11107 REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		82 000	82 000						
ADMINISTRAÇÃO		82 000	82 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		82 000	82 000						
03 007 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		82 000	82 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0502 0074 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	F	82 000	82 000						
TOTAL		82 000	82 000						
FISCAL		82 000	82 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO IV R$ 1,00

CANCELAMENTO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11108 REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		260 000	260 000						
ADMINISTRAÇÃO		260 000	260 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		260 000	260 000						
03 007 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		260 000	260 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0502 0065 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	F	260 000	260 000						
SAÚDE E SANEAMENTO		100 000				100 000			
SANEAMENTO		100 000				100 000			
ABASTECIMENTO D'ÁGUA		100 000				100 000			
13 075 0447 1851 IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		100 000				100 000			
IMPLANTAR A REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ESTÂNCIA PLANALTINA									
13 075 0447 1851 0001 IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ESTÂNCIA PLANALTINA	F	100 000				100 000			
TOTAL		360 000	260 000			100 000			
FISCAL		360 000	260 000			100 000			
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

ANEXO IV R$ 1,00

CANCELAMENTO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO À LEI Nº RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11109 REGIÃO ADMINISTRATIVA VII - PARANOÁ

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		230 000	230 000						
ADMINISTRAÇÃO		230 000	230 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		230 000	230 000						
03 007 0021 0502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		230 000	230 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0502 0086 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ	F	230 000	230 000						
HABITAÇÃO E URBANISMO		500 000				500 000			
HABITAÇÃO		500 000				500 000			
HABITAÇÕES URBANAS		500 000				500 000			
10 057 0316 1500 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO PARANOÁ		500 000				500 000			
EXECUTAR OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO PARANOÁ									
10 057 0316 1500 0001 URBANIZAÇÃO DE ÁREA PARA ASSENTAMENTO DE POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES NO PARANOÁ	F	500 000				500 000			
TOTAL		730 000	230 000			500 000			
FISCAL		730 000	230 000			500 000			
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11110 REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		110 000	110 000						
ADMINISTRAÇÃO		110 000	110 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		110 000	110 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		110 000	110 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE	F	110 000	110 000						
TOTAL		110 000	110 000						
FISCAL		110 000	110 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11111 REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		90 000	90 000						
ADMINISTRAÇÃO		90 000	90 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		90 000	90 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		90 000	90 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	F	90 000	90 000						
TOTAL		90 000	90 000						
FISCAL		90 000	90 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11112 REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		30 000	30 000						
ADMINISTRAÇÃO		30 000	30 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		30 000	30 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		30 000	30 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	F	30 000	30 000						
HABITAÇÃO E URBANISMO		350 000				350 000			
URBANISMO		350 000				350 000			
PLANEJAMENTO URBANO		350 000				350 000			
10 [illegible] 1022 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO		150 000				150 000			
REALIZAR OBRAS DE URBANIZAÇÃO NECESSÁRIAS AO PLENO FUNCIONAMENTO DAS AÇÕES DA POPULAÇÃO									
10 [illegible] 1022 [illegible] REFORMA DA CICLOVIA DO GUARÁ I	F	150 000				150 000			
10 [illegible] 1022 OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA VILA ESTRUTURAL		200 000				200 000			
EXECUTAR OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA VILA ESTRUTURAL									
10 [illegible] 1022 [illegible] OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA VILA ESTRUTURAL	F	200 000				200 000			
TOTAL		400 000	30 000			350 000			
FISCAL		400 000	30 000			350 000			
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11113 REGIÃO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO		360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		360 000	360 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		360 000	360 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO	F	360 000	360 000						
TOTAL		360 000	360 000						
FISCAL		360 000	360 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		400 000	400 000						
ADMINISTRAÇÃO		400 000	400 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		400 000	400 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		400 000	400 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	F	400 000	400 000						
TOTAL		400 000	400 000						
FISCAL		400 000	400 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11115 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIII - SANTA MARIA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		87 000	87 000						
ADMINISTRAÇÃO		87 000	87 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		87 000	87 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		87 000	87 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA	F	87 000	87 000						
TOTAL		87 000	87 000						
FISCAL		87 000	87 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11116 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV - SÃO SEBASTIÃO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		140 000	140 000						
ADMINISTRAÇÃO		140 000	140 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		140 000	140 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		140 000	140 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO	F	140 000	140 000						
TOTAL		140 000	140 000						
FISCAL		140 000	140 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11117 REGIÃO ADMINISTRATIVA XV - RECANTO DAS EMAS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		100 000	100 000						
ADMINISTRAÇÃO		100 000	100 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		100 000	100 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		100 000	100 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS	F	100 000	100 000						
HABITAÇÃO E URBANISMO		130 000				130 000			
URBANISMO		130 000				130 000			
VIAS URBANAS		130 000				130 000			
10 [illegible] 1022 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO RECANTO DAS EMAS - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS		130 000				130 000			
EXECUTAR OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO RECANTO DAS EMAS - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS									
10 [illegible] 1022 [illegible] IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NO RECANTO DAS EMAS	F	130 000				130 000			
TOTAL		230 000	100 000			130 000			
FISCAL		230 000	100 000			130 000			
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11118 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVI - LAGO SUL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		36 000	36 000						
ADMINISTRAÇÃO		36 000	36 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		36 000	36 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		36 000	36 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 0077 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO SUL	F	36 000	36 000						
TOTAL		36 000	36 000						
FISCAL		36 000	36 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11119 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVII - RIACHO FUNDO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		220 000	220 000						
ADMINISTRAÇÃO		220 000	220 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		220 000	220 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		220 000	220 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 0075 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO	F	220 000	220 000						
TOTAL		220 000	220 000						
FISCAL		220 000	220 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11121 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		127 000	127 000						
ADMINISTRAÇÃO		127 000	127 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		127 000	127 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		127 000	127 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
03 007 0021 0002 0073 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CANDANGOLÂNDIA	F	127 000	127 000						
TOTAL		127 000	127 000						
FISCAL		127 000	127 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

14 SECRETARIA DE AGRICULTURA
14101 SECRETARIA DE AGRICULTURA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		220 000	220 000						
ADMINISTRAÇÃO		220 000	220 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		220 000	220 000						
04 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		220 000	220 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
04 007 0021 0002 0046 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	F	220 000	220 000						
TOTAL		220 000	220 000						
FISCAL		220 000	220 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

14 SECRETARIA DE AGRICULTURA
14201 FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		300 000	300 000						
ADMINISTRAÇÃO		300 000	300 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		300 000	300 000						
04 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		300 000	300 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
04 007 0021 0002 0047 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	F	300 000	300 000						
TOTAL		300 000	300 000						
FISCAL		300 000	300 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

ANEXO IV

CANCELAMENTO — PROGRAMA DE TRABALHO — R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

14 SECRETARIA DE AGRICULTURA
14203 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		332 000	332 000						
ADMINISTRAÇÃO		332 000	332 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		332 000	332 000						
04 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		332 000	332 000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE									
04 007 0021 0002 0048 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	F	332 000	332 000						
TOTAL		332 000	332 000						
FISCAL		332 000	332 000						
SEGURIDADE									

* As transferências não somam no total do Projeto de Lei

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

19 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.000.000		2.000.000					
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		2.000.000		2.000.000					
DÍVIDA INTERNA		2.000.000		2.000.000					
03 008 0033 2410 ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA INTERNA		2.000.000		2.000.000					
CUMPRIR CLÁUSULAS CONTRATUAIS REFERENTES AO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÕES, JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS 03 008 0033 2410 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	F	2.000.000		2.000.000					
TOTAL		2.000.000		2.000.000					
FISCAL		2.000.000		2.000.000					
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

58

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

30 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL
30101 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		310.000	310.000						
ADMINISTRAÇÃO		310.000	310.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		310.000	310.000						
11 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		310.000	310.000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE 11 007 0021 0002 0040 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	F	310.000	310.000						
TOTAL		310.000	310.000						
FISCAL		310.000	310.000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

59

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

22 SECRETARIA DE OBRAS
22101 SECRETARIA DE OBRAS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO		223.000	223.000						
ADMINISTRAÇÃO		223.000	223.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		223.000	223.000						
10 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		223.000	223.000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE 10 007 0021 0002 0009 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE OBRAS	F	223.000	223.000						
TOTAL		223.000	223.000						
FISCAL		223.000	223.000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

60

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

22 SECRETARIA DE OBRAS
22201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO		3.000.000	3.000.000						
ADMINISTRAÇÃO		3.000.000	3.000.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		3.000.000	3.000.000						
10 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		3.000.000	3.000.000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE 10 007 0021 0002 0057 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	F	3.000.000	3.000.000						
TOTAL		3.000.000	3.000.000						
FISCAL		3.000.000	3.000.000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

61

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26101 SECRETARIA DE TRANSPORTES

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		540.000	540.000						
ADMINISTRAÇÃO		540.000	540.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		540.000	540.000						
16 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		540.000	540.000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE 16 007 0021 0002 0032 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	F	540.000	540.000						
TOTAL		540.000	540.000						
FISCAL		540.000	540.000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

62

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		300.000				300.000			
TRANSPORTE RODOVIÁRIO		300.000				300.000			
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		300.000				300.000			
16 088 0537 1400 AMPLIAÇÃO E EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO		300.000				300.000			
IMPLANTAR, DUPLICAR E PAVIMENTAR RODOVIAS MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRANSPORTES PROPICIAR CONFORTO E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS DA MALHA VIÁRIA DO DF 16 088 0537 1400 0204 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA DF-001, TRECHO ENTRE OS KM 97 E 115 EM BRAZLÂNDIA	F	100.000				100.000			
16 088 0537 1507 CONSTRUÇÃO DE VIA DE LIGAÇÃO CEILÂNDIA - SAMAMBAIA		100.000				100.000			
CONSTRUIR UMA VIA DE LIGAÇÃO ENTRE CEILÂNDIA E SAMAMBAIA NA ALTURA DA AVENIDA CENTRAL 16 088 0537 1507 0001 CONSTRUÇÃO DE VIA DE LIGAÇÃO CEILÂNDIA - SAMAMBAIA	F	100.000				100.000			
TOTAL		300.000				300.000			
FISCAL		300.000				300.000			
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

63

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26203 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		1.100.000	1.100.000						
ADMINISTRAÇÃO		1.100.000	1.100.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.100.000	1.100.000						
16 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		1.100.000	1.100.000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE 16 007 0021 0002 0035 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS	F	1.100.000	1.100.000						
TOTAL		1.100.000	1.100.000						
FISCAL		1.100.000	1.100.000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

64

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26204 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		4.300.000	4.300.000						
ADMINISTRAÇÃO		4.300.000	4.300.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		4.300.000	4.300.000						
16 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		4.300.000	4.300.000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE 16 007 0021 0002 0033 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	F	4.300.000	4.300.000						
TOTAL		4.300.000	4.300.000						
FISCAL		4.300.000	4.300.000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

65

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

28 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
28202 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO		300.000	300.000						
ADMINISTRAÇÃO		300.000	300.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		300.000	300.000						
10 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		300.000	300.000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE 10 007 0021 0002 0055 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL	F	300.000	300.000						
TOTAL		300.000	300.000						
FISCAL		300.000	300.000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

66

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

ANEXO À LEI Nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

36 SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL
36101 SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		100.000	100.000						
ADMINISTRAÇÃO		100.000	100.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		100.000	100.000						
07 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		100.000	100.000						
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE 07 007 0021 0002 0084 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	F	100.000	100.000						
TOTAL		100.000	100.000						
FISCAL		100.000	100.000						
SEGURIDADE									

* As transferências não constam do total do Projeto de Lei

67

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

01 CÂMARA LEGISLATIVA
01101 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		9.910.000	9.910.000						
LEGISLATIVA		9.910.000	9.910.000						
ADMINISTRAÇÃO		9.910.000	9.910.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		9.910.000	9.910.000						
01 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		9.910.000	9.910.000						
01 007 0021 0002 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA	F	9.910.000	9.910.000						
TOTAL		9.910.000	9.910.000						
FISCAL		9.910.000	9.910.000						
SEGURIDADE									

68

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

01 CÂMARA LEGISLATIVA
01101 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		8.062.000	8.062.000						
LEGISLATIVA		8.062.000	8.062.000						
ADMINISTRAÇÃO		8.062.000	8.062.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		8.062.000	8.062.000						
01 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		8.062.000	8.062.000						
01 007 0021 0002 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA	F	8.062.000	8.062.000						
TOTAL		8.062.000	8.062.000						
FISCAL		8.062.000	8.062.000						
SEGURIDADE									

69

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

10 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
10101 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		11.000.000			11.000.000				
HABITAÇÃO E URBANISMO		11.000.000			11.000.000				
URBANISMO		11.000.000			11.000.000				
PLANEJAMENTO URBANO		11.000.000			11.000.000				
10 058 0323 4508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS		11.000.000			11.000.000				
10 058 0323 4508 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	F	11.000.000			11.000.000				
TOTAL		11.000.000			11.000.000				
FISCAL		11.000.000			11.000.000				
SEGURIDADE									

70

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

10 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
10101 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		4.000.000			4.000.000				
HABITAÇÃO E URBANISMO		4.000.000			4.000.000				
URBANISMO		4.000.000			4.000.000				
PLANEJAMENTO URBANO		4.000.000			4.000.000				
10 058 0323 4508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS		4.000.000			4.000.000				
10 058 0323 4508 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	F	4.000.000			4.000.000				
TOTAL		4.000.000			4.000.000				
FISCAL		4.000.000			4.000.000				
SEGURIDADE									

71

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

12 PROCURADORIA GERAL
12101 PROCURADORIA GERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		10.094.000	10.094.000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		10.094.000	10.094.000						
ADMINISTRAÇÃO		10.094.000	10.094.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		10.094.000	10.094.000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		10.094.000	10.094.000						
03 007 0021 0002 0008 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA PROCURADORIA GERAL	F	10.094.000	10.094.000						
TOTAL		10.094.000	10.094.000						
FISCAL		10.094.000	10.094.000						
SEGURIDADE									

72

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

13 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
13101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		5 340 000	5 340 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		5 340 000	5 340 000						
ADMINISTRAÇÃO		5 340 000	5 340 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		5 340 000	5 340 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		5 340 000	5 340 000						
03 007 0021 0002 0007 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	F	5 340 000	5 340 000						
TOTAL		5 340 000	5 340 000						
FISCAL		5 340 000	5 340 000						
SEGURIDADE									

73

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

16 SECRETARIA DE CULTURA
16101 SECRETARIA DE CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		[illegible]	[illegible]						
EDUCAÇÃO E CULTURA		[illegible]	[illegible]						
CULTURA		[illegible]	[illegible]						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		[illegible]	[illegible]						
08 048 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		[illegible]	[illegible]						
08 048 0021 0002 0010 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE CULTURA	F	[illegible]	[illegible]						
TOTAL		[illegible]	[illegible]						
FISCAL		[illegible]	[illegible]						
SEGURIDADE									

74

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

19 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		9 110 160	9 110 160						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		9 110 160	9 110 160						
ADMINISTRAÇÃO		9 110 160	9 110 160						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		9 110 160	9 110 160						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		9 110 160	9 110 160						
03 007 0021 0002 0017 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	F	9 110 160	9 110 160						
TOTAL		9 110 160	9 110 160						
FISCAL		9 110 160	9 110 160						
SEGURIDADE									

75

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

19 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
19201 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		[illegible]			[illegible]				
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		[illegible]			[illegible]				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		[illegible]			[illegible]				
INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS		[illegible]			[illegible]				
03 009 0044 2249 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES		[illegible]			[illegible]				
03 009 0044 2249 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	F	[illegible]			[illegible]				
TOTAL		[illegible]			[illegible]				
FISCAL		[illegible]			[illegible]				
SEGURIDADE									

76

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

21 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
21203 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		15 260 000	5 260 000		10 000 000				
HABITAÇÃO E URBANISMO		15 260 000	5 260 000		10 000 000				
SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		15 260 000	5 260 000		10 000 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		5 260 000	5 260 000						
10 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		5 260 000	5 260 000						
10 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	F	5 260 000	5 260 000						
LIMPEZA PÚBLICA		10 000 000			10 000 000				
10 [illegible] 2070 EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA		10 000 000			10 000 000				
10 [illegible] 2070 0001 EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	F	10 000 000			10 000 000				
TOTAL		15 260 000	5 260 000		10 000 000				
FISCAL		15 260 000	5 260 000		10 000 000				
SEGURIDADE									

77

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

21 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
21204 FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		[illegible]	[illegible]						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		[illegible]	[illegible]						
PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS		[illegible]	[illegible]						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		[illegible]	[illegible]						
03 017 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		[illegible]	[illegible]						
03 017 0021 0002 0025 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	F	[illegible]	[illegible]						
TOTAL		[illegible]	[illegible]						
FISCAL		[illegible]	[illegible]						
SEGURIDADE									

78

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26203 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		[illegible]			[illegible]				
TRANSPORTE		[illegible]			[illegible]				
ADMINISTRAÇÃO		[illegible]			[illegible]				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		[illegible]			[illegible]				
16 087 0021 2234 MANUTENÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS		[illegible]			[illegible]				
16 087 0021 2234 0001 MANUTENÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	F	[illegible]			[illegible]				
TOTAL		[illegible]			[illegible]				
FISCAL		[illegible]			[illegible]				
SEGURIDADE									

79

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

33 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE
33001 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		13 421 840			13 401 840	20 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		[illegible]			[illegible]	20 000			
ADMINISTRAÇÃO		[illegible]			[illegible]	20 000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		[illegible]			[illegible]	20 000			
03 007 [illegible] COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		[illegible]			[illegible]	20 000			
03 007 0021 [illegible] FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE	F	[illegible]			[illegible]	20 000			
TRABALHO		3 000 000			3 000 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		3 000 000			3 000 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		3 000 000			3 000 000				
14 070 0405 1027 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL		3 000 000			3 000 000				
14 070 0405 1027 0001 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL	F	3 000 000			3 000 000				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		9 971 840			9 971 840				
ASSISTÊNCIA		9 971 840			9 971 840				
SERVIÇO SOCIAL		9 971 840			9 971 840				
15 081 0478 2280 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA		9 971 840			9 971 840				
15 081 0478 2280 0001 DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS PARA FAMÍLIAS	F	4 960 000			4 960 000				
15 081 0478 2280 0002 DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PARA FAMÍLIAS	F	3 435 200			3 435 200				
15 081 0478 2280 0003 DISTRIBUIÇÃO DE PÃO PARA FAMÍLIAS	F	1 576 640			1 576 640				
TOTAL		13 421 840			13 401 840	20 000			
FISCAL		13 421 840			13 401 840	20 000			
SEGURIDADE									

80

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

34 SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE
34101 SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		750 000	750 000						
EDUCAÇÃO E CULTURA		750 000	750 000						
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS		750 000	750 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		750 000	750 000						
08 046 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		750 000	750 000						
08 046 0021 0002 [illegible] ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	F	750 000	750 000						
TOTAL		750 000	750 000						
FISCAL		750 000	750 000						
SEGURIDADE									

81

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

24 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
24105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		5 978 000	5 978 000						
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		4 800 740	4 800 740						
ADMINISTRAÇÃO		4 800 740	4 800 740						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		4 800 740	4 800 740						
06 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		4 800 740	4 800 740						
06 007 0021 0002 0003 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL	F	4 800 740	4 800 740						
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		1 177 260	1 177 260						
PREVIDÊNCIA		1 177 260	1 177 260						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		1 177 260	1 177 260						
15 082 0486 0003 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL		1 177 260	1 177 260						
15 082 0486 0003 0003 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA CIVIL	S	1 177 260	1 177 260						
TOTAL		5 978 000	5 978 000						
FISCAL		4 800 740	4 800 740						
SEGURIDADE		1 177 260	1 177 260						

82

CANCELAMENTO — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11101 SECRETARIA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		597 000	497 000			100 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		497 000	497 000						
ADMINISTRAÇÃO		497 000	497 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		497 000	497 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		497 000	497 000						
03 007 0021 0002 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GOVERNO	F	497 000	497 000						
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		100 000				100 000			
ASSISTÊNCIA		100 000				100 000			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		100 000				100 000			
15 081 0488 2288 PROGRAMA DE APOIO A REINTEGRAÇÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		100 000				100 000			
15 081 0488 2288 0001 APOIAR AÇÕES INTEGRADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS À FAMÍLIA E À SOCIEDADE	F	100 000				100 000			
TOTAL		597 000	497 000			100 000			
FISCAL		597 000	497 000			100 000			
SEGURIDADE									

83

CANCELAMENTO — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11103 REGIÃO ADMINISTRATIVA I - PLANO PILOTO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
REGIÃO I - PLANO PILOTO		200 000	200 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		200 000	200 000						
ADMINISTRAÇÃO		200 000	200 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		200 000	200 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		200 000	200 000						
03 007 0021 0002 0082 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO PILOTO	F	200 000	200 000						
TOTAL		200 000	200 000						
FISCAL		200 000	200 000						
SEGURIDADE									

84

CANCELAMENTO — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11104 REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
REGIÃO II - GAMA		63 000	63 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		63 000	63 000						
ADMINISTRAÇÃO		63 000	63 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		63 000	63 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		63 000	63 000						
03 007 0021 0002 0078 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA	F	63 000	63 000						
TOTAL		63 000	63 000						
FISCAL		63 000	63 000						
SEGURIDADE									

85

CANCELAMENTO — **REGIONALIZAÇÃO** — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11105 REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
REGIÃO III - TAGUATINGA		396 000	96 000			300 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		96 000	96 000						
ADMINISTRAÇÃO		96 000	96 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		96 000	96 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		96 000	96 000						
03 007 0021 0002 0084 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	F	96 000	96 000						
URBANISMO		300 000				300 000			
VIAS URBANAS		300 000				300 000			
03 058 0575 1041 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE JUSCELINO KUBITSCHEK EM TAGUATINGA		300 000				300 000			
03 058 0575 1041 0001 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE JUSCELINO KUBITSCHEK EM TAGUATINGA	F	300 000				300 000			
TOTAL		396 000	96 000			300 000			
FISCAL		396 000	96 000			300 000			
SEGURIDADE									

86

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11106 REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA		430 000	230 000		210 000	190 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		270 000	230 000			40 000			
ADMINISTRAÇÃO		270 000	230 000			40 000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		230 000	230 000						
03 037 0021 0002		230 000	230 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	F	230 000	230 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA									
EDIFICAÇÕES PUBLICAS		40 000				40 000			
03 037 0026 2007		40 000				40 000			
CONSERVAÇÃO DE PREDIOS E PROPRIOS									
03 037 0026 2007 0002	I	40 000				40 000			
CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO ESTADIO CHAPADINHA EM BRAZLÂNDIA									
EDUCAÇÃO E CULTURA		30 000			30 000				
EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS		30 000			30 000				
DESPORTO MAIOR		30 000			30 000				
03 045 0224 2000		30 000			30 000				
PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE SPORTIVAS									
03 045 0224 2000 0002	F	30 000			30 000				
ILUMINAÇÃO DE CINCO CAMPOS DE FUTEBOL AMADOR EM BRAZLÂNDIA									
HABITAÇÃO E URBANISMO		100 000			300 000	100 000			
URBANISMO		100 000				100 000			
PLANEJAMENTO URBANO		100 000				100 000			
16 036 0023 1020		100 000				100 000			
EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO									
16 036 0023 1020 0001	I	100 000				100 000			
PAVIMENTAÇÃO DE QUADRAS DE LIGAÇÃO COM O SETOR VEREDAS EM BRAZLÂNDIA									
SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA		300 000			300 000				
ILUMINAÇÃO PUBLICA		300 000			300 000				
15 000 0037 1244		300 000			300 000				
AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA									
15 000 0037 1244 0012	I	300 000			300 000				
COMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELETRICA E ILUMINAÇÃO PUBLICA NO NOVO ASSENTAMENTO DE BRAZLÂNDIA									
TOTAL		430 000	230 000		210 000	190 000			
FISCAL									
SEGURIDADE									

87

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11107 REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO V - SOBRADINHO		92 000	92 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		92 000	92 000						
ADMINISTRAÇÃO		92 000	92 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		92 000	92 000						
03 037 0021 0002		92 000	92 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	F	92 000	92 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO									
TOTAL		92 000	92 000						
FISCAL		92 000	92 000						
SEGURIDADE									

88

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11108 REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO VI - PLANALTINA		360 000	360 000			100 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO		360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		360 000	360 000						
03 037 0021 0002		360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	F	360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA									
SAUDE E SANEAMENTO		100 000				100 000			
SANEAMENTO		100 000				100 000			
ABASTECIMENTO D'AGUA		100 000				100 000			
13 076 0447 1051		100 000				100 000			
IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA									
13 076 0447 1051 0001	F	100 000				100 000			
IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA ESTANCIA PLANALTINA									
TOTAL		460 000	360 000			100 000			
FISCAL		360 000	360 000			100 000			
SEGURIDADE									

90

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11109 REGIÃO ADMINISTRATIVA VII - PARANOÁ

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO VII - PARANOÁ		750 000	230 000			500 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		230 000	230 000						
ADMINISTRAÇÃO		230 000	230 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		230 000	230 000						
03 037 0021 0002		230 000	230 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	I	230 000	230 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ									
HABITAÇÃO E URBANISMO		500 000				500 000			
HABITAÇÃO		500 000				500 000			
HABITAÇÕES URBANAS		500 000				500 000			
16 037 0016 1020		500 000				500 000			
EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO PARANOÁ									
16 037 0016 1020 0001	F	500 000				500 000			
URBANIZAÇÃO DE AREA PARA ASSENTAMENTO DE POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES NO PARANOÁ									
TOTAL		730 000	230 000			500 000			
FISCAL		730 000	230 000			500 000			
SEGURIDADE									

91

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11110 REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NUCLEO BANDEIRANTE

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO VIII - NUCLEO BANDEIRANTE		110 000	110 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		110 000	110 000						
ADMINISTRAÇÃO		110 000	110 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		110 000	110 000						
03 037 0021 0002		110 000	110 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	F	110 000	110 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NUCLEO BANDEIRANTE									
TOTAL		110 000	110 000						
FISCAL		110 000	110 000						
SEGURIDADE									

92

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11111 REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO IX - CEILÂNDIA		90 000	90 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		90 000	90 000						
ADMINISTRAÇÃO		90 000	90 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		90 000	90 000						
03 037 0021 0002		90 000	90 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	F	90 000	90 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA									
TOTAL		90 000	90 000						
FISCAL		90 000	90 000						
SEGURIDADE									

93

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11112 REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO X - GUARÁ		400 000	50 000			350 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		50 000	50 000						
ADMINISTRAÇÃO		50 000	50 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		50 000	50 000						
03 037 0021 0002		50 000	50 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	F	50 000	50 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ									
HABITAÇÃO E URBANISMO		350 000				350 000			
URBANISMO		350 000				350 000			
PLANEJAMENTO URBANO		350 000				350 000			
16 036 0023 1020		350 000				350 000			
EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO									
16 036 0023 1020 0001	F	150 000				150 000			
REFORMA DA CEILÂNDIA DO GUARÁ I									
16 036 0023 1020		200 000				200 000			
OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA VILA ESTRUTURAL									
16 036 0023 1020 0001	F	200 000				200 000			
OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA VILA ESTRUTURAL									
TOTAL		400 000	50 000			350 000			
FISCAL		400 000	50 000			350 000			
SEGURIDADE									

94

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11113 REGIÃO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO XI - CRUZEIRO		360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO		360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		360 000	360 000						
03 037 0021 0002		360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	I	360 000	360 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO									
TOTAL		360 000	360 000						
FISCAL		360 000	360 000						
SEGURIDADE									

95

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO XII - SAMAMBAIA		400 000	400 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		400 000	400 000						
ADMINISTRAÇÃO		400 000	400 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		400 000	400 000						
03 037 0021 0002		400 000	400 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	I	400 000	400 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA									
TOTAL		400 000	400 000						
FISCAL		400 000	400 000						
SEGURIDADE									

96

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11115 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIII - SANTA MARIA

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO XIII - SANTA MARIA		97 000	97 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		97 000	97 000						
ADMINISTRAÇÃO		97 000	97 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		97 000	97 000						
03 037 0021 0002		97 000	97 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	I	97 000	97 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA									
TOTAL		97 000	97 000						
FISCAL		97 000	97 000						
SEGURIDADE									

97

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11116 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV - SÃO SEBASTIÃO

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO XIV - SÃO SEBASTIÃO		149 000	149 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		149 000	149 000						
ADMINISTRAÇÃO		149 000	149 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		149 000	149 000						
03 037 0021 0002		149 000	149 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	I	149 000	149 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO									
TOTAL		149 000	149 000						
FISCAL		149 000	149 000						
SEGURIDADE									

98

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11117 REGIÃO ADMINISTRATIVA XV - RECANTO DAS EMAS

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO XV - RECANTO DAS EMAS		150 000	150 000			150 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		150 000	150 000						
ADMINISTRAÇÃO		150 000	150 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		150 000	150 000						
03 037 0021 0002		150 000	150 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	I	150 000	150 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS									
HABITAÇÃO E URBANISMO		150 000				150 000			
URBANISMO		150 000				150 000			
VIAS URBANAS		150 000				150 000			
16 036 0025 1020		150 000				150 000			
EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO RECANTO DAS EMAS - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS									
16 036 0025 1020 0001	F	150 000				150 000			
IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NO RECANTO DAS EMAS									
TOTAL		150 000	150 000			150 000			
FISCAL		150 000	150 000			150 000			
SEGURIDADE									

99

CANCELAMENTO

REGIONALIZAÇÃO

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11118 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVI - LAGO SUL

ESPECIFICAÇÃO	DSP	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REGIÃO XVI - LAGO SUL		36 000	36 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		36 000	36 000						
ADMINISTRAÇÃO		36 000	36 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		36 000	36 000						
03 037 0021 0002		36 000	36 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 037 0021 0002 0001	I	36 000	36 000						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO SUL									
TOTAL		36 000	36 000						
FISCAL		36 000	36 000						
SEGURIDADE									

100

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11119 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVII - RIACHO FUNDO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
REGIÃO XVII - RIACHO FUNDO		220 000	220 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		220 000	220 000						
ADMINISTRAÇÃO		220 000	220 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		220 000	220 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		220 000	220 000						
03 007 0021 0002 0075 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO	F	220 000	220 000						
TOTAL		220 000	220 000						
FISCAL		220 000	220 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

11 SECRETARIA DE GOVERNO
11121 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
REGIÃO XIX - CANDANGOLÂNDIA		127 000	127 000						
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		127 000	127 000						
ADMINISTRAÇÃO		127 000	127 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		127 000	127 000						
03 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		127 000	127 000						
03 007 0021 0002 0073 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CANDANGOLÂNDIA	F	127 000	127 000						
TOTAL		127 000	127 000						
FISCAL		127 000	127 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

14 SECRETARIA DE AGRICULTURA
14101 SECRETARIA DE AGRICULTURA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		220 000	220 000						
AGRICULTURA		220 000	220 000						
ADMINISTRAÇÃO		220 000	220 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		220 000	220 000						
04 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		220 000	220 000						
04 007 0021 0002 0046 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	F	220 000	220 000						
TOTAL		220 000	220 000						
FISCAL		220 000	220 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

14 SECRETARIA DE AGRICULTURA
14201 FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		300 000	300 000						
AGRICULTURA		300 000	300 000						
ADMINISTRAÇÃO		300 000	300 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		300 000	300 000						
04 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		300 000	300 000						
04 007 0021 0002 0047 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	F	300 000	300 000						
TOTAL		300 000	300 000						
FISCAL		300 000	300 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

14 SECRETARIA DE AGRICULTURA
14203 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		332 000	332 000						
AGRICULTURA		332 000	332 000						
ADMINISTRAÇÃO		332 000	332 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		332 000	332 000						
04 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		332 000	332 000						
04 007 0021 0002 0048 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	F	332 000	332 000						
TOTAL		332 000	332 000						
FISCAL		332 000	332 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

19 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		2 000 000		2 000 000					
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2 000 000		2 000 000					
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		2 000 000		2 000 000					
DÍVIDA INTERNA		2 000 000		2 000 000					
03 008 0033 2410 ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA INTERNA		2 000 000		2 000 000					
03 008 0033 2410 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	F	2 000 000		2 000 000					
TOTAL		2 000 000		2 000 000					
FISCAL		2 000 000		2 000 000					
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

30 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL
30101 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		110 000	110 000						
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		110 000	110 000						
ADMINISTRAÇÃO		110 000	110 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		110 000	110 000						
11 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		110 000	110 000						
11 007 0021 0002 0045 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	F	110 000	110 000						
TOTAL		110 000	110 000						
FISCAL		110 000	110 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

22 SECRETARIA DE OBRAS
22101 SECRETARIA DE OBRAS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		223 000	221 000						
HABITAÇÃO E URBANISMO		221 000	221 000						
ADMINISTRAÇÃO		221 000	221 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		221 000	221 000						
10 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		221 000	221 000						
10 007 0021 0002 0050 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE OBRAS	F	221 000	221 000						
TOTAL		221 000	221 000						
FISCAL		221 000	221 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

22 SECRETARIA DE OBRAS
22301 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		3 000 000	3 000 000						
HABITAÇÃO E URBANISMO		3 000 000	3 000 000						
ADMINISTRAÇÃO		3 000 000	3 000 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		3 000 000	3 000 000						
10 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		3 000 000	3 000 000						
10 007 0021 0002 0057 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	F	3 000 000	3 000 000						
TOTAL		3 000 000	3 000 000						
FISCAL		3 000 000	3 000 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26101 SECRETARIA DE TRANSPORTES

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		540 000	540 000						
TRANSPORTE		540 000	540 000						
ADMINISTRAÇÃO		540 000	540 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		540 000	540 000						
16 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		540 000	540 000						
16 007 0021 0002 0022 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	F	540 000	540 000						
TOTAL		540 000	540 000						
FISCAL		540 000	540 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA		100 000				100 000			
TRANSPORTE		100 000				100 000			
TRANSPORTE RODOVIÁRIO		100 000				100 000			
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		100 000				100 000			
16 088 0537 1405 AMPLIAÇÃO E EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO		100 000				100 000			
16 088 0537 1405 0004 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA DF-001 TRECHO ENTRE OS KM 97 E 115 EM BRAZLÂNDIA	F	100 000				100 000			
REGIÃO IX - CEILÂNDIA		100 000				100 000			
TRANSPORTE		100 000				100 000			
TRANSPORTE RODOVIÁRIO		100 000				100 000			
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		100 000				100 000			
16 088 0537 1507 CONSTRUÇÃO DE VIA DE LIGAÇÃO CEILÂNDIA - SAMAMBAIA		100 000				100 000			
16 088 0537 1507 0001 CONSTRUÇÃO DE VIA DE LIGAÇÃO CEILÂNDIA - SAMAMBAIA	F	100 000				100 000			
TOTAL		200 000				200 000			
FISCAL		200 000				200 000			
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26203 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		1 100 000	1 100 000						
TRANSPORTE		1 100 000	1 100 000						
ADMINISTRAÇÃO		1 100 000	1 100 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1 100 000	1 100 000						
16 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		1 100 000	1 100 000						
16 007 0021 0002 0026 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS	F	1 100 000	1 100 000						
TOTAL		1 100 000	1 100 000						
FISCAL		1 100 000	1 100 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES
26204 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		4 300 000	4 300 000						
TRANSPORTE		4 300 000	4 300 000						
ADMINISTRAÇÃO		4 300 000	4 300 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		4 300 000	4 300 000						
16 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		4 300 000	4 300 000						
16 007 0021 0002 0053 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	F	4 300 000	4 300 000						
TOTAL		4 300 000	4 300 000						
FISCAL		4 300 000	4 300 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

28 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
28202 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		300 000	300 000						
HABITAÇÃO E URBANISMO		300 000	300 000						
ADMINISTRAÇÃO		300 000	300 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		300 000	300 000						
10 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		300 000	300 000						
10 007 0021 0002 0055 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL	F	300 000	300 000						
TOTAL		300 000	300 000						
FISCAL		300 000	300 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — REGIONALIZAÇÃO — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

36 SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL
36101 SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL		100 000	100 000						
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		100 000	100 000						
ADMINISTRAÇÃO		100 000	100 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		100 000	100 000						
07 007 0021 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		100 000	100 000						
07 007 0021 0002 0084 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	F	100 000	100 000						
TOTAL		100 000	100 000						
FISCAL		100 000	100 000						
SEGURIDADE									

CANCELAMENTO — DETALHAMENTO DA DESPESA — ORÇAMENTO FISCAL — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
11101 SECRETARIA DE GOVERNO				597 000
03 007 0021 2002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL; Ref 001123 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GOVERNO	31 90 11	100	497 000	497 000
15 081 0486 2309 PROGRAMA DE APOIO A INTEGRAÇÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS; Ref 002636 0001 APOIAR AÇÕES INTEGRADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS A FAMÍLIA E A SOCIEDADE	43 90 32	104	100 000	100 000

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
11100 REGIÃO ADMINISTRATIVA I - PLANO PILOTO				300 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003499 0033 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO PILOTO	31 90 11	100	300 000	300 000
11101 REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA				61 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003016 0070 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA	31 90 11	100	61 000	61 000
11102 REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA				396 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 000674 0064 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	31 90 11	100	96 000	96 000
01 030 0175 1601 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE JUSCELINO KUBITSCHEK EM TAGUATINGA Ref 001648 0001 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE JUSCELINO KUBITSCHEK EM TAGUATINGA	45 90 51	100	300 000	300 000
11106 REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA				620 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003009 0072 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA	31 90 11	100	220 000	220 000
01 007 0023 2007 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS Ref 003008 0001 CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO ESTÁDIO CHAPADINHA EM BRAZLÂNDIA	45 90 51	100	30 000	30 000
08 046 0234 2005 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS Ref 001606 0008 ILUMINAÇÃO DE CINCO CAMPOS DE FUTEBOL AMADOR EM BRAZLÂNDIA	34 90 39	100	30 000	30 000

CANCELAMENTO — DETALHAMENTO DA DESPESA — ORÇAMENTO FISCAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
10 058 0323 1530 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO Ref 001695 0007 PAVIMENTAÇÃO DE QUADRAS DE LIGAÇÃO COM O SETOR VEREDAS EM BRAZLÂNDIA	45 90 51	100	100 000	100 000
10 088 0127 1246 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA Ref 003690 0013 COMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO NOVO ASSENTAMENTO DE BRAZLÂNDIA	34 90 39	100	300 000	300 000
11107 REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO				82 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002824 0074 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	31 90 11	100	82 000	82 000
11108 REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA				360 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002640 0063 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	31 90 11	100	260 000	260 000
13 076 0447 1651 IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA Ref 001721 0001 IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ESTÂNCIA PLANALTINA	45 90 51	100	100 000	100 000
11109 REGIÃO ADMINISTRATIVA VII - PARANOÁ				330 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002644 0050 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ	31 90 11	100	230 000	230 000
10 057 0316 1309 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO PARANOÁ Ref 001734 0001 URBANIZAÇÃO DE ÁREA PARA ASSENTAMENTO DE POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES NO PARANOÁ	45 90 51	100	100 000	100 000
11110 REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE				110 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003130 0093 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE	31 90 11	100	110 000	110 000
11111 REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA				90 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002725 0062 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	31 90 11	100	90 000	

CANCELAMENTO — DETALHAMENTO DA DESPESA — ORÇAMENTO FISCAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
				90 000
11112 REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ				480 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003047 0079 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	31 90 11	100	30 000	30 000
10 058 0323 1063 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO Ref 001736 0004 REFORMA DA CICLOVIA DO GUARÁ I	45 90 51	100	150 000	150 000
10 058 0323 1670 OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA VILA ESTRUTURAL Ref 001738 0001 OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA VILA ESTRUTURAL	45 90 51	100	300 000	300 000
11113 REGIÃO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO				260 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002718 0070 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO	31 90 11	100	260 000	260 000
11114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA				400 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002671 0063 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	31 90 11	100	400 000	400 000
11115 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIII - SANTA MARIA				87 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002652 0050 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA	31 90 11	100	87 000	87 000
11116 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV - SÃO SEBASTIÃO				140 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002780 0064 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO	31 90 11	100	140 000	140 000
11117 REGIÃO ADMINISTRATIVA XV - RECANTO DAS EMAS				230 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002653 0060 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS	31 90 11	100	100 000	100 000
10 058 0571 1652 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO RECANTO DAS EMAS - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS				

CANCELAMENTO — DETALHAMENTO DA DESPESA — ORÇAMENTO FISCAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref 001763 0001 IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NO RECANTO DAS EMAS	45 90 51	100	130 000	130 000
11118 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVI - LAGO SUL				26 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003007 0077 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO SUL	31 90 11	100	26 000	26 000
11119 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVII - RIACHO FUNDO				220 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002833 0075 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO	31 90 11	100	220 000	220 000
11121 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA				127 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002807 0073 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CANDANGOLÂNDIA	31 90 11	100	127 000	127 000
14100 SECRETARIA DE AGRICULTURA				220 000
04 007 0021 2102 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003470 0045 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	31 90 11	100	220 000	220 000
14200 FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL				300 000
04 007 0021 2102 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003476 0047 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	31 90 11	100	300 000	300 000
14300 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL				332 000
04 007 0021 2102 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003482 0049 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	31 90 11	100	332 000	332 000
19100 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO				2 000 000
03 008 0033 2419 ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA INTERNA Ref 000020 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	32 90 21	104	2 000 000	2 000 000
20100 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL				310 000

CANCELAMENTO — DETALHAMENTO DA DESPESA — ORÇAMENTO FISCAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
11 007 0020 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 000071 0046 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	31 90 11	100	310 000	310 000
22100 SECRETARIA DE OBRAS				221 000
16 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003110 0060 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE OBRAS	31 90 11	100	221 000	221 000
22200 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL				1 000 000
16 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002640 0097 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	31 90 11	103	1 000 000	1 000 000
26100 SECRETARIA DE TRANSPORTES				140 000
16 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 000309 0092 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	31 90 11	100	140 000	140 000
26200 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL				200 000
16 088 0517 1406 AMPLIAÇÃO E EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO Ref 001902 0004 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA DF-001, TRECHO ENTRE ... BRAZLÂNDIA	45 90 51	100	100 000	100 000
16 088 0537 1597 CONSTRUÇÃO DE VIA DE LIGAÇÃO CEILÂNDIA - SAMAMBAIA Ref 003013 0001 CONSTRUÇÃO DE VIA DE LIGAÇÃO CEILÂNDIA - SAMAMBAIA	45 90 51	100	100 000	100 000
26300 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS				1 100 000
16 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 000419 0095 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS	31 90 11	100	1 100 000	1 100 000
26500 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL				4 200 000
16 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 000306 0093 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	31 90 11	100	4 200 000	4 200 000

CANCELAMENTO — DETALHAMENTO DA DESPESA — ORÇAMENTO FISCAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
28100 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL				300 000
16 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 000609 0066 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL	31 90 11	100	300 000	300 000
34100 SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL				100 000
07 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 003001 0004 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	31 90 11	100	100 000	100 000
			TOTAL	16 640 000

* As transferências não constam do Total

CRÉDITO SUPLEMENTAR — DETALHAMENTO DA DESPESA — ORÇAMENTO FISCAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01100 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL				9 930 000
01 007 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002339 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA	31 90 11	100	9 930 000	9 930 000
10100 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR				13 000 000
10 058 0323 2169 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS Ref 004930 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34 90 39 34 90 92	100 100	8 000 000 5 000 000	13 000 000
12100 PROCURADORIA GERAL				10 804 000
01 007 0021 2102 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002343 0095 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA PROCURADORIA GERAL	31 90 11	100	10 804 000	10 804 000
13100 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				3 340 000
01 007 0021 2102 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002795 0007 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	31 90 11	100	3 340 000	3 340 000
16100 SECRETARIA DE CULTURA				400 000
08 048 0021 2102 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002391 0010 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE CULTURA	31 90 11	100	400 000	400 000
19100 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO				9 110 160
01 007 0021 2102 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002316 0067 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	31 90 11	100	9 110 160	9 110 160
19200 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL				2 000 000
03 009 0044 2240 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES Ref 002688 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	34 90 39	100	2 000 000	2 000 000
31300 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA				15 260 000
10 069 0021 2102 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002411 0024 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	31 90 11	100	5 260 000	5 260 000

CRÉDITO SUPLEMENTAR — DETALHAMENTO DA DESPESA — ORÇAMENTO FISCAL
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
10 069 0325 2079 EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA Ref 000170 0001 EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	34 90 39	100	10 000 000	10 000 000
21200 FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA				700 000
01 017 0021 2100 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Ref 002531 0025 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	31 90 11	100	700 000	700 000
26300 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS				1 200 000
16 007 0021 2234 MANUTENÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS Ref 002417 0001 MANUTENÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	34 90 39	100	1 200 000	1 200 000
33100 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE				13 421 200
15 007 0021 2501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS Ref 003997 0101 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE	34 90 30 34 90 39 45 90 52	100 100 100	20 000 400 000 20 000	440 000
14 078 0486 1467 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL Ref 004020 0001 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL	34 90 48	100	3 000 000	3 000 000
15 081 0470 2299 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA Ref 003990 0002 DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS PARA FAMÍLIAS	34 90 30	100	4 960 000	4 960 000
15 081 0470 2299 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA Ref 003991 0003 DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PARA FAMÍLIAS	34 90 30 34 90 39	100 100	2 960 000 475 200	3 435 200
15 081 0470 2299 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA Ref 003992 0005 DISTRIBUIÇÃO DE PÃO PARA FAMÍLIAS	34 90 40 34 90 39	100 100	995 000 581 640	1 576 640
34100 SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE				790 000

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

DETALHAMENTO DA DESPESA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
[illegible]	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref [illegible]	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	[illegible]	100	[illegible]	[illegible]

* As transferências não somam no Total — TOTAL [illegible]

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

DETALHAMENTO DA DESPESA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01100	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL				1 062 000
01 007 0021 8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref 002339 0000	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA	31 90 11	100	1 062 000	
					762 000
19000	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR				4 000 000
10 090 0723 8500	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref 00[illegible] 0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34 90 39	100	1 900 000	
		34 90 39	104	3 100 000	
					4 000 000
24100	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL				4 800 740
06 007 0021 8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref 002300 0033	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL	31 90 92	100	4 800 740	
					4 800 740

* As transferências não somam no Total — TOTAL 10 862 740

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

DETALHAMENTO DA DESPESA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
24100	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL				1 177 300
15 082 0495 8503	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref 002395 0000	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA CIVIL	31 90 92	100	1 177 300	
					1 177 300

* As transferências não somam no Total — TOTAL 1 177 300

Data 14/10/1999 — Página 2

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 130201 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

UNIDADE: 19301 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref 002609 03 009 0045 22410001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES TEMÁTICAS									
349030	220	32 300,00		-20 000,00			1 982,10	10 317,90	
349033	220	46 370,00		-40 000,00				6 370,00	
349035	220	117 300,00		-70 000,00			15 000,00	32 300,00	5 655,00
349039	220	2 185 822,00		-600 000,00			1 487 426,04	98 395,96	645 719,50
459052	220	1 550,00						1 550,00	
		2.383.342,00		-730.000,00			1.504.408,14	148.933,86	651.374,50
Ref 002610 03 010 0057 22420001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO									
349035	220	50 000,00		-30 000,00				20 000,00	
349039	220	1 015 000,00		-800 000,00			115 500,00	99 500,00	38 802,37
459052	220	290 000,00		-200 000,00			1 776,00	88 224,00	1 776,00
		1.355.000,00		-1.030.000,00			117.276,00	207.724,00	40.578,37
Ref 002611 15 081 0486 85040015 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL									
319008	100	259 663,00					142 397,42	117 265,58	142 316,35
349039	220	1 728 894,00		720 000,00			1 372 296,13	676 697,87	627 987,44
		1.988.557,00		720.000,00			1.714.683,55	793.873,45	770.303,79
TOTAIS		45.083.974,00		[illegible] 720.000,00			25.346.364,11	19.577.609,89	23.746.638,95

Data 14/10/1999 — Página 1

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 130201 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

UNIDADE: 19301 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref 002606 03 007 0021 85010018 FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL									
349014	220	110 000,00		-90 000,00			3 778,69	16 221,31	3 778,69
349030	220	1 110 000,00		-500 000,00			244 739,99	365 260,01	73 931,51
349033	220	48 000,00					22 343,24	25 656,76	
349035	220	263 500,00		-200 000,00				63 500,00	
349036	220	278 000,00		-250 000,00			12 900,00	15 100,00	12 900,00
349037	220			200 000,00				200 000,00	
349039	220	3 273 198,00		-677 560,00			1 402 888,08	1 192 949,92	883 859,10
349041	220	108 000,00						108 000,00	
349092	220	790 000,00		-157 000,00			544 040,23	12 959,77	678 921,02
459052	220	115 220,00		-200 000,00			30 112,70	84 907,30	20 753,15
459092	220			560,00				560,00	
		6.306.118,00		-1.560.000,00			2.361.562,93	2.084.555,07	1.674.143,47
Ref 002607 03 007 0021 85020018 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL									
319008	220	30 000,00					8 977,69	21 022,31	8 977,69
319009	100	90,00					1,92	88,08	1,92
319009	220	10,00						10,00	
319011	100	12 986 405,00		-9 605,00			11 214 769,00	1 762 031,00	11 202 535,78
319011	220	1 405 119,00		-165 150,00				1 239 969,00	
319013	100	4 776 804,00					3 789 104,49	987 699,51	3 785 994,64
319013	220	530 755,00					4 022,12	526 732,88	4 022,12
319016	100	307 038,00					215 108,31	91 929,69	215 108,31
319016	220	34 116,00						34 116,00	
319092	100			9 605,00			9 604,52	0,48	9 604,52
319092	220			25 150,00			22 115,26	3 034,74	13 273,24
319093	220			140 000,00			108 367,09	31 632,91	
		20.078.337,00					15.372.070,40	4.698.266,60	15.239.420,22
Ref 000567 03 007 0023 85050001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA									
349034	220	150 000,00					148 000,00	2 000,00	56 018,39
		150.000,00					148.000,00	2.000,00	56.018,39
Ref 000568 03 007 0024 21350001 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA									
349030	220	180 000,00		-50 000,00			19 586,00	30 414,00	19 166,00
349039	220	550 000,00		-500 000,00				50 000,00	
459052	220	400 000,00		-350 000,00			6 470,00	43 530,00	5 570,00
		1.050.000,00		-900.000,00			26.056,00	123.944,00	24.736,00
Ref 002608 03 009 0044 22400001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES									
349030	220	77 000,00					15.000,00	62 000,00	1 891,90
349033	220	40 000,00						40 000,00	
349039	220	11 316 090,00		13 920 000,00			13 880 526,99	11 355 563,01	5 282 308,51
459052	220	1 167 530,00		-1 100 000,00			6 780,10	60 749,90	5 876,00
		12.600.620,00		12.820.000,00			13.902.307,09	11.518.312,91	5.298.156,41
Ref 002609 03 009 0045 22410001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES TEMÁTICAS									

Data 14/10/1999 — Página 2

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 330101 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE

UNIDADE: 33101 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
		0,00		300.000,00				300.000,00	
Ref 003994 15 081 0478 22990005 DISTRIBUIÇÃO DE PÃO E LEITE PARA ENTIDADES									
349030	100			264 000,00				264 000,00	
349039	100			36 000,00				36 000,00	
		0,00		300.000,00				300.000,00	
Ref 003995 15 081 0478 22990006 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA									
349030	100			35 000,00			13 329,80	21 670,20	13 329,80
349032	100			235 000,00			7 501,00	227 499,00	7 501,00
349039	100			210 000,00			3 600,00	206 400,00	3 600,00
		0,00		480.000,00			24.430,80	455.569,20	24.430,80
Ref 003989 15 081 0486 85040084 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE									
319008	100			10 000,00			498,75	9 501,25	498,75
349039	100			8 000,00			1 522,72	6 477,28	1 522,72
		0,00		18.000,00			2.021,47	15.978,53	2.021,47
TOTAIS				17.300.000,00			11.916.862,18	5.383.137,82	6.557.463,98

Data 14/10/1999 — Página 1

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 330101 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE

UNIDADE: 33101 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref 003997 03 007 0021 85010101 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE									
349014	100			11 000,00			1 819,37	9 180,63	1 819,37
349030	100			100 000,00			23 530,67	76 469,33	15 172,85
349033	100			17 000,00			1 898,11	15 101,89	1 898,11
349036	100			2 000,00				2 000,00	
349039	100			1 240 000,00			828 801,07	411 198,93	115 626,42
459051	100			100 000,00				100 000,00	
459052	100			93 000,00			40 457,69	52 542,31	38 615,69
		0,00		1.563.000,00			896.506,91	666.493,09	173.132,44
Ref 001988 03 007 0021 85020085 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE									
319008	100			5 000,00			722,00	4 278,00	722,00
319009	100			2 000,00				2 000,00	
319011	100			800 000,00			453 989,80	346 010,20	453 989,80
319013	100			200 000,00			90 741,70	109 258,30	90 741,70
319016	100			2 000,00				2 000,00	
319093	100			53 000,00			6 630,78	46 369,22	6 630,78
		0,00		1.062.000,00			552.084,28	509.915,72	552.084,28
Ref 001996 03 007 0024 16590001 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA									
349030	100			100 000,00				100 000,00	
349039	100			757 000,00			450 000,00	307 000,00	206 142,38
459052	100			50 000,00				50 000,00	
		0,00		907.000,00			450.000,00	457.000,00	206.142,38
Ref 004029 14 078 0486 16670001 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL									
349004	100			2 400 000,00			271 573,46	2 128 426,54	271 573,46
		0,00		2.400.000,00			271.573,46	2.128.426,54	271.573,46
Ref 003990 15 081 0478 22990001 DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS PARA FAMÍLIAS									
349030	100			130 000,00			130 000,00		
349030	104			2 000 000,00			2 000 000,00		
349039	100			2 990 000,00			2 926 775,80	63 224,20	2 926 775,80
		0,00		5.120.000,00			5.056.775,80	63.224,20	2.926.775,80
Ref 001991 15 081 0478 22990002 DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PARA FAMÍLIAS									
349030	100			1 611 000,00			1 611 000,00		559 901,68
349030	104			300 000,00				300 000,00	
349039	100			1 339 000,00			1 285 000,00	54 000,00	1 089 583,15
		0,00		3.250.000,00			2.896.000,00	354.000,00	1.649.484,83
Ref 001992 15 081 0478 22990003 DISTRIBUIÇÃO DE PÃO PARA FAMÍLIAS									
349030	100			1 210 300,00			1 183 769,46	26 530,54	282 569,56
349039	100			689 700,00			583 700,00	106 000,00	471 248,96
		0,00		1.900.000,00			1.767.469,46	132.530,54	753.818,52
Ref 001993 15 081 0478 22990004 ISENÇÃO DE TARIFAS DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA									
349039	100			300 000,00				300 000,00	

Data 14/10/1999 — Página 1

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Atualizado em

GESTORA:

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO

Data 14/10/1999 — Página 2

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 150204 FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

UNIDADE: 21304 FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
		150.000,00		-20.000,00			88.441,02	41.558,98	88.441,02
Ref 002529 15 082 0495 85030001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS									
319001	100	120 000,00		-20 000,00			92 795,52	7 204,48	92 795,52
319003	100	3 500,00		-3 000,00				500,00	
319008	100	1 000,00		-500,00				500,00	
319009	100	500,00					6,40	493,60	6,40
		125.000,00		-23.500,00			92.801,92	8.698,08	92.801,92
TOTAIS		3.725.000,00		45.046,00			2.067.083,52	902.962,48	2.734.794,33

Data 14/10/1999 — Página 1

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 150204 FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

UNIDADE: 21304 FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref 002541 03 007 0023 85050001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA									
349034	100	23 000,00		-20 000,00			1 000,00	2 000,00	
		23.000,00		-20.000,00			1.000,00	2.000,00	
Ref 002534 03 017 0021 85010025 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA									
349014	220	30 000,00						30 000,00	
349030	100	250 000,00		-50 400,00			173 936,02	25 663,98	132 798,15
349030	220	200 000,00		5 046,00			128 444,14	76 601,86	119 961,41
349032	100	200,00						200,00	
349033	100	30 000,00		-30 000,00					
349033	220	10 000,00						10 000,00	
349035	100	5 000,00		-5 000,00					
349036	100	1 800,00					1 400,00	400,00	1 000,00
349036	220			2 000,00				2 000,00	
349039	100	250 000,00		352 000,00			585 947,57	16 052,43	562 886,26
349039	220	490 000,00		-32 000,00			74 234,55	383 765,45	73 487,81
349041	100			45 000,00			24 099,45	20 900,55	24 099,45
349041	220			30 000,00			4 422,81	25 577,19	4 422,81
349092	100	15 000,00		88 000,00			102 735,96	264,04	102 735,96
349092	220	15 000,00					1 939,37	13 060,63	1 939,37
459051	100	35 000,00		90 000,00			57 030,66	67 969,34	
459051	220	80 000,00						80 000,00	
459052	100	320 000,00		-320 000,00					
459052	220	100 000,00					41 655,58	58 344,42	41 655,58
		1.822.000,00		104.646,00			1.195.846,11	810.799,89	1.064.556,92
Ref 002531 03 017 0021 85020025 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA									
319008	100	3 000,00		-2 000,00			538,00	462,00	538,00
319009	100	1 000,00		-500,00			80,32	419,68	80,32
319011	100	1 306 000,00		51 000,00			1 347 615,66	9 384,34	1 347 615,66
319013	100	120 000,00					110 825,89	9 174,11	110 825,89
319016	100	15 000,00					2 182,73	12 817,27	2 182,73
319092	100	15 000,00					12 478,17	2 521,83	12 478,17
319093	100	45 000,00		-25 000,00			14 932,90	5 067,10	14 932,90
		1.505.000,00		23.500,00			1.488.653,67	39.846,33	1.488.653,67
Ref 002311 06 017 0106 10990001 AMBIENTAÇÃO E PAISAGISMO DA ÁREA DE VISITAÇÃO									
349030	100	10 000,00		-9 600,00			340,80	59,20	340,80
349039	100	15 000,00		-15 000,00					
459051	100	50 000,00		-50 000,00					
459052	100	25 000,00		-25 000,00					
		100.000,00		-99.600,00			340,80	59,20	340,80
Ref 002536 15 081 0486 85040022 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA									
319008	100	70 000,00					42 588,50	27 411,50	42 588,50
349039	100	80 000,00		-20 000,00			45 852,52	14 147,48	45 852,52

Data 14/10/1999 — Página 2

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 340101 SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

UNIDADE: 34101 SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref 003973 08 046 0224 22960001 DESENVOLVIMENTO, APOIO E REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS NAS ÁREAS DE LAZER E RECREAÇÃO									
349039	120			215 530,00			47 124,00	168 406,00	
349039	125			555 419,00			508 540,20	46 878,80	487 454,70
349039	132			24 713,00				24 713,00	
349093	121			51,00				51,00	
459051	125			635 000,00			545 435,72	89 564,28	545 435,72
459052	125			25 000,00			987,60	24 012,40	987,60
459052	132			20 672,00			19 210,00	1 462,00	
		0,00		2.712.034,00	300.000,00		1.847.546,66	664.487,34	1.567.949,94
Ref 003974 15 081 0486 85040081 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE									
319008	100			47 835,00			27 242,68	20 592,32	27 242,68
349039	100			54 293,00			43 954,62	10 338,38	41 648,94
		0,00		102.128,00			71.197,30	30.930,70	68.891,62
TOTAIS				7.430.333,00	300.000,00		4.327.094,81	1.083.138,19	5.746.019,25

Data 14/10/1999 — Página 1

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 340101 SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

UNIDADE: 34101 SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref 003972 08 046 0021 22950001 MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE									
349030	125			10 000,00				10 000,00	
349039	125			150 000,00			115 182,60	34 817,40	115 182,60
349092	125			5 000,00				5 000,00	
459051	125			155 000,00			149 312,70	5 687,30	121 412,01
459052	125			50 000,00			35 205,40	14 794,60	32 880,40
		0,00		370.000,00			299.700,70	70.299,30	269.475,01
Ref 003969 08 046 0021 85010098 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE									
349014	100			4 000,00			1 742,63	2 257,37	1 742,63
349030	100			99 500,00			99 496,77	3,23	98 372,33
349030	101			30 000,00				30 000,00	
349033	100			10 000,00			10 000,00		
349036	100			52 600,00			49 480,20	3 119,80	45 080,18
349039	100			814 406,00			812 263,64	2 142,36	806 136,50
349039	101			970 000,00			950 582,05	19 417,95	772 240,04
349092	100			249 300,00			249 290,00	10,00	249 290,00
459052	100			8 000,00			7 948,00	52,00	7 948,00
459052	120			174 470,00			92 709,28	81 760,72	23 839,00
		0,00		2.412.276,00			2.273.512,57	138.763,43	2.004.648,68
Ref 003970 08 046 0021 85020082 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE									
319008	100			10 000,00				10 000,00	
319009	100			473,00			79,36	393,64	79,36
319011	100			1 694 331,00			1 677 540,95	16 790,05	1 677 497,45
319013	100			144 491,00			112 919,10	31 571,90	112 919,10
319016	100			5 500,00				5 500,00	
319092	100			34 000,00			33 330,63	669,37	33 330,63
319093	100			45 000,00			11 267,54	33 732,46	11 267,54
		0,00		1.933.795,00			1.835.137,58	98.657,42	1.835.094,08
Ref 003971 08 046 0234 16570001 CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DE SANTA MARIA									
459051	125			100 000,00	100 000,00				
		0,00		100.000,00	100.000,00				
Ref 003973 08 046 0224 22960001 DESENVOLVIMENTO, APOIO E REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS NAS ÁREAS DE LAZER E RECREAÇÃO									
349030	120			238 400,00			7 145,60	231 254,40	7 145,50
349030	125			47 000,00			43 459,48	3 540,52	2 750,00
349030	132			55 483,00			55 460,06	22,94	
349032	125			15 000,00				15 000,00	
349033	125			50 000,00			40 000,00	10 000,00	37 369,32
349036	120			46 000,00			45 500,00	500,00	15 030,00
349036	121			9 966,00			9 966,00		9 966,00
349036	125			103 000,00			53 918,00	49 082,00	53 918,00
349036	132			470 800,00			470 800,00		487 893,00
349039	110			200 000,00	200 000,00				

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 4

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 230101 SECRETARIA DE CULTURA

UNIDADE: 16101 SECRETARIA DE CULTURA

136

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 004022 08 048 0247 85010103 FUNCIONAMENTO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO									
349030	100			50 000,00				50 000,00	
349033	131			6 360,00			6 360,00		5 897,64
349036	100			474 369,00			272 062,36	202 306,64	217 362,36
349036	131			27 500,00			27 500,00		27 200,00
349039	100			42 067,00			25 900,00	16 167,00	25 900,00
349039	131			31 810,00			31 810,00		29 050,00
		0,00		632.106,00			363.632,36	268.473,64	305.610,00
Ref.: 002392 15 081 0486 85040000 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE CULTURA									
319008	100	50 000,00		138 313,00			65 480,25	123 032,75	65 480,25
349039	100	55 000,00		180 973,00			101 666,94	134 306,06	101 666,94
		105.000,00		319.406,00			167.147,19	257.338,81	167.147,19
TOTAIS		4.210 000,00	-150,00	11.423.971,00	570.000,00	35.000,00	8.160.496,24	6.060.224,76	7.460.718,73

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 3

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 230101 SECRETARIA DE CULTURA

UNIDADE: 16101 SECRETARIA DE CULTURA

137

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 001685 08 048 0247 13240001 REIMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRASÍLIA									
459051	100	170 000,00		-170 000,00					
459052	100	30 000,00		-30 000,00					
		200.000,00		-200.000,00					
Ref.: 003773 08.048.0247.16060001 CRIAÇÃO DA CASA DE CULTURA DA VILA PLANALTO									
349039	100	20 000,00			20 000,00				
459051	100	100 000,00			100 000,00				
		120.000,00			120.000,00				
Ref.: 004017 08 048 0247 16640001 REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA SECRETARIA DE CULTURA									
349039	100			100 000,00			20 215,80	79 784,20	5 305,80
		0,00		100.000,00			20.215,80	79.784,20	5.305,80
Ref.: 004018 08 048 0247 16650001 PROJETO CLASSE ARTE									
349039	100								
		0,00							
Ref.: 000327 08 048 0247 20720001 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS CULTURAIS E DE MEMÓRIA									
349030	100	100 000,00				15 000,00	18 095,10	66 904,90	15 206,90
349032	132			10 000,00				10 000,00	
349036	100	20 000,00					5 464,00	14 536,00	5 464,00
349039	100	200 000,00		-43 400,00			56 964,77	99 627,23	47 279,44
349092	100			43 400,00			43 407,61	0,39	43 407,61
459051	100	100 000,00						100 000,00	
459052	100	180 000,00		-180 000,00					
		600.000,00		-170.000,00		15.000,00	123.931,48	391.068,52	111.357,95
Ref.: 004019 08.048 0247 23050001 PROMOÇÃO E INCENTIVO DE PROGRAMAS CULTURAIS									
349030	100			150 000,00			8 677,40	141 322,60	1 800,00
349035	100			5 000,00				5 000,00	
349036	100			255 000,00			188 500,00	66 500,00	168 400,00
349036	120			80 000,00				80 000,00	
349039	100			1 300 608,00			814 430,00	486 178,00	622 238,44
349039	120			230 501,00				230 501,00	
		0,00		2.021.109,00			1.011.607,40	1.009.501,60	792.438,44
Ref.: 004020 08 048 0247 23050002 DIVULGAÇÃO DA MÚSICA POPULAR E ERUDITA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO									
349004	110			50 000,00	50 000,00				
349039	110			150 000,00	150 000,00				
		0,00		200.000,00	200.000,00				
Ref.: 004021 08 048 0247 23060001 APOIO AO IX ENCONTRO NACIONAL DE CAPOEIRA - ENCA E A VOLTA AO MUNDO DE									
349039	100			100 000,00			100 000,00		100 000,00
		0,00		100.000,00			100.000,00		100.000,00
Ref.: 004022 08 048 0247 85010103 FUNCIONAMENTO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO									
349004	100								

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 2

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 230101 SECRETARIA DE CULTURA

UNIDADE: 16101 SECRETARIA DE CULTURA

138

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 003772 03 007 0247 15900001 REFORMA DO CENTRO DE TRADIÇÕES POPULARES DE SOBRADINHO									
459051	100	50 000,00			50 000,00				
		50.000,00			50.000,00				
Ref.: 004013 03.008 0031 23010001 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL CLÁUDIO SANTORO									
349039	100			100 000,00	100 000,00				
		0,00		100.000,00	100.000,00				
Ref.: 004014 03.008 0031 23020001 EDIÇÃO E IMPRESSÃO DO JORNAL RADICAL DA FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO									
349039	100			100 000,00	100 000,00				
		0,00		100.000,00	100.000,00				
Ref.: 000326 08 007 0024 10840001 INFORMATIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA									
349030	100	10 000,00		15 000,00			7 259,90	17 740,10	6 790,30
459052	100	35 000,00		-5 000,00				30 000,00	
		45.000,00		10.000,00			7.259,90	47.740,10	6.790,30
Ref.: 002390 08 048 0021 85010010 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE CULTURA									
349014	100	5 000,00		46 000,00			17 649,39	33 110,61	17 649,39
349030	100	30 000,00		317 684,00		20 000,00	62 481,76	265 202,24	52 935,53
349033	100	10 000,00		40 000,00			42 200,00	7 800,00	26 084,98
349036	100	3 000,00		40 000,00			4 500,00	38 500,00	4 500,00
349039	100	207 000,00	-150,00	1 264 601,00			764 289,05	707 161,95	633 305,46
349039	120			40 000,00				40 000,00	
349041	100			311 770,00			123 751,77	188 018,23	107 601,34
349092	100	5 000,00					10 240,00	9 760,00	10 240,00
459052	100	20 000,00							
459052	120			30 000,00				30 000,00	
		280.000,00	-150,00	2.090.055,00		20.000,00	1.045.151,97	1.324.753,03	852.356,68
Ref.: 002391 08 048 0021 85020010 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE CULTURA									
319008	100	1 000,00		737,00			810,00	927,00	810,00
319009	100	1 000,00		46,00			60,64	985,36	60,64
319011	100	2 351 000,00		5 640 207,00			4 952 679,19	3 240 527,81	4 950 989,06
319013	100	160 000,00		132 768,00			198 992,37	93 775,63	198 864,77
319016	100	25 000,00		4 247,00			11 841,82	17 405,18	11 841,82
319092	100	30 000,00		-26 318,00			301,22	3 380,78	301,22
		2.798.000,00		5.731.587,00			5.164.585,34	3.357.001,76	5.162.747,51
Ref.: 004015 08 048 0031 23030001 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À SOCIEDADE CIVIL MEMORIAL JUSCELINO KUBITSCHEK									
349039	100			269 628,00			156 964,90	112 663,10	156 964,70
		0,00		269.628,00			156.964,90	112.663,10	156.964,70
Ref.: 004016 08 048 0031 23040001 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER									
349039	100			120 000,00				120 000,00	
		0,00		120.000,00				120.000,00	
Ref.: 001685 08 048 0247 13240001 REIMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRASÍLIA									

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 1

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 140103 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

UNIDADE: 16101 SECRETARIA DE CULTURA

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 002390 08 048 0021 85010010 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE CULTURA									
349039	100		150,00				4,29	145,71	4,29
		0,00	150,00				4,29	145,71	4,29
TOTAIS			150,00				4,29	145,71	4,29

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 6

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 140106

UNIDADE: 13101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 002074 15 082 0495 85030001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS									
319001	100		24 422 020,14				24 397 890,98	24 129,16	24 397 890,98
319001	106		49 180 000,00				49 180 000,00		49 179 989,06
319003	106		23 504 808,88				23 501 225,52	3 583,36	23 501 225,52
319008	106		200 000,00				165 151,67	34 848,33	165 151,67
319009	106		5 000,00				4 620,24	379,76	4 620,24
319092	100		31 000,00				31 000,00		31 000,00
319092	106		1 248 158,71				1 248 158,71	0,00	1 248 158,71
		0,00	108.990.987,73				108.528.047,12	62.940,61	108.528.037,82
TOTAIS			108.990.987,73				108.528.047,12	62.940,61	108.528.037,82

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 5

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 140105

UNIDADE: 13101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 000274 03 007 0025 20320001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS									
349039	100		151 245,00				151 245,00		151 245,00
349039	101		105 469,68				105 469,68		105 469,68
349039	104		150 515,37				150 515,37		150 515,37
		0,00	407.230,25				407.230,25		407.230,25
TOTAIS			407.230,25				407.230,25		407.230,25

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 4

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 140103 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

UNIDADE: 13101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 002793 03 007 0043 15230001 MODERNIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS									
349036	100		1 400,00				1 400,00		1 400,00
		0,00	1.400,00				1.400,00		1.400,00
TOTAIS			1.400,00				1.400,00		1.400,00

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 3

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 140101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 13101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

143

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 000282 03 007 0024 20630001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
349092	100	250 000,00		-214 000,00			23 836,09	12 163,91	23 836,09
		2.007.370,00		363.000,00			1.755.548,54	615.621,46	1.723.548,56
Ref.: 000274 03 007 0025 20320001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS									
349039	100	3 600 000,00	-151 245,00				3 248 451,93	315,07	3 247 251,91
349039	101	10 160 000,00	-105 469,68				9 965 630,94	88 899,38	9 949 181,29
349039	104	23 725 000,00	-150 515,37				14 197 542,71	8 876 941,72	14 080 955,91
349092	101	5 000 000,00		-1 065 000,00		219 578,00	587 356,74	2 407 263,26	587 356,74
		42.485.000,00	-407.230,25	-1.065.000,00		219.578,00	27.918.982,22	11.373.409,43	27.780.745,87
Ref.: 002793 03 007 0043 15230001 MODERNIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS									
349030	100	7 000,00						7 000,00	
349036	100		-1 400,00	1 400,00					
349039	100	3 000,00		-1 400,00				1 600,00	
		10.000,00	-1.400,00					8.600,00	
Ref.: 002800 15 081 0486 85040005 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO									
319008	100	270 180,00					182 149,80	88 030,20	182 149,80
349039	100	302 630,00					191 188,33	111 441,67	191 188,33
		572.810,00					373.338,13	199.471,87	373.338,13
Ref.: 003770 15 081 0486 85040000 CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS AOS SERVIDORES DO GDF NA FORMA DA LEI 1593/97									
349018	100	250 000,00			250 000,00				
		250.000,00			250.000,00				
Ref.: 002074 15 082 0495 85030001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS									
319001	100	45 752 200,00	-24 422 020,14	446 973,00				21 777 152,86	
319001	106	49 180 000,00	-49 180 000,00						
319003	100			231 803,00				231 803,00	
319003	106	28 600 000,00	-23 504 808,88	-1 250 000,00				3 845 191,12	
319008	106	200 000,00	-200 000,00						
319009	100			76,00				76,00	
319009	106	20 000,00	-5 000,00					15 000,00	
319092	100		-31 000,00	31 000,00					
319092	106	2 000 000,00	-1 248 158,71	1 250 000,00				1 841,29	
		125.752.200,00	-108.990.987,73	709.932,00				25.871.144,27	
Ref.: 003769 15 082 0495 85010013 COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA AOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL									
319001	100	100 000,00			100 000,00				
319091	100	100 000,00			100 000,00				
		200.000,00			200.000,00				
TOTAIS		348.725.000,00	-101.699.617,98	-77.963,00	150.490.000,00	219.578,00	30.082.991,24	49.474.849,78	37.985.874,16

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 2

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 140101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 13101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

144

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 000279 03 007 0021 20600001 ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO									
349030	100	250 000,00					157 950,00	92 050,00	157 950,00
		250.000,00					157.950,00	92.050,00	157.950,00
Ref.: 000280 03 007 0021 20610001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS									
349030	100	2 210 000,00					1 622 864,29	587 135,71	1 163 865,66
349039	100	250 000,00					81 003,55	168 996,45	57 961,00
349092	100	300 000,00					696,76	299 303,24	696,76
		2.760.000,00					1.704.564,60	1.055.435,40	1.222.535,44
Ref.: 002792 03 007 0021 22550001 COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO									
349036	100	240 000,00					164 774,30	75 225,70	164 774,29
349039	100			172 296,00			12 000,00	160 296,00	
		240.000,00		172.296,00			176.774,30	235.521,70	164.774,29
Ref.: 003768 03 007 0021 22870001 CONCESSÃO DE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES DO GDF									
319001	110	30 000 000,00			30 000 000,00				
319003	110	20 000 000,00			20 000 000,00				
319011	110	100 000 000,00			100 000 000,00				
		150.000.000,00			150.000.000,00				
Ref.: 002794 03 007 0021 85010007 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO									
349014	100	15 000,00					2 061,72	12 938,28	2 061,72
349030	100	200 000,00					86 750,36	113 249,64	71 530,97
349033	100	15 000,00					9 751,58	5 248,42	3 934,15
349039	100	700 000,00		-172 296,00			197 931,10	489 772,90	127 409,00
349092	100	50 000,00		-16 800,00			12 347,62	20 852,38	12 347,62
459052	100	150 000,00		16 800,00			124 597,96	42 202,04	52 387,96
		1.310.000,00		-172.296,00			433.440,34	684.263,66	271.672,32
Ref.: 002795 03 007 0021 85020007 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO									
319008	100	10 000,00						10 000,00	
319009	100	1 600,00					420,64	1 179,36	420,64
319011	100	11 100 000,00					5 388 840,17	5 711 159,83	5 382 386,35
319013	100	240 000,00					154 687,83	85 312,17	154 687,81
319016	100	110 000,00					63 150,86	46 849,14	63 130,86
319092	100	3 229 820,00		-31 000,00			76 713,25	3 122 106,75	76 713,25
319093	100	286 200,00		745 105,00			596 580,06	434 724,94	596 568,55
		14.977.620,00		714.105,00			6.280.392,81	9.411.332,19	6.273.927,46
Ref.: 000281 03 007 0022 20620001 MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO E DA BIBLIOTECA									
349030	100	7 000,00					400,20	6 599,80	400,20
349039	100	3 000,00					1 600,00	1 400,00	
		10.000,00					2.000,20	7.999,80	400,20
Ref.: 000282 03 007 0024 20630001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
349039	100	1.757 370,00		214 000,00			1 731 712,45	239 657,55	1 700 704,66
349039	101			363 000,00				363 000,00	

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 180101 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

UNIDADE: 13101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 000274 03 007 0025 20320001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS									
349039	104		500 000,00				66 649,99	433 350,01	61 649,99
		0,00	500.000,00				66.649,99	433.350,01	61.649,99
TOTAIS			500.000,00				66.649,99	433.350,01	61.649,99

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 5

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 140101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 002355 03 007 0021 85010017 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO									
349039	110		59 190,00					59 190,00	
		0,00	59.190,00					59.190,00	
TOTAIS			59.190,00					59.190,00	

Data 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO — Página 4

SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 130103 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

147

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
Ref.: 002337 15 081 0486 85040014 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE FAZENDA E									
319008	100	605 840,00		-80 000,00			310 927,60	214 912,40	310 927,60
349039	100	528 000,00		-28 000,00			369 719,34	130 280,66	369 719,34
		1.133.840,00		-108.000,00			680.646,94	345.193,06	680.646,94
Ref.: 002338 15 082 0495 85030001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS									
319001	100	10 315 523,00		-7 302 200,00			10 637 427,22	675 895,78	10 637 427,22
319001	101			3 200 000,00				3 200 000,00	
319001	106	48 400 000,00					38 935 344,15	9 464 655,85	38 935 344,15
319003	100	7 132 400,00		-130 000,00			5 549 059,52	1 453 340,48	5 549 059,52
319008	100	80 000,00					8 189,62	71 810,38	8 189,62
319009	100	500,00		2 200,00			797,76	1 902,24	797,76
319092	100	872 693,00		7 200 000,00			7 929 351,32	143 341,68	7 929 351,32
		75.001 116,00		2.070.000,00			63.060.169,59	15.010.946,41	63.060.169,59
Ref.: 000013 15 084 0492 20310001 FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
349041	100	5 800 000,00	-7 875 142,00	2 075 142,00					
349041	104	15 200 000,00	-16 607 858,00	1 407 858,00					
349092	100	1 400 000,00		-1 400 000,00					
		22.400.000,00	-24.483.000,00	2.083.000,00					
TOTAIS		332.101 846,00	-137.918.085,00	-22.754.168,00		1.171.000,00	119.029.949,32	51.227.966,41	116.990.797,25

Data: 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Página 1 — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 130103 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Unidade: 19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Natureza	Fonte	Lei	Movimentação	Alteração	Contenção	Bloqueio	Empenhado	Disponível	Realizado
Ref 002356 03 007 0021 85020017 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO									
319013	100	157 415,00							
319016	100	46 615,00							
319092	100	501 532,00		-4 500,00			121 441,76	35 973,24	121 441,76
319093	100	110 720,00		323 500,00			15 691,97	46 423,03	15 691,97
				155 000,00			713 795,00	311 237,00	713 795,00
		39.[illegible].090,00		-2.236.750,00			72 171,23	213 548,77	72 171,23
							22.392.981,92	5.197.158,00	22.392.981,92
Ref 000011 03 007 0023 20010001 PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO									
349034	100	1 500 000,00							
		1.500.000,00					1 482 692,87	17 307,13	969 466,62
							1.482.692,87	17.307,13	969.466,62
Ref 000015 03 007 0024 24160001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA GERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
349039	100	11 343 000,00		-800 000,00					
349039	101	4 600 000,00		-1 297 500,00			6 723 744,00	4 119 256,00	5 984 722,36
349092	100	10 750 000,00		-5 146 000,00				3 302 500,00	
459052	100	480 000,00		-280 100,00			1 866 315,84	3 777 684,16	1 866 315,84
		27.173.000,00		-7.023.500,00				200 000,00	
							8.590.059,84	11.559.440,16	7.851.038,20
Ref 002359 03 007 0024 24160002 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS									
349039	100	9 045 200,00		-1 520 000,00					
		9.045.200,00		-1.520.000,00			3 957 101,00	3 568 099,00	3 721 838,72
							3.957.101,00	3.568.099,00	3.721.838,72
Ref 000017 03 007 0040 20010001 FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO									
349039	100	670 000,00		-670 000,00					
349039	104	200 000,00		-200 000,00					
459052	100	230 000,00		-230 000,00					
459052	104	300 000,00		-300 000,00					
		1.400.000,00		-1.400.000,00					
Ref 000016 03 008 0032 20020001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO									
349039	100	40 000,00							
459052	100	30 000,00						40 000,00	
		70.000,00						30 000,00	
								70.000,00	
Ref 000020 03 008 0033 24190001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA									
329021	100	250 000,00	-250 000,00						
329021	104	78 805 000,00	-59 843 000,00	-18 962 000,00					
479071	100	45 606 000,00	-17 448 895,00	-28 157 105,00					
479071	104		-13 500 000,00	13 500 000,00					
		134.661.000,00	-91.041.895,00	-33.619.105,00					
Ref 000216 03 008 0034 20530001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA									
339021	100	4 513 000,00	-3 446 858,00	-1 066 142,00					
339021	104	7 534 000,00	-4 745 642,00	-2 788 358,00					
489071	104	6 861 000,00	-8 241 500,00	1 380 500,00					
		18.908.000,00	-16.434.000,00	-2.474.000,00					
Ref 002357 15 081 0486 85040014 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE FAZENDA E									

Data: 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Página — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 130103 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Unidade: 19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Natureza	Fonte	Lei	Movimentação	Alteração	Contenção	Bloqueio	Empenhado	Disponível	Realizado
Ref 000014 03 007 0021 10020001 FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ÁREA FISCAL									
347241	135			8 895 000,00					
349014	100	50 000,00				1 171 000,00	1 188 000,00	6 536 000,00	1 188 000,00
349022	135						7 543,46	42 456,54	7 543,46
349030	100	170 000,00		100 000,00			12 000,00	88 000,00	12 000,00
349033	100	50 000,00						178 000,00	
349035	135						4 000,00	46 000,00	1 582,33
349039	100	2 376 000,00		-584 000,00					
349039	135							1 792 000,00	
349092	100	10 000,00							
459051	100	500 000,00		708 231,00			2 035,60	7 964,40	2 035,60
459051	135			1 172 000,00				708 231,00	
459052	100	874 000,00		291 769,00				1 172 000,00	
459052	135						417 142,00	748 627,00	417 142,00
		4.020.000,00		10.083.000,00		1.171.000,00	1.628.721,06	11.319.278,94	1.620.303,39
Ref 004031 03 007 0021 10020002 FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ÁREA FINANCEIRA									
347241	135		-2 920 000,00	2 920 000,00					
349022	135		-30 000,00	30 000,00					
349039	101		-1 100 000,00	1 100 000,00					
459052	101		-1 850 000,00	1 850 000,00					
		0,00	-5.900.000,00	5.900.000,00					
Ref 002355 03 007 0021 85010017 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO									
349014	100	20 000,00		-2 500,00					
349014	101			7 500,00			16 810,63	689,37	16 810,63
349030	100	610 000,00		48 000,00			2 152,92	5 347,08	2 152,92
349030	101			80 000,00			472 871,31	185 126,69	398 251,58
349033	100	30 000,00		6 250,00				80 000,00	
349033	101			10 000,00			24 650,00	1 600,00	21 400,64
349035	100			136 000,00			8 250,00	1 750,00	8 215,05
349036	100	60 000,00					108 000,00	18 000,00	36 000,00
349039	100	4 642 000,00	-59 190,00	1 251 000,00			59 188,75	811,25	59 173,75
349039	101			1 270 000,00			3 759 909,79	2 073 900,21	1 405 637,42
349092	100	112 000,00		99 000,00			611 963,27	588 036,73	391 170,91
349093	100	1 000 000,00		710 000,00			203 638,48	7 361,52	203 638,48
349093	121						537 825,01	662 174,99	515 843,12
349093	130								
459051	100	80 000,00		940 000,00					
459052	100	420 000,00		120 000,00			938 556,43	1 443,57	938 556,43
				386 000,00			164 686,97	35 313,03	
		6.964.000,00	-59.190,00	4.471.250,00			327 070,54	478 929,46	297 500,96
							7.235.576,10	4.140.483,90	4.294.351,87
Ref 002356 03 007 0021 85020017 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO									
319008	100	628 940,00		-320 000,00					
319009	100	2 911,00		-750,00			5 828,00	295 112,00	5 828,00
319011	100	30 326 757,00		-2 570 000,00			850,00	1 310,92	850,00
							31 463 203,88	4.291 553,12	31 463 203,88

Data: 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Página 1 — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 130101 RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA

Unidade: 19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Natureza	Fonte	Lei	Movimentação	Alteração	Contenção	Bloqueio	Empenhado	Disponível	Realizado
Ref 004031 03 007 0021 10020002 FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ÁREA FINANCEIRA									
347241	135		2.920.000,00						
349022	135		30 000,00					2 920 000,00	
349039	101		1 100 000,00					30 000,00	
459052	101		1 850 000,00					1 100 000,00	
		0,00	5.900.000,00					1 850 000,00	
								5.900.000,00	
Ref 000020 03 008 0033 24190001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA									
329021	100		250 000,00						
329021	104		59 843 000,00						
479071	100		17 448 895,00				209 201,45	40 798,55	209 201,45
479071	104		13 500 000,00				24 118 003,91	35 724 996,09	24 118 003,91
		0,00	91.041.895,00				7 773 482,60	9 675 412,40	7 773 482,60
								13 500 000,00	
							32.100.687,96	58.941.207,04	32.100.687,96
Ref 000216 03 008 0034 20530001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA									
339021	100		3 446 858,00						
339021	104		4 745 642,00				3 446 583,75	274,25	3 446 583,75
489071	104		8 241 500,00				4 745 641,71	0,29	4 745 641,71
		0,00	16.434.000,00				8 241 316,04	183,96	8 241 316,04
							16.433.541,50	458,50	16.433.541,50
Ref 000013 15 084 0492 20310001 FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
349041	100		7.875 142,00						
349041	104		16 607 858,00				4 100 000,00	3 775 142,00	1 779 765,89
		0,00	24.483.000,00				14 534 000,00	2 073 858,00	14 334 000,00
							18.634.000,00	5.849.000,00	16.113.765,89
TOTAIS			137.858.895,00				67.168.229,46	78.690.665,54	64.647.995,35

Data: 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Página — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 140103 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Unidade: 13101 PROCURADORIA GERAL

Natureza	Fonte	Lei	Movimentação	Alteração	Contenção	Bloqueio	Empenhado	Disponível	Realizado
Ref 002340 03.007.0021.85010005 FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA GERAL									
349039	100		200,00						
		0,00	200,00					200,00	
TOTAIS			200,00					200,00	
								200,00	

Data: 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Página 2 — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 120101 PROCURADORIA GERAL

Unidade: 13101 PROCURADORIA GERAL

Natureza	Fonte	Lei	Movimentação	Alteração	Contenção	Bloqueio	Empenhado	Disponível	Realizado
Ref 002343 03 007 0021 85020006 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DO DISTRITO FEDERAL									
319016	130	250 000,00			250 000,00				
319092	130	200 000,00			200 000,00				
319093	130	50 000,00			50 000,00				
		5.970.000,00			5.970.000,00				
Ref 000026 03 007 0021 85060001 EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS									
319091	100	6 000 000,00		540 000,00					
319091	110	41 331 075,00			41 331 075,00			6 540 000,00	
349091	110	4 668 925,00			4 668 925,00				
		52.000.000,00		540.000,00	46.000.000,00			6.540.000,00	
Ref 000027 03 007 0024 20040001 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
349039	100	99 000,00							
349092	100	1 000,00		-1 000,00			3 000,00	96 000,00	909,50
459052	100	300 000,00		-200 000,00					
		400.000,00		-201.000,00				100 000,00	
							3.000,00	196.000,00	909,50
Ref 002344 15 081 0486 85040004 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA PROCURADORIA GERAL									
319008	100	400 000,00							
349039	100	100 000,00		-40 000,00			97 594,00	302 406,00	97 594,00
		500.000,00		-40.000,00			105 060,02	34 939,98	105 060,02
							202.654,02	337.345,98	202.654,02
Ref 002345 15 082 0495 85030001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS									
319001	100			3 000 000,00					
319001	106	16 407 520,00		-4 100 556,00			2 240 952,53	759 047,47	2 240 952,53
319003	106	2.210 000,00		-129 000,00			10 302 964,00		10 302 964,00
319008	106	200 000,00					1 878 727,16	302 272,84	1 878 727,16
319009	106	520 000,00		-319 000,00			12 505,88	187 494,12	12 505,88
319092	106	182 480,00		6 752 556,00			137,60	862,40	137,60
		19.600.000,00		3.000.000,00			6.926 858,90	8 177,10	6 926 858,90
							21.442.146,07	1.157.853,93	21.442.146,07
TOTAIS		98.506.000,00	-200,00	40.000,00	53.027.500,00		36.334.197,30	9.194.900,70	36.007.043,34

Data: 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Página 1 — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 120101 PROCURADORIA GERAL

Unidade: 13101 PROCURADORIA GERAL

Natureza	Fonte	Lei	Movimentação	Alteração	Contenção	Bloqueio	Empenhado	Disponível	Realizado
Ref 002339 03 007 0021 22310001 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES									
349014	100	20 000,00		-20 000,00					
349033	100	20 000,00		-20 000,00					
349036	100	40 000,00		-40 000,00					
349039	100	90 000,00		-90 000,00					
		170.000,00		-170.000,00					
Ref 002340 03 007 0021 85010005 FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA GERAL									
349014	100	10 000,00		-5 000,00					
349030	100	50 000,00		21 500,00			2 936,13	2 063,87	2 936,13
349030	104			34 500,00			59 209,37	12 290,63	32 632,71
349033	100	6 000,00						34 500,00	
349036	100	500,00		-500,00			4 033,25	1 966,75	3 701,17
349039	100	373 500,00	-200,00	-65 000,00					
349039	104			144 000,00			303 815,32	4 484,68	225 142,60
349092	100	70 000,00		-7 000,00				144 000,00	
459052	100	200 000,00		-33 000,00			2 924,94	75,06	2 924,94
							132 427,26	34 572,74	23 742,26
		650.000,00	-200,00	89.500,00			505.346,27	233.953,73	291.081,81
Ref 002341 03 007 0021 85010006 FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DO DISTRITO FEDERAL									
349014	130	3 000,00			3 000,00				
349030	130	40 000,00			40 000,00				
349033	130	5 000,00			5 000,00				
349036	130	220 000,00			220 000,00				
349039	104	100 000,00			100 000,00				
349039	130	311 000,00			311 000,00				
349092	130	1 000,00			1 000,00				
459052	104	298 000,00		-178 500,00	111 500,00				
459052	130	266 000,00			266 000,00				
		1.236.000,00		-178.500,00	1.057.500,00				
Ref 002342 03 007 0021 85020005 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA PROCURADORIA GERAL									
319008	100	200 000,00		-100 000,00					
319009	100	2 000,00						100 000,00	
319011	100	16 397 000,00		-1 200 000,00			284,00	1 716,00	284,00
319013	100	300 000,00		-80 000,00			12 873 543,67	323 456,33	12 873 543,67
319016	100	500 000,00		-270 000,00			115 426,57	104 573,43	115 426,57
319092	100	500 000,00		650 000,00			102 785,45	127 214,55	102 785,45
319093	100	1 000,00					1 079 011,25	70 988,75	1 079 011,25
		17.900.000,00		-3.000.000,00				1 000,00	
							14.171.050,94	728.949,06	14.171.050,94
Ref 002343 03 007 0021 85020006 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DO DISTRITO FEDERAL									
319008	130	70 000,00			70 000,00				
319009	130	1 000,00			1 000,00				
319011	130	5 149 000,00			5 149 000,00				
319013	130	250 000,00			250 000,00				

Data: 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Página — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 220105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 24105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Natureza	Fonte	Lei	Movimentação	Alteração	Contenção	Bloqueio	Empenhado	Disponível	Realizado
Ref 002397 15 081 0486 85040030 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL									
349039	130	616 368,00			160 000,00				
349046	130	5 227 200,00			548 000,00		456 190,18	177,82	456 190,18
		5.843.568,00			708.000,00		3 975 385,91	711 814,09	3 975 385,91
							5.704.157,52	2.202.910,48	5.704.157,52
Ref 002395 15 082 0495 85030009 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA CIVIL									
319001	130	83 750 000,00			11 654 907,00				
319003	130	17 100 000,00			241 000,00		51.926.222,26	20 168 870,74	51 926 222,26
319008	130	93 000,00					13.063 730,43	3 795.269,57	13 063 730,43
319009	130	5 000,00					66 192,33	26 807,67	66 192,33
319092	130	5 310 000,00					1 017,44	3 982,56	1 017,44
		106.258.000,00			3 537 000,00		1 750 065,48	22 934,52	1 750 065,48
					15.432.907,00		66.807.227,94	24.017.865,06	66.807.227,94
TOTAIS		345.941.978,00	-34.536,00	2.642.144,00	67.496.282,00	475.000,00	212.548.304,27	68.029.999,73	210.592.517,34

Data: 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Página — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 220105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 24105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Natureza	Fonte	Lei	Movimentação	Alteração	Contenção	Bloqueio	Empenhado	Disponível	Realizado
Ref 002979 06 030 0174 14990009 AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA A POLÍCIA CIVIL DE SANTA MARIA									
459052	110	130 000,00							
		130.000,00			130 000,00				
					130.000,00				
Ref 002980 06 030 0174 14990010 AQUISIÇÃO DE ARMAMENTOS PARA A POLÍCIA CIVIL DE SANTA MARIA									
459052	110	8 700,00							
		8.700,00			8 700,00				
					8.700,00				
Ref 002981 06 030 0174 14990011 AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA INTERLIGAÇÃO DAS SEÇÕES DA 33ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA MARIA									
459052	110	31 800,00							
		31.800,00			31 800,00				
					31.800,00				
Ref 002982 06 030 0174 14990012 AQUISIÇÃO DE VIATURAS E EQUIPAMENTOS PARA A POLÍCIA CIVIL DE SÃO SEBASTIÃO									
459052	110	98 250,00							
		98.250,00			98 250,00				
					98.250,00				
Ref 002983 06 030 0174 14990013 AQUISIÇÃO DE VIATURA TIPO CAMBURÃO PARA A POLÍCIA CIVIL DE RECANTO DAS EMAS									
459052	110	50 000,00							
		50.000,00			50 000,00				
					50.000,00				
Ref 002984 06 030 0174 14990014 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A POLÍCIA CIVIL DO LAGO SUL									
459052	110	40 000,00							
		40.000,00			40 000,00				
					40.000,00				
Ref 002985 06 030 0174 14990015 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A 10ª DELEGACIA DE POLÍCIA DO LAGO SUL									
459052	110	35 000,00							
		35.000,00			35 000,00				
					35.000,00				
Ref 003638 06 030 0174 14990016 AQUISIÇÃO DE VIATURAS COM CUBÍCULO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA 1ª DP - BRASÍLIA									
459052	110	161 800,00							
		161.800,00			161 800,00				
					161.800,00				
Ref 003639 06 030 0174 14990017 AQUISIÇÃO DE VIATURAS E ARMAMENTOS PARA AS DELEGACIAS DE POLÍCIA DE TAGUATINGA									
459052	110	223 820,00							
		223.820,00			223 820,00				
					223.820,00				
Ref 003640 06 030 0174 14990018 AQUISIÇÃO DE VIATURAS, ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS DELEGACIAS DE POLÍCIA DE CEILÂNDIA									
459052	110	692 500,00							
		692.500,00			692 500,00				
					692.500,00				
Ref 003641 06 030 0174 14990019 AQUISIÇÃO DE VIATURAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE COMUNICAÇÃO PARA A 4ª DP DO GUARÁ									
459052	110	216 200,00							
		216.200,00			216 200,00				
					216.200,00				
Ref 003642 06 030 0174 14990020 AQUISIÇÃO DE VIATURAS TIPO GMC EQUIPADAS PARA A 27ª DP DE RECANTO DAS EMAS									
459052	110	100 000,00							
		100.000,00			100 000,00				
					100.000,00				
Ref 002397 15 081 0486 85040030 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL									
319008	130	2 764 500,00							
							1 272 581,43	1 491 918,57	1 272 581,43

Data: 14/10/1999

DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO)

Página — Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 220105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 24105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Natureza	Fonte	Lei	Movimentação	Alteração	Contenção	Bloqueio	Empenhado	Disponível	Realizado
		150.000,00			150.000,00				
Ref 000900 06 030 0174.12080001 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL									
459052	104			1 720 000,00					
459052	130	3 121 190,00			2 525 106,00		1 717 813,50	2 186,50	
		3.121.190,00		1.720.000,00	2.525.106,00		548 405,40	47 678,60	543 613,40
							2.266.218,90	49.865,10	543.613,40
Ref 003893 06 030 0174 12080022 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA									
459052	100	150 000,00			30 000,00				
459052	121			8 820,00			104 405,41	15 594,59	56 783,41
459052	131			7 828,00				8 820,00	
		150.000,00		16.648,00	30.000,00			7 828,00	
							104.405,41	32.242,59	56.783,41
Ref 003894 06 030 0174 12080023 AQUISIÇÃO DE MICROSCÓPIO PARA O LABORATÓRIO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA									
459052	100	100 000,00							
		100.000,00			100 000,00				
					100.000,00				
Ref 003895 06 030 0174 12080024 INFORMATIZAÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA									
459052	100	200 000,00							
		200.000,00			200 000,00				
					200.000,00				
Ref 002971 06.030.0174 14990001 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A POLÍCIA CIVIL DO GAMA									
459052	110	20 000,00							
		20.000,00			20 000,00				
					20.000,00				
Ref 002972 06.030 0174 14990002 AQUISIÇÃO DE VIATURA E EQUIPAMENTOS PARA A 18ª DP DE BRAZLÂNDIA									
459052	110	36 500,00							
		36.500,00			36 500,00				
					36.500,00				
Ref 002974 06 030 0174 14990004 AQUISIÇÃO DE VIATURAS, LINHA TELEFÔNICA E EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO PARA A POLÍCIA CIVIL DE SOBRADINHO									
459052	110	57 000,00							
		57.000,00			57 000,00				
					57.000,00				
Ref 002975 06 030 0174 14990005 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A POLÍCIA CIVIL DE PLANALTINA									
459052	110	37 000,00							
		37.000,00			37 000,00				
					37.000,00				
Ref 002976 06 030 0174 14990006 AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA A POLÍCIA CIVIL DE PLANALTINA									
459052	110	111 000,00							
		111.000,00			111 000,00				
					111.000,00				
Ref 002977 06 030 0174 14990007 AQUISIÇÃO DE VIATURAS EQUIPADAS TIPO LEVE E PESADA PARA A POLÍCIA CIVIL DO NÚCLEO BANDEIRANTE									
459052	110	108 000,00							
		108.000,00			108 000,00				
					108.000,00				
Ref 002978 06 030 0174 14990008 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A POLÍCIA CIVIL DE SANTA MARIA									
459052	110	5 410,00							
		5.410,00			5 410,00				
					5.410,00				
Ref 00[illegible] 06.030 0174 14990009 AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA A POLÍCIA CIVIL DE SANTA MARIA									

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 1
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 220105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	34000	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL							
Ref.: 000299 06 030 0025 10700003 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS, DELEGACIAS E POSTOS POLICIAIS E DE IDENTIFICAÇÃO									
459052	130			193 830,00	190 000,00			3 830,00	
		2.350.000,00			2.330.000,00		15.887,01	4.112,99	
Ref.: 003890 06 030 0025 10700018 CONSTRUÇÃO DE DELEGACIA DE POLÍCIA NO ITAMARACÁ NO GAMA									
459051	130	200 000,00			200 000,00				
		200.000,00			200.000,00				
Ref.: 003891 06 030 0025 10700019 AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PAVILHÃO PRINCIPAL DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL									
459051	110	475 000,00				475 000,00			
		475.000,00				475.000,00			
Ref.: 003892 06 030 0025 10700020 CONSTRUÇÃO DA POLICLÍNICA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL									
459051	104	150 000,00			150 000,00				
		150.000,00			150.000,00				
Ref.: 002968 06 030 0025 14970001 AMPLIAÇÃO DA 18ª DELEGACIA DE POLÍCIA PARA CRIAÇÃO DOS POSTOS DE IDENTIFICAÇÃO E DE ATENDIMENTO À MULHER - BRAZLÂNDIA									
459051	110	163 400,00			163 400,00				
		163.400,00			163.400,00				
Ref.: 002969 06 030 0025 14970002 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE IDENTIFICAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL NA ÁREA DA 4ª DELEGACIA DE POLÍCIA DO GUARÁ									
459051	110	81 700,00			81 700,00				
		81.700,00			81.700,00				
Ref.: 002970 06 030 0025 14970003 CONSTRUÇÃO DE CERCA COM PARTE INFERIOR REFORÇADA E SUPERIOR DE ARAME FARPADO AO REDOR DA 10ª DELEGACIA DE POLÍCIA DO LAGO SUL									
459051	110	10 000,00			10 000,00				
		10.000,00			10.000,00				
Ref.: 003636 06 030 0025 14970004 CONSTRUÇÃO DE DELEGACIA DE POLÍCIA NO SETOR OESTE DE SOBRADINHO									
459051	110	600 000,00			600 000,00				
		600.000,00			600.000,00				
Ref.: 003637 06 030 0025 14970005 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA 4ª DELEGACIA DE POLÍCIA DO GUARÁ									
459051	110	80 000,00			80 000,00				
		80.000,00			80.000,00				
Ref.: 003896 06 030 0025 14970006 CONSTRUÇÃO DA 21ª DELEGACIA POLICIAL EM TAGUATINGA SUL									
459051	110	150 000,00			150 000,00				
		150.000,00			150.000,00				
Ref.: 003897 06 030 0025 14970007 CONSTRUÇÃO DA 29ª DELEGACIA POLICIAL NA QNL EM TAGUATINGA									
459051	110	150 000,00			150 000,00				
		150.000,00			150.000,00				
Ref.: 003898 06 030 0025 14970008 CONSTRUÇÃO DE DELEGACIA DE POLÍCIA NA GUARIROBA EM CEILÂNDIA									
459051	110	200 000,00			200 000,00				
		200.000,00			200.000,00				
Ref.: 003899 06 030 0025 14970009 AMPLIAÇÃO DA BASE FÍSICA DOS INSTITUTOS DE CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL									
459051	110	150 000,00			150 000,00				

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 2
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 220105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	34000	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL							
Ref.: 002399 03 007 0021 85060002 EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS									
319091	130	1 191 135,00			1 191 135,00				
		1.191.135,00			1.191.135,00				
Ref.: 003900 03 007 0025 22910001 MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL									
349030	104	50 000,00			23 220,00		26 780,00		21 496,00
349036	131			1 000,00				1 000,00	
349039	121			296,00				296,00	
349039	131			4 200,00				4 200,00	
		50.000,00		5.496,00	23.220,00		26.780,00	5.496,00	21.496,00
Ref.: 002393 06 007 0021 85010036 FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA CIVIL									
349014	130	70 000,00			40 000,00		28 329,17	1 670,83	28 329,17
349030	100	259 000,00					185 167,00	64 833,00	138 624,50
349030	104			47 925,00			47 685,01	239,99	31 637,12
349030	130	5 300 000,00			3 770 600,00		1 529 080,97	319,03	1 300 532,56
349032	130	1 000,00			1 000,00				
349033	130	15 000,00			8 000,00		6 351,43	648,57	6 349,82
349036	130	6 000,00			6 000,00				
349039	100	300 000,00	-34 536,00	82 890,00			340 485,47	7 868,53	340 485,46
349039	104			852 073,00			796 196,11	55 876,89	796 191,28
349039	130	14 380 000,00		-730 000,00	7 757 610,00		5 811 440,83	949,17	5 770 862,66
349092	100	100 000,00		-82 890,00			17 110,00		17 110,00
349092	130	600 000,00		730 000,00	403 400,00		926 570,72	29,28	926 570,72
349093	130	1 000,00			1 000,00				
		20.943.000,00	-34.536,00	900.000,00	11.987.610,00		9.688.416,71	132.437,29	9.558.693,39
Ref.: 003901 06 007 0021 85010096 FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA DO DNA									
349030	100	150 000,00			47 621,00		96 227,64	6 151,36	62 562,64
459052	100	100 000,00			100 000,00				
		250.000,00			147.621,00		96.227,64	6.151,36	62.562,64
Ref.: 002394 06 007 0021 85020033 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL									
319008	130	60 000,00					52 428,33	7 571,67	52 428,33
319009	130	15 000,00					3 014,27	11 985,73	3 014,27
319011	130	186 752 705,00			20 479 669,00		125 056 708,90	41 216 327,10	125 056 708,90
319013	130	47 000,00					6 450,76	40 549,24	6 450,76
319016	130	672 000,00			600 000,00		14 844,84	57 155,16	14 844,84
319092	130	9 800 000,00			6 852 000,00		2 705 536,04	242 463,96	2 705 536,04
		197.346.705,00			27.931.669,00		127.838.983,14	41.576.052,86	127.838.983,14
Ref.: 002028 06 007 0024 21900002 INFORMATIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL									
459052	130	720 000,00			718 134,00			1 866,00	
		720.000,00			718.134,00			1.866,00	
Ref.: 000299 06 030 0025 10700003 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS, DELEGACIAS E POSTOS POLICIAIS E DE IDENTIFICAÇÃO									
459051	130	2 350 000,00		-193 830,00	2 140 000,00		15 887,01	282,99	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 1
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 140101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	34000	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL							
Ref.: 002393 06 007 0021 85010036 FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA CIVIL									
349039	100		34 536,00					34 536,00	
		0,00	34.536,00					34.536,00	
TOTAIS			34.536,00					34.536,00	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 9
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 190119 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVII - RIACHO FUNDO

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR							
Ref.: 004030 10 058 0323 85080001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS									
349030	102		11 255,40					11 255,40	
		0,00	11.255,40					11.255,40	
TOTAIS			11.255,40					11.255,40	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 8
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 190117 REGIÃO ADMINISTRATIVA XV - RECANTO DAS EMAS

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR							
Ref.: 004030 10 058 0323 85080001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS									
349030	102		16 945,63					16 945,63	
		0,00	16.945,63					16.945,63	
TOTAIS			16.945,63					16.945,63	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 7
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 190114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR							
Ref.: 004030 10 058 0323 85080001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS									
349030	102		52 400,14					52 400,14	
		0,00	52.400,14					52.400,14	
TOTAIS			52.400,14					52.400,14	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 6
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 190111 REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR							
Ref.: 004030 10 058 0323 85080001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS									
349030	102		82 477,07					82 477,07	
		0,00	82.477,07					82.477,07	
TOTAIS			82.477,07					82.477,07	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 5
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 190108 REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR							
Ref.: 004030 10 058 0323 85080001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS									
349030	102		17 445,87					17 445,87	
		0,00	17.445,87					17.445,87	
TOTAIS			17.445,87					17.445,87	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 4
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 190106 REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR							
Ref.: 004030 10 058 0323 85080001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS									
349030	102		10 692,63					10 692,63	
		0,00	10.692,63					10.692,63	
TOTAIS			10.692,63					10.692,63	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 3
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 190105 REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR							
Ref.: 004030 10 058 0323 85080001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS									
349030	102		52 962,91					52 962,91	
		0,00	52.962,91					52.962,91	
TOTAIS			52.962,91					52.962,91	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 2
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 190104 REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR							
Ref.: 004030 10 058 0323 85080001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS									
349030	102		33 015,84					33 015,84	
		0,00	33.015,84					33.015,84	
TOTAIS			33.015,84					33.015,84	

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 1
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 100101 GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR							
Ref.: 002350 03 007 0021 85010004 FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR									
349014	100	15 000,00		-10 000,00				5 000,00	
349015	100	10 000,00					4 816,52	5 183,48	4 816,52
349030	100	23 000,00		10 000,00			10 714,24	22 285,76	10 436,14
349033	100	20 000,00					1 984,13	18 015,87	1 484,13
349036	100	2 000,00		-1 500,00				500,00	
349039	100	70 000,00		31 500,00			61 044,99	40 455,01	46 615,22
349092	100	5 000,00				4 900,00		100,00	
349093	100	5 000,00				4 900,00		100,00	
459052	100	30 000,00		30 000,00			12 334,00	47 666,00	6 334,00
		180.000,00		60.000,00		9.800,00	90.893,88	139.306,12	69.486,01
Ref.: 002352 03 007 0021 85020004 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR									
319008	100	900,00		6 000,00			130,00	6 770,00	130,00
319009	100	100,00					15,84	84,16	15,84
319011	100	749 000,00		224 000,00			932 873,54	40 126,46	932 873,54
319012	100	155 000,00		-55 000,00			79 840,98	20 159,02	79 840,98
319013	100	120 000,00		40 000,00			113 583,94	46 416,06	113 583,94
319016	100	25 000,00		20 000,00			22 002,58	22 997,42	22 002,58
319092	100	10 000,00					1 678,86	8 321,14	1 678,86
319093	100	10 000,00		35 000,00			31 451,13	13 548,87	31 451,13
		1.070.000,00		270.000,00			1.181.576,87	158.423,13	1.181.576,87
Ref.: 000092 03 007 0040 20210001 COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO									
349030	100	20 000,00		-20 000,00					
349039	100	10 000,00		-10 000,00					
459052	100	30 000,00		-30 000,00					
		60.000,00		-60.000,00					
Ref.: 004030 10 058 0323 85080001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS									
349030	102		-277 195,49	277 200,00				4,51	
349039	102			3 722 800,00			3 561 343,97	157 456,03	3 561 110,65
		0,00	-277.195,49	4.000.000,00			3.561.343,97	157.460,54	3.561.110,65
Ref.: 002353 15 081 0486 85040001 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR									
319008	100	20 000,00					14 986,25	5 013,75	14 986,25
349039	100	20 000,00					17 606,07	2 393,93	17 606,07
		40.000,00					32.592,32	7.407,68	32.592,32
TOTAIS		1.350.000,00	-277.195,49	4.270.000,00		9.800,00	4.870.407,04	462.597,47	4.846.965,85

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página 2
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 010101 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	01101	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL							
Ref.: 000044 01 007 0024 10050001 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE INFORMÁTICA									
459052	100	300 000,00		900 000,00			3 112,80	596 867,20	
		1.070.000,00		-361.000,00			98.097,27	610.902,73	65.076,73
Ref.: 000066 01 007 0025 10060001 REFORMA E BENFEITORIA DO EDIFÍCIO SEDE DA CÂMARA LEGISLATIVA									
459051	100	120 000,00		100 000,00				220 000,00	
		120.000,00		100.000,00				220.000,00	
Ref.: 002540 15 081 0486 85040001 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA									
319008	100	1 897 000,00					1 573 999,00	323 001,00	1 495 309,27
349039	100	1 241 000,00		-911 000,00			304 737,93	27 262,07	304 737,93
349046	100	4 745 000,00					4 744 999,00	1,00	3 965 831,92
349048	100			911 000,00			785 999,00	125 001,00	780 446,47
		7.883.000,00					7.409.734,93	475.265,07	6.576.405,59
Ref.: 000039 15 082 0495 85030001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS									
319001	100	1 370 000,00					1 369 999,00	1,00	1 174 711,85
319003	100	130 000,00					129 000,00	1 000,00	49 760,71
		1.500.000,00					1.498.999,00	1.001,00	1.224.472,56
TOTAIS		82.470.000,00					76.938.981,38	5.533.018,72	76.751.311,83

Data: 14/10/1999 DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO Página
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO PÚBLICO
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (EXECUÇÃO) Atualizado em 06/10/1999

GESTORA: 010101 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

NATUREZA	FONTE	LEI	MOVIMENTAÇÃO	ALTERAÇÃO	CONTENÇÃO	BLOQUEIO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	REALIZADO
UNIDADE:	01101	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL							
Ref.: 000045 01 002 0003 20080001 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL									
349039	100	40 000,00		-40 000,00					
		40.000,00		-40.000,00					
Ref.: 000043 01 007 0021 20090001 TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA									
341239	100			31 500,00			31 404,52	95,48	
342039	100			63 500,00			63 295,14	204,86	
349014	100	10 000,00					4 912,50	5 087,50	4 172,50
349033	100	7 000,00		10 000,00			6 950,00	10 050,00	3 848,82
349036	100			46 802,00			2 005,80	44 796,20	2 005,80
349039	100	200 000,00		-151 802,00			30 053,72	18 144,28	11 458,56
349093	100	10 000,00		-9 000,00			830,00	170,00	830,00
459052	100	4 000,00		-4 000,00					
		231.000,00		-13.000,00			139.451,68	78.548,32	22.515,68
Ref.: 002537 01 007 0021 85010002 FUNCIONAMENTO DA CÂMARA LEGISLATIVA									
342039	100	700 000,00		-439 000,00			260 389,20	610,80	260 389,20
345043	100	34 000,00					28 120,95	5 879,05	19 434,30
349014	100	45 000,00					35 778,60	9 221,40	35 778,60
349030	100	680 000,00		50 000,00			528 864,43	201 135,57	459 282,36
349032	100	5 000,00		-5 000,00					
349033	100	40 000,00		30 000,00			39 950,00	30 050,00	25 137,52
349035	100	12 000,00		-12 000,00					
349036	100	6 000,00		-6 000,00					
349039	100	2 400 000,00		-260 000,00			2 051 999,63	88 000,37	1 527 883,75
349092	100	100 000,00		63 000,00			162 077,61	922,39	162 050,11
349093	100	3 000,00		10 000,00			10 897,85	2 102,15	9 065,46
459052	100	400 000,00		-317 000,00			77 936,78	5 063,22	14 538,39
		4.425.000,00		-886.000,00			3.196.015,05	342.984,95	2.513.479,89
Ref.: 002539 01 007 0021 85020002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA									
319008	100	5 000,00						5 000,00	
319009	100	4 000,00					3 999,00	1,00	4,00
319011	100	50 915 000,00		-4 250 000,00			46 314 000,00	351 000,00	44 334 994,12
319013	100	4 100 000,00					4 099 999,00	1,00	3 828 373,53
319016	100	500 000,00		200 000,00			699 999,00	1,00	691 061,43
319092	100	8 675 000,00		4 250 000,00			9 675 470,28	3 249 529,72	9 393 994,72
319093	100	1 000 000,00		-200 000,00			691 216,15	108 783,85	465 292,16
		65.199.000,00					61.484.683,35	3.714.316,65	58.913.702,44
Ref.: 000040 01 007 0023 85050001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA									
349034	100	2 000 000,00		1 200 000,00			3 110 000,00	90 000,00	1 635 658,92
		2.000.000,00		1.200.000,00			3.110.000,00	90.000,00	1.635.658,92
Ref.: 000044 01 007 0024 10050001 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE INFORMÁTICA									
349035	100	70 000,00		-64 000,00			5 940,00	60,00	5 940,00
349039	100	700 000,00		-597 000,00			89 024,47	13 975,53	50 136,73

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

PREVISÃO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 1999

- Brasília (DF), 8 de outubro de 1999 -

ARRECADAÇÃO REALIZADA NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 1999

Conforme demonstra a Tabela abaixo, no período de janeiro a setembro de 1999, a Receita Tributária do Distrito Federal cresceu, em termos nominais, 9,4% em relação ao mesmo período de 1998.

TABELA I – RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL REALIZADA NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO – 1999 x 1998 (Valores nominais em R$ mil)

	JAN a SETEMBRO/99		JAN a SETEMBRO/98		
	VALOR NOMINAL (A)	%	VALOR NOMINAL (B)	%	VARIAÇÃO NOMINAL (A)/(B)
ICMS	802.253	65,99	721.951	64,93	11,1%
ISS	140.777	11,58	136.910	12,31	2,8%
ICMS/ISS-Simples	2.621	0,22	1.117	0,10	134,5%
IPTU	121.049	9,96	105.913	9,53	14,3%
ITBI	27.181	2,24	24.401	2,19	11,4%
ITCD	3.731	0,31	4.232	0,38	-11,8%
IPVA	89.416	7,35	84.402	7,59	5,9%
TLP	25.336	2,08	27.420	2,47	-7,6%
Outras Taxas[1]	3.429	0,28	5.489	0,49	-37,5%
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.215.793	100,00	1.111.835	100,00	9,4%

1 - Taxa de Fiscalização de Obras, Taxa de Expediente, Taxa de Prevenção Contra Incêndio, Taxa de Expedição de Alvará de Funcionamento e Taxa de Cemitério.
Fonte primária: SIAFEM/98-99, exceto para setembro/99 (dados provisórios).

À exceção do ITCD e das TAXAS, o desempenho dos demais tributos, no período, é favorável, com destaque para o ICMS que registra crescimento nominal de 11,1% em relação ao mesmo período de 1998.

PREVISÃO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA 1999

Dado o resultado da arrecadação até setembro deste ano, verificamos que a Receita Tributária prevista na Lei Orçamentária Anual está subestimada e merece ser revista, pois certamente se efetivará um **excesso de arrecadação** nesse exercício. Vejamos os fatos:

- A Tabela I mostra que a Receita Tributária arrecadada no período de janeiro a setembro deste ano atingiu o montante de R$ 1,2 bilhões.
- Comparando-se a receita de tributos estimada no Orçamento Anual com os valores efetivamente arrecadados até setembro (veja Tabela II), verifica-se que o realizado atinge 81,4% (oitenta e um inteiros e quarenta décimos por cento) do total previsto.

TABELA II - COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO REALIZADA NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 1999 COM O TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA NO ORÇAMENTO ANUAL (Valores em R$)

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL PREVISTO NA LEI ORÇAMENTÁRIA (A)	TOTAL ARRECADADO NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 1999 (B)	% DE ATINGIMENTO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA (B)/(A)
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.494.500.000	1.215.793.000	81,4%
IMPOSTOS	1.458.929.000	1.187.028.000	81,4%
SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	*218.774.000*	*241.377.000*	*110,3%*
IPTU	104.482.000	121.049.000	115,9%
IPVA	76.002.000	89.416.000	117,6%
ITCD	4.293.000	3.731.000	86,9%
ITBI	33.997.000	27.181.000	80,0%
SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	*1.240.155.000*	*945.651.000*	*76,3%*
ICMS	1.047.976.000	802.253.000	76,6%
ISS	192.179.000	140.777.000	73,3%
ICMS/ISS - SIMPLES	-	2.621.000	-
TAXAS	35.571.000	28.765.000	80,9%

A previsão de Receita Tributária para o último trimestre de 1999 é de R$ 360,6 milhões, conforme detalhada a seguir:

TABELA III – PREVISÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PARA O 4º TRIMESTRE DE 1999

(Valores nominais em R$ 1.000)

TRIBUTO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL DO TRIMESTRE
IPTU	2.764	3.486	1.964	8.214
IPVA	2.571	2.589	2.547	7.707
ITCD	473	319	443	1.235
ITBI	2.790	2.654	3.849	9.293
ICMS	93.096	94.838	94.703	282.637
ISS	15.852	16.167	16.087	48.106
ICMS/ISS - SIMPLES	290	290	290	870
TAXAS	828	1.009	732	2.569
TOTAL	118.664	121.352	120.615	360.631

Considerando a expectativa de receita para o último trimestre de 1999 (R$ 360,6 milhões) e montante da arrecadação já realizada até setembro (R$ 1.215,8 milhões), conclui-se que a receita de tributos de competência do Distrito Federal, nesse exercício, será de R$ 1,576 bilhões (vide Tabela IV).

TABELA IV – ESTIMATIVA DA RECEITA TRIBUTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1999

(Valores nominais em R$ mil)

TRIBUTO	REALIZADA ATÉ SETEMBRO	PREVISÃO PARA O 4º TRIMESTRE	TOTAL DO ANO
IPTU	121.049	8.214	129.263
IPVA	89.416	7.707	97.123
ITCD	3.731	1.235	4.966
ITBI	27.181	9.293	36.474
ICMS	802.253	282.637	1.084.890
ISS	140.777	48.106	188.883
ICMS/ISS - SIMPLES	2.621	870	3.491
TAXAS	28.765	2.569	31.334
TOTAL	1.215.793	360.635	1.576.424

Com esse resultado, teremos nesse exercício um **excesso de arrecadação** de R$ 81.924.000,00 (oitenta e um milhões e novecentos e vinte e quatro mil reais). Em conseqüência, a Receita Tributária prevista no Orçamento Anual deve ser revista na forma como segue:

TABELA V - REAVALIAÇÃO DA ESTIMATIVA DA RECEITA TRIBUTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1999

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL PREVISTO (EM R$)	REAVALIAÇÃO DA PREVISÃO (EM R$)
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.494.500.000	1.576.424.000
IMPOSTOS	1.458.929.000	1.545.090.000
SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	*218.774.000*	*267.826.000*
IPTU	104.482.000	129.263.000
IPVA	76.002.000	97.123.000
ITCD	4.293.000	4.966.000
ITBI	33.997.000	36.474.000
SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	*1.240.155.000*	*1.277.264.000*
ICMS	1.047.976.000	1.084.890.000
ISS	192.179.000	188.883.000
ICMS/ISS - SIMPLES	-	3.491.000
TAXAS	35.571.000	31.334.000

À superior consideração da Subsecretaria da Receita.

Brasília (DF), 8 de outubro de 1999.

ANANIAS LOPES ZEDES
Auditor Tributário do Distrito Federal
Chefe da Divisão de Arrecadação

De acordo.

Brasília (DF), 8 de outubro de 1999.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO
Subsecretário da Receita

ANEXO

Gráfico 1. Valores observados e ajustados do ICMS do Distrito Federal no período de janeiro de 1995 a setembro de 1999 (expressos em logaritmos naturais)

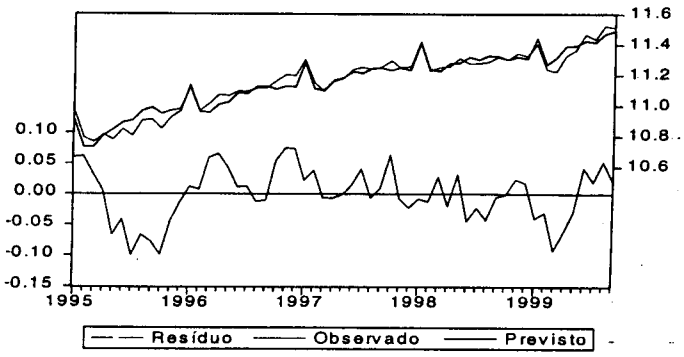
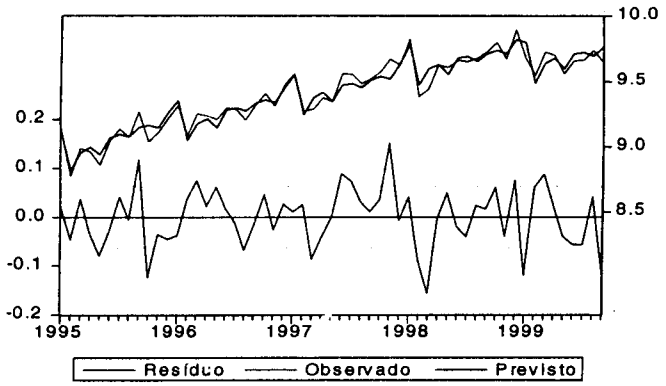


Gráfico 2. Valores observados e ajustados do ISS do Distrito Federal no período de janeiro de 1995 a setembro de 1999 (expressos em logaritmos naturais)



PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Passa-se à Ordem do Dia

Item único:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 826, de 1999, que 'autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 99.964.000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais)'.

Autor: Executivo Local"

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, quero me associar aos demais Parlamentares que me antecederam na sessão anterior, os Deputados Daniel Marques e Wilson Lima, e parabenizar todos os professores do Distrito Federal e de todo o País que se dedicam à transmissão da cultura e que prestam um serviço tão relevante a nossa sociedade.

Aproveito também, Sr. Presidente, para deixar registrado nos Anais desta Casa os 10 anos do restaurante Feitiço Mineiro. O que me faz pedir o registro dos 10 anos de um restaurante é que, na verdade, o Feitiço Mineiro é muito mais do que um restaurante. Por meio da culinária, da música e da literatura - que são promoções permanentes daquele restaurante -, ele promove aspectos essenciais da cultura brasileira. O Feitiço Mineiro, ao completar 10 anos, está fazendo o que o Governo do Distrito Federal, infelizmente, deixou de fazer a partir da posse do Governo Roriz, que é a promoção da cultura. O Feitiço Mineiro está reeditando o programa "Temporadas Populares". Já tivemos ali, durante as comemorações dos 10 anos do Feitiço Mineiro, apresentações de Carlinhos Vergueiro, Roberto Correa, Baden Powell, Zezé Motta, Dadá Maravilha, Zé Renato, Eduardo Rangel, Simone Guimarães, Granito e Nuvem, Célia Porto, Suzana Mares, Francis Hime, Ari Pararaios, Zé Mulato e Cassiano, Verônica Sabino, Papete, Juarez Moreira, Clodo Ferreira, Carol Saboya, enfim, uma série de artistas que vem abrilhantando a noite brasiliense. Eu gostaria que isso ficasse registrado nos Anais desta Casa, bem como a contribuição à cultura que vem sendo dada pelo seu proprietário, conhecido como Jorge do Feitiço Mineiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO JORGE CAUHY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não pode haver esse tipo de manifestação em sessões extraordinárias. V.Exa. tem de cortar isso para que possamos fazer a apreciação dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Anilcéia Machado, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Solicito à Relatora, Deputada Anilcéia Machado, que apresente parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 826, de 1999, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 99.964.000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais)".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, verificamos que a proposição atende perfeitamente às condições no tocante à legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa. Portanto, somos pela aprovação do projeto na forma apresentada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão.

Com a palavra a Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero manifestar a posição do Partido dos Trabalhadores com relação a esse projeto de lei encaminhado em função de um processo de negociação, feito, inclusive, com o Presidente da Casa, no sentido de se garantir o pagamento dos servidores da Câmara Legislativa. No entanto, estamos percebendo que o referido projeto de lei trata de uma suplementação de cerca de 99 milhões de reais. Inclusive, em todo o detalhamento do projeto há recursos sendo destinados a pagamentos de funcionários do gabinete do Governador, cortes em áreas que consideramos necessárias, como a Novacap e o Metrô. Nesse sentido, achamos que nosso acordo está sendo ferido, porque não esperávamos que viesse um torpedo tão grande, sem condições, inclusive nesse curto tempo, de se fazer uma

análise do projeto agora apresentado. Esta Casa não pode ter uma conduta dessa forma. O acordo era votar um projeto de destinação de recursos para pagamento de pessoal e, não, um pedido de suplementação dessa ordem com recursos que não sabemos para onde são destinados e de onde foram cortados.

Portanto, votaremos pela aprovação do projeto, mas queremos registrar que desconhecemos o que está sendo aqui apresentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer foi aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado João de Deus, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, indico o Deputado Daniel Marques.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Solicito ao Relator, Deputado Daniel Marques, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em função da urgência na efetivação do pagamento de servidores, contamos com a assessoria do Sr. Arlécio para proferir o parecer. Ele nos informou acerca do assunto e passou a noite toda verificando todos os detalhes desse projeto. Portanto, esse é um projeto que precisa ser aprovado hoje, em função de compromisso com os servidores desta Casa.

Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 826, de 1999, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à Lei Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 99.964.000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais)".

Em análise na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, encaminhamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer foi aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto foi aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando sessão extraordinária para logo após esta para votação do Item Único, em segundo turno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h19min.)

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

ATA DA 64ª
(SEXAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

EM 15 DE OUTUBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Gim.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 10 horas e 21 minutos.

TÉRMINO: 10 horas e 23 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Gim):

- Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - ORDEM DO DIA

ITEM ÚNICO: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 826, de 1999,** de autoria do Executivo local, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 99.964.000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais)". **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

ITEM INCLUÍDO: Apreciação da **redação final do Projeto de Lei nº 826, de 1999,** de autoria do Executivo local, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 99.964.000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais)". **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Gim):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Está aberta a sessão extraordinária.

Item Único:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 826, de 1999, que 'autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 99.964.000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais)'.

Autor: Executivo local"

Em discussão o projeto em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto foi aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

A Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 826/99, que 'autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 99.964.000,00 (noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais)".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO XAVIER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO XAVIER (PPB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de parabenizar todos os professores de Brasília pela passagem do dia deles. Em especial, parabenizo a minha amiga que está em plenário, Sra. Elizabete Barros Sacerdote, esposa do grande companheiro desta Casa, o Sr. Sacerdote, e que há quinze anos leciona na Escola Normal de Taguatinga. Ela é uma grande líder e professora. Parabenizo também o Deputado Daniel Marques e a Deputada Lucia Carvalho, que são professores da rede educacional. Parabéns a vocês. Vocês são responsáveis pelo sucesso e crescimento de nossa cidade e, em especial, dos nossos filhos.

Elizabete, um grande abraço para você. Você está licenciada, mas continua em nossos corações.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICC FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também quero parabenizar os professores. Ansiamos que a gestão democrática, uma conquista de muitos anos da categoria, volte com o nosso Governo Democrático e Popular a partir de 2.002. Podem estar certos de que este trabalho de gestão democrática vai ser continuado a partir de 2.002.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em nome da Câmara Legislativa do Distrito Federal também parabenizo os professores, principalmente os que trabalham nesta Casa, por este dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h21min.)

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

ATA DA 104ª
(CENTÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 19 DE OUTUBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado César Lacerda.

SECRETARIA: Deputado Jorge Cauhy.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 9 horas e 47 minutos.

TÉRMINO: 9 horas e 51 minutos.

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- Agrício Braga (PL)
- Aguinaldo de Jesus (PFL)
- Alírio Neto (PPS)
- Anilcéia Machado (PSDB)
- Benício Tavares (PTB)
- César Lacerda (PTB)
- Chico Floresta (PT)
- Daniel Marques (PMDB)
- Gim (PFL)
- João de Deus (PDT)
- Jorge Cauhy (PMDB)
- José Edmar (PMDB)
- Lucia Carvalho (PT)
- Maninha (PT)
- Paulo Tadeu (PT)
- Rajão (PSDB)
- Renato Rainha (PL)
- Rodrigo Rollemberg (PSB)
- Sílvio Linhares (PMDB)
- Tatico (PSC)
- Wasny de Roure (PT)
- Wilson Lima (PSD)
- Xavier (PPB)
- Edimar Pireneus (PMDB)

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado César Lacerda):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado César Lacerda):

- Convoca os Srs. Deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO CÉSAR LACERDA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Jorge Cauhy a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☐ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Data: 19/10/99
Horário: 9 50

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
AGRÍCIO BRAGA - PL		X	
AGUINALDO DE JESUS - PFL	X		
ALÍRIO NETO - PPS		X	
ANILCÉIA MACHADO - PSDB		X	
BENÍCIO TAVARES - PTB	X		
CÉSAR LACERDA - PTB	X		
CHICO FLORESTA - PT	X		
DANIEL MARQUES - PMDB		X	
JORGE CAUHY - PMDB	X		
JOÃO DE DEUS - PDT		X	
GIM ARGELLO - PFL		X	
JOSÉ EDMAR - PMDB		X	
JOSÉ RAJÃO - PSDB		X	
JOSÉ TATICO - PSC		X	
LUCIA CARVALHO - PT		X	
MANINHA - PT		X	
PAULO TADEU - PT		X	
RODRIGO ROLLEMBERG- PSB		X	
RENATO RAINHA - PL		X	
SILVIO LINHARES - PMDB		X	
XAVIER - PPB		X	
WASNY DE ROURE - PT	X		
WILSON LIMA - PSD		X	
EDIMAR PIRENEUS - PMDB		X	
TOTAL	4	20	

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO CÉSAR LACERDA) - Estão presentes 4 Deputados.

Solicito aos seguranças que encaminhem à galeria as pessoas interessadas na apreciação dos projetos.

Convoco uma sessão extraordinária para ter início dentro de dez minutos.

Por falta de *quorum*, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9h51min.)

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

ATA DA 65ª
(SEXAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

EM 19 DE OUTUBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Edimar Pireneus, Jorge Cauhy, Wasny de Roure e Gim.

SECRETARIA: Deputados Renato Rainha, Daniel Marques, Xavier, Wilson Lima e Sílvio Linhares.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 10 horas e 15 minutos.

TÉRMINO: 19 horas e 59 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Jorge Cauhy):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 - COMUNICADOS DA MESA

- **Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999**, de autoria do Deputado Tatico.
- **Projeto de Lei nº 827, de 1999**, de autoria da Deputada Anilcéia Machado.
- **Projeto de Resolução nº 25, de 1999**, de autoria dos Deputados Benício Tavares, Gim e Renato Rainha.

2 - ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 8:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 368, de 1999**, de autoria do Deputado César Lacerda, que "Fixa o galpão que especifica no Setor Central do Gama e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Renato Rainha. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado Rodrigo Rollemberg. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

(2º) **ITEM 20:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 718, de 1999**, de autoria dos Deputados Sílvio Linhares e Jorge Cauhy, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação

de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados do Distrito Federal".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Renato Rainha, acatando a emenda apresentada. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável da relatora da CAS, Deputada Lucia Carvalho, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (16 deputados presentes).

(3°) **ITEM 23:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 537, de 1999**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "Institui o dia 13 de maio como feriado local na Região Administrativa de Sobradinho".
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Sílvio Linhares, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).
- Parecer da relatora da CAS, Deputada Lucia Carvalho, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

(4°) **ITEM 22:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 825, de 1999**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do Distrito Federal e dá outras providências".
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Benício Tavares, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
- Parecer do relator da CEOF, Deputado César Lacerda, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Parecer da relatora da CAS, Deputada Lucia Carvalho, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (16 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** com 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

(5°) **ITEM 7:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei Complementar n° 436, de 1998**, de autoria do Deputado Xavier, que "Amplia o módulo "C" da área especial sito na EQNP 26/30 da RA de Ceilândia - DF e dá outras providências".
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Paulo Tadeu, na forma do substitutivo apresentado, acatando a emenda de plenário. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer do relator da CEOF, Deputado Daniel Marques, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(6°) **ITEM 13:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 811, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do Programa de Promoção de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF)".
- Parecer da relatora da CCJ, Deputada Anilcéia Machado, acatando as emendas apresentadas. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado Wasny de Roure, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (16 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** com 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

(7°) **ITEM 19:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 570, de 1999**, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Paulo Tadeu. **APROVADO** por votação em processo simbólico (16 deputados presentes).
- Parecer favorável da relatora da CAS, Deputada Lucia Carvalho. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(8°) **ITEM 26:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 699, de 1999**, de autoria do Deputado Agrício Braga, que "Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC). "
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Sílvio Linhares. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável da relatora da CAS, Deputada Lucia Carvalho. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(9°) **ITEM 10:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 766, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Altera o quantitativo de cargos da carreira de fiscalização e inspeção, instituída pela Lei n° 39, de 6 de setembro de 1989, e da carreira de administração pública, criada pela Lei n° 51, de 13 de novembro de 1989."
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Sílvio Linhares. **APROVADO** com 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado Jorge Cauhy. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

(10°) **ITEM 25:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 4.099, de 1998**, de autoria do Deputado Manoelzinho, que "Regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros ou bens (táxis), disciplinando a permissão para sua exploração e dá outras providências".
Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei n° 207, de 1999**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Dispõe sobre a criação e a implantação de modalidade especial de serviço de transporte individual e coletivo de passageiros ou bens (táxis e rádio táxis), no DF, e dá outras providências".
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Sílvio Linhares, na forma do substitutivo apresentado, acatando a emenda n° 1 e a subemenda n° 5. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Parecer do relator da CEOF, Deputado João de Deus, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** com 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

(11°) **ITEM INCLUÍDO:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Resolução n° 25, de 1999**, de autoria dos Deputados Benício Tavares, Gim e Renato Rainha, que "Cria os cargos que especifica no quadro de servidores efetivos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da Mesa Diretora, Deputado Wasny de Roure. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(12º) **ITEM 5:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 381, de 1999**, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Dispõe sobre alteração na Norma de Edificação, Uso e Gabarito NGB 101/93".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado César Lacerda. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(13º) **ITEM 24:** Discussão e votação ,em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 100, de 1999**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "Estabelece incentivos à prática do futebol amador no Distrito Federal e dá outras providências."
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CAS, Deputado Agrício Braga. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(14º) **ITEM 21:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 33, de 1999**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do DF, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviço público, que operam em seu território, de atender os usuários dos seus serviços em tempo razoável e dá outras providências."
- Parecer da relatora da CCJ, Deputada Anilcéia Machado, na forma do substitutivo apresentado, rejeitando a emenda nº 1. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer do relator da CEOF, Deputado João de Deus, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Parecer do relator da CAS, Deputado Agrício Braga, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(15º) **ITEM 29:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 44, de 1999**, de autoria do Deputado Gim, que "Dispõe sobre a desafetação e a destinação da área que especifica, em Taguatinga - RA III, e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado João de Deus. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(16º) **ITEM INCLUÍDO:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 702, de 1995**, de autoria da Deputada Maninha, que "Determina a habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para a interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes da fala ou de sua compreensão e dá outras providências".
- Parecer do relator da CAS, Deputado Agrício Braga, acatando a emenda apresentada. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(17º) **ITEM 17:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999**, de autoria do Deputado Tatico, que "Altera a destinação de uso do lote que menciona, na QN 320 de Samambaia, e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado João de Deus. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

(18º) **ITEM 28:** Discussão e votação ,em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 801, de 1999**, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placa contendo informações relativas ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades e dá outras providências. "
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Paulo Tadeu. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CAS, Deputado Agrício Braga. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(19º) **ITEM 4:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 445, de 1998**, de autoria da Deputada Lucia Carvalho, que "Cria o Parque Ecológico e Vivencial Dom Bosco e dá outras providências".
Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei Complementar nº 323, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Dá nova redação ao art. 1º da Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, que criou o Parque Ecológico Dom Bosco, e adota outras providências".
- Parecer da relatora da CCJ, Deputada Anilcéia Machado, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado Wasny de Roure, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(20º) **ITEM 14:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 590,de 1999**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Concede remissão parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano nas condições que especifica".
- Parecer da relatora da CCJ, Deputada Anilcéia Machado, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado César Lacerda, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(21º) **ITEM 6:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 383,de 1999**, de autoria dos Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus, que "Altera a Lei Complementar nº 228, de 5 de julho de 1999, que 'dispõe sobre o uso, altera o gabarito e as normas de edificação dos lotes 'A' a 'F', da Área Especial nº 2, dos lotes 'A' a 'L' da Área Especial nº 4 e dos lotes nºs 1 a 11, da Área Especial nº 6, Guará II, no Guará – RA X".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado João de Deus. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(22º) **ITEM 3:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 370, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para a regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nºs 18.244, de 13 de maio de 1997, e 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Benício Tavares, acatando a emenda nº 1 e rejeitando a emenda nº 2. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Destaque à emenda nº 2. **REJEITADA** com 10 votos contrários e 6 votos favoráveis. Houve 8 ausências.
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado César Lacerda, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(23º) **ITEM 15:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.433, de 1996**, de autoria do Deputado Xavier, que "Isenta de pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos".
Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei nº 2.654, de 1997**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre a isenção do pagamento de IPVA dos veículos furtados ou roubados e dá outras providências"; e com o **Projeto de Lei nº 817, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Concede remissão de débitos relativos ao IPVA para os proprietários de veículos roubados, furtados ou sinistrados, nos exercícios de 1994 a 1999, e dá outras providências".
- Parecer da relatora da CCJ, Deputada Anilcéia Machado, na forma do substitutivo apresentado. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado César Lacerda, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

3 - COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

- Saúda a professora e os alunos da 6ª série do Colégio Sagrado Coração de Maria, presentes nas galerias.
- Anuncia as presenças, no plenário, do Secretário de Administração do DF, Manoel de Andrade; da Subsecretária da Secretaria para Assuntos do Idoso, Maria Lúcia Lima S. Oliveira; e da ex-Deputada Rosemary Miranda.

4 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Convoca os Srs. Deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Renato Rainha a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99 Horário: 16:45

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
AGRÍCIO BRAGA - PL	X		
AGUINALDO DE JESUS - PFL	X		
ALÍRIO NETO - PPS		X	
ANILCÉIA MACHADO - PSDB	X		
BENÍCIO TAVARES - PTB		X	
CÉSAR LACERDA - PTB	X		
CHICO FLORESTA - PT	X		
DANIEL MARQUES - PMDB	X		
JORGE CAUHY - PMDB	X		
JOÃO DE DEUS - PDT		X	
GIM ARGELLO - PFL	X		
JOSÉ EDMAR - PMDB		X	
JOSÉ RAJÃO - PSDB	X		
JOSÉ TATICO - PSC	X		
LUCIA CARVALHO - PT	X		
MANINHA - PT		X	
PAULO TADEU - PT	X		
RODRIGO ROLLEMBERG- PSB		X	
RENATO RAINHA - PL	X		
SILVIO LINHARES - PMDB	X		
XAVIER - PPB		X	
WASNY DE ROURE - PT		X	
WILSON LIMA - PSD		X	
EDIMAR PIRENEUS - PMDB		X	
TOTAL	14	14	

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Estão presentes 14 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta para que o projeto referente ao Item nº 8 seja apreciado em primeiro lugar, porque encontram-se presentes na galeria diversos microempresários da região do Gama que vieram apoiar esse projeto, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA - (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta para que o projeto referente ao Item nº 9, de minha autoria, seja apreciado em segundo lugar, logo após o projeto do Deputado César Lacerda, porque também encontram-se presentes pessoas que vieram apoiá-lo.

DEPUTADO GIM ARGELLO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PFL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a substituição do projeto referente ao Item nº 29 da pauta porque, de acordo com o Deputado César Lacerda, ele é parecido com o projeto de S.Exa. sobre obras de arte. Por isso, solicito a substituição desse projeto pelo Projeto de Lei Complementar nº 44, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito prioridade para o Item nº 25 da pauta, de autoria do Deputado Manoelzinho, já que há vários taxistas esperando lá fora e queremos agilizar a votação para que eles possam ganhar o pão de cada dia, tão laborioso para aquela classe.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - A Presidência acata o pedido de V.Exa., obedecendo a ordem: primeiro o projeto do Deputado César Lacerda, depois o do Deputado Renato Rainha e, no final, o pedido de V.Exa.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebemos as crianças do colégio Sagrado Coração de Maria, que deixaram um pedido escrito que eu gostaria de ler.

"À Câmara Legislativa do Distrito Federal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Nesta

Exmo. Sr. Presidente,

Em nossa escola fizemos um trabalho de Português, em que fomos pesquisar os erros de escrita, na Língua Portuguesa, nos diversos meios de comunicação, tais como: jornais, revistas, faixas, cartazes e letreiros.

Como resultado desta nossa pesquisa, tivemos um grande número de "erros" gramaticais de modo geral, o que causa transtornos, de certa forma, à população.

Aquele que compra uma revista ou um jornal espera encontrar-se com um texto "revisado", de boa escrita e com corretas informações. Da mesma forma, aquele que anda pela cidade não gosta de ver faixas e cartazes mal escritos, que trazem além da "poluição visual", "informações erradas", se não forem bem escritos.

Assim, pedimos ao Excelentíssimo Senhor que veja com "carinho" este tipo de veiculação, criando leis, porque a nossa Língua Portuguesa não merece sofrer tão "grande número de golpes" em sua escrita e uma diminuição de sua beleza, dando maior atenção e fazendo valer a boa escrita no Distrito Federal.

Atenciosamente,

Flávia Venuci

Colegas da 6ª série do SCM."

Sr. Presidente, eu achei interessante a preocupação dos jovens do colégio Sagrado Coração de Maria com a Língua Portuguesa, a nossa bela língua, e com os cartazes colocados na cidade, poluindo o visual e com erros graves.

Esta Casa tomará providências no sentido de tentar corrigir esses erros de português.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Não tenha dúvida, Deputado Edimar Pireneus.

Registro a presença de aproximadamente trinta e quatro alunos da 6ª série do colégio Sagrado Coração de Maria, que estão nos visitando, acompanhados pela Profª. Ana Maria.

Alunos, sejam bem-vindos a esta Casa. Nós os saudamos muito carinhosamente.

Item nº 8:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 368, de 1999, que 'fixa o galpão que especifica no Setor Central do Gama e dá outras providências.'

Autor: Deputado César Lacerda

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. feirantes do Gama, eu havia apresentado uma emenda a este projeto contra os feirantes do Gama, mas peço a retirada dela e, em contrapartida, reitero a todos os feirantes do Setor Central o meu apoio ao projeto ora em pauta, porque respeito a comunidade do Gama, que é ordeira. São pais de família e pessoas de bem que imprimem o progresso daquela cidade. Jamais eu iria votar contra as pessoas da minha cidade, a qual eu amo.

Peço a V.Exa. que desconsidere a minha emenda, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Renato Rainha, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Solicito ao Relator, Deputado Renato Rainha, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 368, de 1999, que "fixa o galpão que especifica, no Setor Central do Gama, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça foi apresentada uma emenda, devidamente retirada pelo autor, Deputado Wilson Lima. Não havendo mais nenhuma emenda no projeto, o nosso parecer é pela aprovação da matéria nos moldes do projeto apresentado pelo Deputado César Lacerda.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Silvio Linhares.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, componentes da mesa, nobres Deputados, Deputada Maninha, a quem quero parabenizar pela condição de médica - leve um abraço do Deputado Silvio Linhares a todos os médicos do Distrito Federal pela passagem, ontem, do Dia do Médico -, imprensa presente e, principalmente, população e feirantes do Gama, a todos o meu bom-dia.

Antes de qualquer coisa, parabenizo o Deputado César Lacerda por sua visão, homem do Gama, de apresentar um projeto de lei que vai dar dignidade e segurança para as famílias que fizeram a história do Gama, que vendem bugiganga a bons preços para aqueles que não podem comprar roupas para seus filhos de marca nos *parks shoppings* da vida, que foram feitos para os muito abastados.

Muita chuva e muito sol castigaram aquelas pessoas na montagem do galpão. Eu fui testemunha disso, quando passava às 4h da manhã para tomar o meu cafezinho no bar da rodoviária. À época eu trabalhava na extinta *Rádio Globo*. Esbarrei, de madrugada, em muitos de vocês, quando eu tinha aquele carrinho branco sem-vergonha. A *Globo* me explorava e me colocava no banco duro daquele carro para arrebentar meus rins e eu, lá, cumprimentava vocês de manhã cedo.

Outro Deputado que eu gostaria de parabenizar pelo bom senso, pela competência e pela visão é o Deputado Wilson Lima, por ter retirado sua emenda desse projeto, emenda essa, confesso, que eu votaria contra. Contei com a inteligência do Deputado Wilson Lima, com seu amor pela cidade. E vejo S.Exa. assumir o ato heróico de vir aqui retirar a sua emenda que poderia prejudicar o povo do Gama.

Eu tenho um relacionamento muito forte com o povo do Gama, porque ali deixei um filho meu. Em vez de ter mágoa da cidade, eu tenho é muito mais amor por essa cidade do que por qualquer outra. Diga-se de passagem, eu torço pelo Gama!

Muito obrigado e parabéns a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, feirantes do Gama, eu gostaria de cumprimentar o Deputado César Lacerda por essa iniciativa, bem como o Deputado Wilson Lima pela sua percepção e sensibilidade.

O projeto apresentado diz respeito ao conhecido galpão da rodoviária, que tem sido mal utilizado e, com essa proposta, será entregue a um grupo de trabalhadores que têm uma história de trabalho no Gama. Sem dúvida alguma será uma forma de melhor aproveitar aquele espaço.

Eu defendo a idéia de que os trabalhadores do mercado informal se organizem em cooperativas, transformando-se em microempresários e rompendo a relação de dependência com o poder público. Para isso ocorrer, esse passo é fundamental, porque uma vez instalada a atividade comercial, com a lucratividade nascendo num momento de desemprego, de falta de renda no mercado, esses feirantes poderão se transformar em microempresários, em pessoas ativas que valorizam o trabalho e o esforço.

O meu voto será favorável à matéria. Portanto, os meus cumprimentos ao Deputado César Lacerda e aos Relatores da matéria, em particular ao que já proferiu parecer, Deputado Renato Rainha.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Daniel Marques.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o tempo é suficiente para que eu possa, nesta Casa Legislativa, parabenizar o Deputado César Lacerda pela iniciativa e, principalmente, esses feirantes, pois nós conhecemos de perto a luta de vocês para ter a oportunidade de continuar trabalhando e gerando empregos. Sabemos que vários de vocês, além do próprio trabalho, ainda geram inúmeros empregos naquele galpão.

Portanto, parabenizo o Deputado César Lacerda por essa iniciativa. Tenho certeza de que esse é o caminho correto para que possamos enfrentar um grande desafio no Distrito Federal: combater o desemprego de mais de duzentas mil pessoas. Não poderíamos colocar vocês, feirantes, nesta lista de desempregados no Distrito Federal.

Parabenizo também a organização desse grupo de feirantes, que esteve em minha casa, em Planaltina, no domingo, solicitando o meu apoio a esse projeto. Eu respondi que além de apoiar essa comunidade eu sempre apoiei as iniciativas geradoras de empregos.

Portanto, o meu voto favorável ao projeto é certo, para que aquele galpão continue e vocês possam continuar prestando o inestimável serviço à comunidade do Gama.

Parabenizo também o Deputado Wilson Lima por ter retirado as emendas que prejudicariam em muito o projeto. A atitude de S.Exa. no sentido de não atrapalhar a aprovação desse projeto e fazer com que o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, sancione esse projeto é louvável.

Já estou comprometido em ir à inauguração do novo galpão com o Deputado César Lacerda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei muito rápido. Quero apenas parabenizar o Deputado César Lacerda pela iniciativa e também o Deputado Wilson Lima pela sensibilidade sobre a matéria.

No nosso entender, vivemos uma conjuntura bastante adversa no Distrito Federal: o problema do desemprego. A categoria dos feirantes, hoje, é uma marca da labuta no Distrito Federal.

Entendo que esse projeto do Deputado César Lacerda reveste-se de alto significado social. Portanto, parabenizo o Líder do nosso partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, Deputado César Lacerda, pela iniciativa. Tenho certeza de que a cidade do Gama ganha o apoio dos feirantes com essa iniciativa do nobre Deputado César Lacerda.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para discutir. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, feirantes presentes no plenário, eu queria, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, dizer a todos vocês que a nossa bancada sempre estará ao lado dos trabalhadores. O que nós queremos é a geração de empregos, é diminuir o índice de desemprego que hoje assola esta cidade.

O projeto do Deputado César Lacerda merece louvor. Por isso a bancada está com vocês.

Fazemos um apelo à bancada do Governo e, especialmente, ao Deputado César Lacerda para que, quando apresentarmos aqui também um projeto para beneficiar outros feirantes do Gama, que estão passando neste momento por uma situação de conflito, também possamos aprovar tal qual

estamos aprovando o projeto dos feirantes da área de vestuário.

Parabenizo vocês! Parabéns ao Deputado César Lacerda!

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Gim Argello.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PFL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabenizo o Deputado César Lacerda pela autoria de tão brilhante projeto, porque é realmente de uma sensibilidade muito grande. Vejam vocês que as galerias estão hoje cheias de pessoas que realmente estão torcendo e vibrando por essa fixação.

É tradição do Gama - conhecemos o Gama há tantos anos - aquele barracão. Agora haverá a tranqüilidade necessária para que os feirantes lá instalados possam fazer investimentos e transformar aquele lugar, quem sabe, no maior *shopping* popular do Distrito Federal.

Ao mesmo tempo parabenizo o Deputado Wilson Lima pela sensibilidade ao retirar aquela emenda.

O Gama está muito bem representado pelos Deputados César Lacerda, Wilson Lima e Agrício Braga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agrício Braga.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, feirantes do Gama, subo a esta tribuna para ser rápido e breve. Primeiro, para parabenizar o Deputado César Lacerda por este projeto que beneficia essa população do Gama, esses feirantes do Gama que há muito tempo já trabalham e já produzem para sua sustentação. Jamais poderia votar contra um projeto deste, um projeto de interesse de todos, não só de vocês, mas da população do Gama, que tem a opção de comprar produtos com preços mais acessíveis. Seria muita incoerência da parte de um Deputado votar contra projetos dessa natureza.

Parabéns, Deputado César Lacerda! Parabenizo também o Deputado Wilson Lima por ter retirado a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Anilcéia Machado.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes nesta sessão, eu não poderia deixar de registrar a nossa satisfação em vermos um projeto de tamanha envergadura sendo aprovado, principalmente porque garante a condição de trabalho àqueles que no dia-a-dia estão se esforçando para sobreviver e resistir a uma crise que sabemos estar instalada não somente em Brasília, mas no País e no mundo.

Agradeço especialmente ao Deputado Agrício Braga por defender, não somente o Gama, mas, sobretudo, o nosso clube, que S.Exa. tão bem vem conduzindo e trabalhando. Então, todos vocês têm no Deputado Agrício Braga um referencial.

Parabenizo também o Deputado César Lacerda por sua proposta, a qual atende a todos os moradores do Gama; o nosso amigo e companheiro Deputado Wilson Lima, que também é um defensor do Gama e, como sabemos, acompanha passo-a-passo o trabalho de todos vocês.

Então, hoje, os moradores do Gama são uma comunidade privilegiada, porque contam, nesta Casa, com verdadeiros defensores, Deputados que têm amor pelo Gama e que defendem os interesses da cidade, levantando a bandeira do Gama.

Parabéns a todos por essa conquista.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para discutir. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, saúdo toda a população do Gama presente nesta Casa e o Deputado César Lacerda pela feliz iniciativa desta proposta. Eu gostaria de dizer que torcemos pelo Gama, pois a cidade tem um número elevado de desempregados. O que queremos ver é a população tendo oportunidades para trabalhar e sustentar dignamente suas famílias. Queremos transformar o Gama em um grande pólo de confecções e de moda.

Parabéns, e em breve estarei visitando todos no galpão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO. (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas presentes à galeria, inicio minhas palavras cumprimentando e parabenizando o Deputado César Lacerda pela iniciativa que mostra a sua sensibilidade de identificar a necessidade da população do Gama. Tenho certeza de que V.Exa. conta com o apoio dos Deputados Wilson Lima e Agrício Braga.

Eu gostaria de lembrar a esta população presente que conheço de perto o que é ser feirante. Em 1986, tive a oportunidade de trabalhar na Feira do Guará, carregando, muitas vezes, caixotes nas costas para a minha barraca a fim de trabalhar, vender mercadorias e sustentar a minha família.

Por isso, tenho conhecimento da realidade e do sofrimento de cada um de vocês. Sei o que é esperar o freguês e, muitas vezes, não conseguir vender a sua mercadoria. Sei da luta e da peleja que é ser um feirante, ser um trabalhador neste país.

Quero externar, por meio do meu voto, juntamente com o Deputado César Lacerda, o meu apoio total à fixação dessa feira. Eu gostaria de dizer que não estarei votando somente com vocês, mas sempre estarei do lado do trabalhador de Brasília que chegar a esta Casa, independentemente de qualquer questão ideológica.

Todos vocês têm o meu apoio e, acima de tudo, o meu reconhecimento como homem público, porque o feirante é uma força de trabalho nesta cidade.

Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população do Gama e da Feira do Galpão presente a esta Casa, quero dizer que é uma honra muito grande poder recebê-los nesta Casa.

Começamos a luta em favor dos feirantes desde o mandato passado, quando chegou a esta Casa um projeto de lei que mandava licitar todos os galpões, áreas e boxes ocupados pelos feirantes. Caso o feirante não conseguisse comprá-los por meio de licitação, não lhes seria dada nenhuma indenização.

Àquela época, compramos essa briga e fiz um parecer contrário a esse projeto, que nós derrotamos na Comissão de Constituição e Justiça. Posteriormente, eu e os Deputados César Lacerda, Filippelli e Luiz Estevão fizemos uma lei, aprovada por unanimidade nesta Casa, reconhecendo o direito de todos os feirantes das feiras livres e permanentes do Distrito Federal - inclusive a possibilidade garantida na lei - de transferir a banca, o box ou o local ocupado a seus filhos ou a outras pessoas, garantindo aos senhores e aos demais feirantes do Distrito Federal a tranqüilidade para exercerem a sua

atividade, que é difícil, suada e árdua no local onde se encontram.

Parabenizo o Deputado César Lacerda por dar oportunidade a esta Casa de votar uma lei que garante aos senhores um espaço para exercerem uma atividade tão importante para o desenvolvimento da cidade do Gama, por meio da qual sustentam as suas famílias, gerando, inclusive, empregos.

Parabenizo, também, o Deputado Wilson Lima, que teve a grandeza de retirar a sua emenda e de votar a favor do povo do Gama.

Parabenizo, principalmente, os feirantes que vieram a esta Casa, que souberam reivindicar seus direitos e que, de forma democrática, estão aqui participando da votação de um projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado César Lacerda, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, indico o nobre Deputado Rodrigo Rollemberg.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Rollemberg, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para emitir parecer. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 368/99, de autoria do Deputado César Lacerda, que "fixa o galpão que especifica no Setor Central do Gama e dá outras providências".

Do ponto de vista da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não há nada que possa obstar a tramitação do presente projeto, muito pelo contrário, queremos louvar a iniciativa do Deputado César Lacerda pelos benefícios econômicos que S.Exa. traz à população do Distrito Federal com o presente projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 368, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO — Data 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1 turno do PLC nº 368/99

Autor: Deputado (a): César Lacerda ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL					X
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL				X	
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS					X
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO – PSDB					
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – PTB					
DEPUTADO CÉSAR LACERDA – PTB					X
DEPUTADO CHICO FLORESTA – PT					
DEPUTADO DANIEL MARQUES – PMDB					X
DEPUTADO GIM ARGELLO – PFL					
DEPUTADO JOÃO DE DEUS – PDT					X
DEPUTADO JORGE CAUHY – PMDB					
DEPUTADO JOSÉ EDMAR – PMDB					
DEPUTADO JOSÉ TATICO – PSC					
DEPUTADA LUCIA CARVALHO – PT					X
DEPUTADA MANINHA – PT					
DEPUTADO PAULO TADEU – PT					X
DEPUTADO RAJÃO – PSDB				X	
DEPUTADO RENATO RAINHA – PL					
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					
DEPUTADO SILVIO LINHARES – PMDB					
DEPUTADO XAVIER – PPB					X
DEPUTADO WASNY DE ROURE – PT					
DEPUTADO WILSON LIMA – PSD					X
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS – PMDB					
TOTAL	22		02		

ASSP

SECRETÁRIO

ASSP Nº ___/___ Fls. Nº

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Com a palavra o Deputado Agrício Braga para declaração de voto.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores feirantes, só queria aproveitar esta oportunidade para, mais uma vez, cumprimentar o Deputado César Lacerda, a todos vocês que, a partir de agora, terão mais tranqüilidade para exercer suas funções, e a própria população do Gama que terá garantido mais um espaço para adquirir produtos a preços mais acessíveis.

Parabéns a todos vocês!

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Com a palavra o Deputado César Lacerda para declaração de voto.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus amigos do galpão da rodoviária, quando fui administrador do Gama, cidade que tanto amo, acompanhei bem de perto a vida daqueles humildes proprietários de bancas. Lá fiquei conhecendo a minha grande amiga Raimundinha; o Francisco Carneiro; o Presidente da feira, Severino; o Delegado Carneirinho, que se encontra presente; o meu amigo Delmar, que era o meu chefe de gabinete e que muito me ajudou; a Maria Rita; a Gildete e diversos outros que estão presentes a esta sessão. Vi que muitas vezes a situação econômica do País permitia que aqueles vendedores, os feirantes, fossem apenas simples vendedores de ilusões, porque não havia compradores para suas mercadorias. Eles agüentaram, viveram e seguraram o seu ideal que seria, um dia, transferido a seus filhos.

Agradeço ao Sr. Presidente e aos Deputados Wilson Lima, Maninha, Agrício Braga, Renato Rainha, que comigo enfrentaram a luta e a sanha daqueles que eram contra os feirantes. Esses Deputados contribuiram com seu voto para que este projeto fosse aprovado. O grande vitorioso de hoje não somos nós, os Deputados, são vocês e o Gama, que ganha de seus filhos a sua tranqüilidade. De hoje em diante ninguém mais irá mexer com o galpão da

rodoviária. Vocês são livres, perderam as correntes e os grilhões. Hoje estamos implantando o amor e tenho certeza de que eu, o Deputado Wilson Lima e todos os Deputados desta Casa iremos levar o progresso para o Gama. Iremos levar os fregueses para lá, transformando o Gama na maior cidade universitária do Brasil central.

Obrigado, Deputado Jorge Cauhy e a todos os Deputados. Que Deus abençoe todos vocês!

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Concedo a palavra ao Deputado João de Deus para declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para declaração de voto. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, público presente, a princípio agradeço ao Deputado César Lacerda por este magnífico projeto, dizendo que eu não poderia votar contra os feirantes do Gama, porque a minha vida, quando vim do Nordeste, começou no Gama, na Quadra 1, lote 100, no Setor Oeste.

Por isso, parabenizo a todos vocês. Se o Governador Roriz sonhar em vetar esse projeto, vamos derrubar o veto aqui. Comprometo-me com todos vocês de mostrar o meu voto contra o veto. Acho que S.Exa. não vai fazer isso, mas se fizer, podem contar com o meu voto para derrubar o veto do Governador, beneficiando, assim, todas as famílias do Gama.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Concedo a palavra à Deputada Lucia Carvalho para declaração de voto.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, fiz questão de vir aqui declarar o meu voto a favor do projeto, declarar "não" ao veto do Governador e colocar o meu gabinete à disposição dos companheiros para qualquer necessidade. O meu gabinete é o nº 12 e está sempre à disposição dos moradores do Gama.

Em segundo lugar, parabenizo a quantidade de mulheres presentes nesta luta. Parabéns, companheiras, pelo número expressivo de mulheres que, ao lado dos seus companheiros, estão cada vez mais firmes na luta. Espero que na próxima legislatura não haja apenas três mulheres, mas, no mínimo, doze, porque somente com gente com garra como vocês é possível construir uma cidade melhor para o povo de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, moradores do Gama aqui presentes, nobre Deputado César Lacerda, eu gostaria de parabenizá-los pela capacidade de entender os problemas sociais dos trabalhadores do galpão do Gama. O Partido dos Trabalhadores tem a certeza de que este projeto, sem dúvida alguma, vem melhorar a vida social da comunidade do Gama, por isso apoiei este projeto. Contudo, não podemos negar que, nessa mesma comunidade, existe uma categoria que, hoje, está brigando pelo legítimo direito de trabalhar; trata-se de companheiros de vocês, que tiveram, nos últimos meses, alguns problemas com a Administração Regional do Gama e com a polícia.

Entendo que a maneira de se resolver problemas sociais dessa natureza, Sr. Presidente, é com projetos que venham garantir ao trabalhador, ao brasiliense, o legítimo direito de poder ganhar seu pão de forma justa e honesta.

Por isso, deixo registrado aqui meu apoio.

Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Concedo a palavra ao Deputado Xavier para declaração de voto.

DEPUTADO XAVIER (PPB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, moradores do Gama aqui presentes, quero transmitir a minha alegria em votar um projeto como este, de autoria do nosso amigo Deputado César Lacerda, que foi feliz quando teve a idéia de fixar, de uma vez por todas, o galpão do Gama. Parabéns, Deputado César Lacerda!

Não poderia deixar de estar apreciando este projeto, até porque muitos amigos estiveram em meu gabinete solicitando meu apoio, e dei minha palavra de que estaríamos juntos nesta luta. Quero reafirmar meu compromisso de que, até o último dia do meu mandato, estarei aqui para votar em favor da comunidade, porque esta Casa só tem sentido com a presença de vocês.

É por isso que nós, com muita alegria, desejamos a todos vocês muito sucesso! Brasília, uma cidade com quase duzentos mil desempregados, não poderia deixar esse povo sem emprego. É hora de darmos oportunidade a todos para crescer, gerar empregos, ganhar dinheiro e é hora de ajudarmos os moradores do Gama.

Um abraço a toda a comunidade do Gama! Podem contar conosco.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima para declaração de voto.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, moradores do Gama aqui presentes, parabenizo a todos pela brilhante vitória e digo que sabemos ter a hombridade e a humildade na hora de recuar.

Contem comigo!

Parabéns!

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas gostaria de parabenizar esta comunidade ordeira por esta vitória maravilhosa, bem como o Deputado César Lacerda por esta conquista.

Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Item nº 20:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 718, de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados do Distrito Federal'.

Autores: Deputados Silvio Linhares e Jorge Cauhy

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CAS"

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, na semana passada falei que denunciaria aqui um Deputado Federal do PMDB envolvido com formação de quadrilha e assassinato. Trago hoje a esta Casa um inquérito em que o Deputado Federal Alberto Fraga responde por formação de quadrilha e ocultação de cadáver. Existe um trecho neste inquérito em que os Promotores Amaury e Nísio Tostes pedem o indiciamento do Deputado Federal Alberto Fraga, do PMDB.

Pergunto a V.Exa. e à sociedade, como um todo, como um indivíduo dessa natureza, envolvido em formação de quadrilha, pode ser relator da Comissão Especial que estuda a questão da reestruturação da segurança da família brasileira, Sr. Presidente?

Informo a todos os presentes que às 16h levarei este inquérito ao

Corregedor da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcante, entregando a S.Exa. os documentos em que o Deputado Alberto Fraga é acusado por formação de quadrilha, assassinato e ocultação de cadáver, um mentiroso que anda pelas unidades dizendo ser o autor do projeto das vilas militares, que, na verdade, é de autoria dos Deputados Silvio Linhares e Rajão.

Não adianta o Coronel Fraga ficar ligando para mim ou para a minha família dizendo que me matará, porque não tenho medo de policial bandido. Defendo os bons policiais. Os bons policiais defendem a sociedade como um todo. Continuarei denunciando os policiais bandidos. Sou contra grupos de extermínio. Sou contra policial ladrão. Por isso, não tenho medo do Coronel Fraga, um mentiroso, assassino e quadrilheiro.

Não pedirei à taquigrafia para retirar as minhas palavras das notas taquigráficas. Mato a cobra e mostro a cobra. Está aqui o inquérito em que o Sr. Fraga foi denunciado pelo Ministério Público por formação de quadrilha. Um homem que é chefe de quadrilha não pode ser relator de coisa nenhuma, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Solicito aos visitantes do Gama que tenham a gentileza de ceder o espaço na galeria aos idosos que acompanharão a votação do projeto de autoria do Deputado Jorge Cauhy. Por gentileza, visitantes do Gama, vocês são bem-vindos, contudo, temos uma outra parcela da população presente na Casa para acompanhar a votação do próximo item da pauta.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PFL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a retirada do projeto de minha autoria da pauta da Ordem do Dia referente ao item nº 27, que, a pedido de alguns companheiros, necessita de uma discussão mais profunda.

Portanto, nós o substituiremos por um outro projeto, deixando que esse seja apreciado na próxima sessão extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - A Presidência acolhe a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na semana passada, vimos aqui, pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a prisão do Major Wolney e houve apenas uma voz nesta cidade que foi a favor dele.

Portanto, hoje, com as colocações do Deputado João de Deus, entendo que ambos, militares, têm muito em comum. Esse foi o motivo pelo qual ele fez aquela crônica tão veemente contra mim nos jornais da cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Solicito a presença da Segurança junto à Presidência da Casa.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta, a fim de que neste momento seja votado o projeto constante do Item nº 25, haja vista que temos um grande número de taxistas aí fora e o autor do projeto, Secretário da Administração Manoel de Andrade, está presente e quer acompanhar a votação.

Peço também o desapensamento do meu projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Deputado Wilson Lima, o pedido de V.Exa. já foi deferido e o referido item é o terceiro na Ordem do Dia.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Pela ordem. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, acerca do pedido do Deputado Wilson Lima, a bancada do PT esclarece que ainda não tivemos acesso ao substitutivo do projeto. Portanto, não podemos concordar com a inversão de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Deputado Wilson Lima, esta Presidência solicita a V.Exa. que encaminhe o substitutivo, a fim de que os Parlamentares possam apreciar a matéria antes de a colocarmos em votação.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje, no *Jornal de Brasília*, no caderno Civilização, saiu uma longa matéria sobre a diferença entre grafiteiros e pichadores, e a Secretária de Educação do Distrito Federal, Deputado Silvio Linhares, quer acabar com os grafites bonitos e maravilhosos que têm sido feitos pelos alunos nas escolas; alguns, inclusive, publicados no *Jornal de Brasília*. Grafite não é pichação, é arte! Vou apresentar um projeto de lei impedindo que a Secretária proíba os alunos de fazerem grafite nas escolas, o que tem ornamentado muros e painéis. Ela classifica esses grafites como vandalismo, e tem proibido que os alunos continuem se manifestando, principalmente nas cidades de Ceilândia e Taguatinga, onde o número de grafiteiros é expressivo.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui manifestar o meu repúdio à atitude da Secretária, que não entende a manifestação artística dos grafiteiros, hoje reconhecidos nacionalmente, e parabenizar, ao mesmo tempo, o *Jornal de Brasília*, pela matéria de qualidade que publicou hoje, separando o que é grafite do que é sujar paredes com a pichação.

Espero o apoio, como o Deputado Silvio Linhares já declarou, ao projeto que faz essa distinção e permite que nas escolas e muros possa ser usado o grafite, que é cultura, e não a pichação, acabando com essa idéia. Precisamos explicar isso à Secretária de Educação e educá-la, pois S.Exa. não está compreendendo o que é uma manifestação artística e está proibindo esse tipo de manifestação.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer que o nosso Gabinete e a ONG Gaia 21 estão divulgando na cidade uma campanha em defesa da água no Distrito Federal.

Estamos extremamente preocupados com a situação da água no Distrito Federal. Estamos indo aos bares e colocamos alguns *outdoors* na cidade para alertar a população dos vários problemas relacionados à questão da água. O principal deles, neste momento, é o da regularização dos condomínios. Está havendo uma verdadeira bandalheira na questão dos condomínios. No Lago Sul, por exemplo, fui surpreendido quando vi, lendo o *Jornal da Comunidade*, um edital convocando grileiros para um processo de regularização

completamente irregular, a respeito do qual o Ministério Público deve estar atento. Trata-se dos condomínios Privê - Lago Norte I e II.

Não podemos compactuar, nesta Casa, com esse tipo de coisa que está ocorrendo nos condomínios, pois isso tem um reflexo direto na questão da água no Distrito Federal. A proliferação de condomínios, a não-adoção da medida do Jet PI, que colocava 144 condomínios para serem regularizados, e o revigoramento de 300 condomínios de grileiros espalhados pelo Distrito Federal merecem atenção apurada desta Casa. A questão dos condomínios é muito grave e está diretamente relacionada à questão da água do Distrito Federal. Não podemos ser condescendentes com o que está ocorrendo hoje na Secretaria de Assuntos Fundiários, com regularizações completamente forjadas e ao arrepio da lei tanto distrital quanto federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Peço aos Srs. Deputados que sejam mais objetivos, porque temos projetos a serem apreciados. Espero que V.Exas. entendam a dificuldade desta Presidência neste momento.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, no que diz respeito ao projeto constante do Item nº 22, que é de minha autoria, há pessoas na galeria aguardando a votação. Solicito, portanto, a apreciação desse item.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Esta Presidência informa ao Deputado Renato Rainha que votaremos agora o projeto referente ao Item nº 20 e, em seguida, ao Item nº 22.

Solicito ao Relator, Deputado Silvio Linhares, que repasse aos Deputados o substitutivo do projeto do transporte escolar.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Pela ordem. Com revisão do orador) - Sr. Presidente, peço inversão de pauta do Item nº 23, que trata do Dia da Padroeira de Sobradinho, pois há nesta Casa alguns moradores de Sobradinho interessados neste projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, associo-me ao *Jornal de Brasília* e o parabenizo pela excelente matéria publicada no caderno Civilização, mostrando que grafite não é pichação. Fico muito feliz, pois nesta página há a foto de dois cartões postais, editados na época em que eu era Secretário de Turismo, Lazer e Juventude, que se tornaram obras de arte e circularam por todo o Brasil e todo o mundo.

Sr. Presidente, vários desses grafiteiros que já foram pichadores - há uma diferença fundamental entre grafite, que é uma arte popular, e pichação, que é um ato de vandalismo - tiveram, por meio do grafite, diversas oportunidades de trabalho e de renda. Vários desses garotos cujas obras foram registradas em cartões postais, em função da publicação desses cartões, conseguiram e conseguem trabalho até hoje.

Então, é lamentável que a Secretária de Educação Eurides Brito e o Secretário de Segurança Paulo Castelo Branco estejam confundindo o que é uma manifestação da arte popular, do movimento *hip hop*, que engloba grafite, *break e hap*, com ato de vandalismo.

Além do mais, querer proibir a expressão legítima da arte popular, que é o grafite, constitui um grave atentado à liberdade de expressão, que é garantida pela Constituição Federal.

Parabenizo o *Jornal de Brasília* pela linda matéria esclarecedora que publica hoje no caderno Civilização.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, eu gostaria também de parabenizar o *Jornal de Brasília* e o Deputado Rodrigo Rollemberg, porque dois cartões postais, do período em que S.Exa. era Secretário de Turismo foram publicados no jornal hoje.

Sr. Presidente, comunico a V.Exa. que eu já havia providenciado as cópias para passar a todos os nobres Deputados. Mas a lembrança de V.Exa. é de bom agrado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Deputado Alírio Neto, informo a V.Exa. que o projeto original é do próprio BRB, e que, de acordo com ele, a loteria seria de fato administrada pelo BRB, haja vista que o processo formado nasceu naquela instituição.

Apreciaremos agora o Projeto de Lei nº 718, de 1999, constante do Item nº 20, cuja ementa já foi lida anteriormente.

Dada a ausência da Deputada Anilcéia Machado, solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Renato Rainha, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Solicito ao Relator, Deputado Renato Rainha, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 718, de 1999, de autoria dos nobres Deputados Silvio Linhares e Jorge Cauhy, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados do Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, analisamos o projeto no tocante aos critérios de constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa. Não podemos deixar de parabenizar o mérito da matéria que trata com excelência os idosos do Distrito Federal, dando o tratamento merecido e devido pela população àquelas pessoas que dedicaram toda a sua vida em prol do engrandecimento do Distrito Federal.

Portanto, o nosso parecer é pela aprovação da matéria no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Cauhy.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saúdo a Dra. Lúcia, Subsecretária do Idoso, e todos os idosos presentes. O Deputado Silvio Linhares e eu fizemos esse projeto no intuito de melhorar as condições de vida dos idosos, pois o idoso chega ao estacionamento e não encontra vaga onde

possa estacionar. Se este projeto for aprovado, de agora em diante, os estacionamentos serão obrigados a colocar placas destinando vagas aos idosos, semelhantes às usadas para os deficientes físicos.

Fico feliz de poder beneficiar os idosos, porque tenho dedicado a minha vida a eles. Há trinta e nove anos venho procurando dias melhores para os idosos em Brasília. Não aceito, definitivamente, que o idoso seja considerado papel descartável e marginalizado, como vem ocorrendo.

Para vocês terem uma idéia, a nossa instituição recebe R$ 1,57 (um real e cinqüenta e sete centavos) do Governo. O Governo Federal fechou os olhos para o idoso. Na Subsecretaria do Idoso, a Dra. Lúcia mantém grupos que têm promovido muitos eventos maravilhosos. Mas isso não é o bastante! É preciso que o Governo também apoie a Subsecretaria, que passa por sérias dificuldades e precisa de verba para amparar os idosos. É preciso que os Deputados desta Câmara Legislativa voltem os olhos para os idosos do Distrito Federal.

Eu tenho lutado muito. Construí uma grande obra com cento e cinqüenta leitos. Estou reformando todo o Lar dos Velhinhos, onde estou fazendo uma transformação total para propiciar mais conforto, mais higiene e mais amor àquelas criaturas, porque dedico minha vida aos idosos. Farei tudo o que eu posso para que os idosos tenham dias melhores, sejam mais felizes, para que tenham um fim de vida com mais dignidade e respeito.

O Deputado Silvio Linhares e eu fizemos esse projeto para que todos os estacionamentos do Distrito Federal tenham vagas preferenciais para os idosos.

Parabenizo os idosos e agradeço a todos por terem vindo aqui hoje prestigiar nossa sessão.

Agradeço à Dra. Lúcia por estar aqui.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Lucia Carvalho.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus queridos amigos da terceira idade, todos nós Parlamentares que queremos chegar à terceira idade temos de nos preocupar com leis que possam beneficiar esse segmento. Sabemos que envelhecer é uma sabedoria, que vocês detêm informações que a juventude não possui. Projetos que foram implementados no Governo anterior e que fazem com que os idosos troquem experiências com os jovens são projetos maravilhosos. O projeto que apresentamos e de que precisamos, Deputados Jorge Cauhy e Silvio Linhares, é o que fará com que a área de saúde atenda prioritariamente os idosos com a apresentação de um cartão preferencial. Até hoje não conseguimos aprová-lo e, para tanto, tem de haver uma aliança dos Deputados da Oposição com os Deputados do Governo.

Parabenizo os Deputados Silvio Linhares e Jorge Cauhy por mais esse projeto que contempla os idosos que utilizam os veículos automotores, para que os estacionamentos sejam, a exemplo dos portadores de deficiência, àqueles que têm dificuldade de locomoção, no caso os idosos, reservados espaços nos *shoppings* e em todos os estacionamentos.

Voto a favor do projeto e deixo o registro de que o Gabinete nº 12 está à disposição de qualquer encaminhamento da luta dos idosos. Temos alguns projetos em tramitação que beneficiam os idosos, pois desejamos que aos senhores seja dado, a exemplo do que ocorre nos ônibus, o livre acesso ao teatro ou cinema, mesmo que seja em horários diferentes daqueles em que há muita platéia. Portanto, tramita nesta Casa um projeto de minha autoria que em breve dará aos senhores, com a carteirinha do idoso, a possibilidade de desfrutar dos espaços de lazer e cultura de forma gratuita nos horários que não sejam os mais procurados durante o dia, porque os senhores têm tempo para poder desfrutar, neste momento da idade, dos benefícios que a sociedade produziu. Independentemente de política governamental, tenham o meu mandato a serviço da terceira idade, porque quero envelhecer com sabedoria e fazer parte do grupo da terceira idade com todo o orgulho de quem vive muito, é idoso e tem a sabedoria.

Podem contar comigo, Deputada Lucia Carvalho, para sempre defender, na política, as pessoas da terceira idade como trabalhadores legítimos que lutaram a vida inteira. Deputados Jorge Cauhy, Silvio Linhares, Maninha, Paulo Tadeu e todos os que têm projetos para a terceira idade, como eu tenho, que votemos sempre em função do idoso porque queremos chegar lá como os senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, sem dúvida alguma o Deputado Jorge Cauhy tem demonstrado aqui na Câmara Legislativa grande sensibilidade para a questão dos idosos e lutado insistentemente para que eles tenham uma vida melhor. Nesse sentido, parabenizo S.Exa. pelo projeto apresentado, no qual votarei favoravelmente.

É uma iniciativa, talvez, pequena do ponto de vista geral, mas é importante, sim, para iniciarmos um processo de valorização dos nossos idosos no País e, em particular, no Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar a respeito de uma política que está em curso no Brasil. Nós, Deputados desta Casa, devemos ter a responsabilidade de estar atentos.

O Supremo Tribunal Federal, há duas semanas, proibiu o desconto previdenciário no salário dos aposentados e pensionistas. Essa foi uma vitória importante, mas, infelizmente, o Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, junto com seus aliados e alguns Governadores, está insistindo na tese de instituir em todo o Brasil o desconto no salário dos aposentados e pensionistas. E aí, Deputado Jorge Cauhy, Deputados da bancada Governista do PMDB e nós, Deputados da Oposição, temos a responsabilidade de não deixar ser aprovado aqui no Distrito Federal esse desconto que tirará dos aposentados e pensionistas o pouco que ganham. Devemos fazer a defesa clara e exigir que aqui no Distrito Federal essa política não seja adotada.

Por isso, Sr. Presidente, quero conclamar todos os Deputados em defesa do idoso. Que aqui em Brasília não seja instituído o desconto previdenciário para os aposentados e pensionistas. Isso é o mínimo, Deputado Jorge Cauhy, que nós, da Câmara Legislativa, podemos fazer no sentido de valorizar a vida do aposentado e do pensionista.

Sr. Presidente, é nesse sentido que eu gostaria de chamar a atenção sobre essa questão para que possamos sensibilizar a Câmara Legislativa, e, principalmente, o Governador Roriz a não adotar em Brasília essa medida que eu chamaria de criminosa contra os aposentados e pensionistas do País. Enquanto se tenta tirar desses aposentados e pensionistas um pouco do seu misero salário, o Governo Federal repassa para o FMI bilhões e bilhões de dólares por ano, tirando do trabalhador o pouco que percebe.

Parabenizo o Deputado Jorge Cauhy por essa iniciativa. Aproveito a oportunidade para alertar os idosos que se encontram nesta Casa quanto à política neoliberal que está em curso neste país.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PFL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico analisando o

respeito que os nobres Deputados Jorge Cauhy e Silvio Linhares têm para com os idosos. Isso me traz alegria porque se estudei, consegui me formar e hoje não tenho passagem na polícia, devo muito aos idosos. Não tive uma infância junto com a molecada, como hoje em dia. A minha infância foi junto com os idosos.

Eles têm um espaço na nossa sociedade. Eles devem ter, em todas as áreas da nossa sociedade, respeito porque se o nosso país quer crescer ou está crescendo, isso se deve a eles, que contribuíram com o desenvolvimento do Brasil.

Deputados Jorge Cauhy e Silvio Linhares, talvez eu possa ser humilde em falar, mas isso é o mínimo que podemos fazer. Eles merecem o respeito de todos os Parlamentares.

Esta Casa está de parabéns por encaminhar esse projeto em favor dos idosos. Infelizmente, não é o caso de muitas Casas Legislativas do nosso país, que têm tirado dos aposentados e dos idosos o pouco que têm.

Esta Casa está de parabéns por estar prestigiando os nossos idosos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero iniciar parabenizando o Deputado Jorge Cauhy. S.Exa. tem o meu respeito e admiração pelo trabalho que desenvolve, não de agora, mas desde a história do início desta cidade, junto ao pessoal da terceira idade, da melhor idade.

Quero parabenizar o companheiro e amigo Deputado Silvio Linhares pela iniciativa de, junto com o Deputado Jorge Cauhy, ter a sensibilidade para identificar a necessidade das pessoas da terceira idade, que prefiro chamar de melhor idade.

Eu queria falar para os senhores, muito rapidamente, de uma invasão que ocorreu na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Naquela ocasião, todos pediram para falar sobre o assunto, mas eu não me pronunciei naquele dia. Hoje eu quero falar desta invasão de pessoas maravilhosas que estão na galeria, pessoas que têm muito respeito por esta Casa e pelo nosso trabalho, que recebem e merecem o nosso respeito por intermédio do trabalho do Deputado Jorge Cauhy. Falo para todos desta invasão maravilhosa de alegria e da nossa satisfação em recebê-los em nossa Casa.

De coração, deixo o meu apoio a esse projeto e, em especial, uma mensagem minha: a alegria de viver vai muito além da idade, vai até onde a nossa generosidade alcançar. Eu espero alcançar a paz e a alegria que todos estão trazendo hoje para nós e ter a oportunidade de, um dia, estar lado a lado com vocês.

Era o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Pela ordem. Com revisão do orado) - Sr. Presidente, ao me pronunciar não me lembrei de que o projeto também é de autoria do Deputado Silvio Linhares. Corrijo a minha falha, estendendo ao Deputado Silvio Linhares as palavras que dirigi ao Deputado Jorge Cauhy com relação à defesa dos idosos, cuja vida esse projeto facilita e melhora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Está registrado, Deputado Paulo Tadeu.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, população presente na galeria, que honra o Poder Legislativo do Distrito Federal, quero iniciar o meu pronunciamento parabenizando os autores do projeto de lei, o Deputado Silvio Linhares, grande Parlamentar e amigo, pessoa atuante e vibrante nesta cidade, e o meu amigo e companheiro Deputado Jorge Cauhy, pessoa que representa um marco de dignidade e de trabalho social nesta Casa. Parabéns ao Deputado Jorge Cauhy e ao Deputado Silvio Linhares por terem apresentado o projeto!

Parabenizo principalmente os senhores, da melhor idade, que comparecem hoje na Câmara Legislativa do Distrito Federal, honrando os nossos trabalhos.

Tenho alguns projetos tramitando na Casa, inclusive uma emenda de minha autoria, aprovada em conjunto com o ex-Deputado Cláudio Monteiro, que isenta o aposentado que ganha até três salários mínimos de pagar o IPTU de sua residência. Há também emenda à Lei Orgânica, de minha autoria, que torna gratuita a cédula de identidade aos maiores de 60 anos de idade. Há outro projeto de minha autoria, com vários projetos de autoria de outros Deputados apensados a ele, que dá às senhoras e aos senhores da melhor idade o mesmo direito dos estudantes: de pagarem meio ingresso ao irem ao teatro, ao cinema ou a qualquer evento cultural e artístico em horário comercial. Em breve iremos aprovar esse projeto nesta Casa.

Tudo o que a Câmara Legislativa do Distrito Federal tem procurado fazer em benefício dos senhores não é nenhum privilégio, mas, sim, o reconhecimento de tudo o que já fizeram em prol das gerações mais novas e pelas futuras gerações que devem aos senhores essa energia, felicidade, alegria e juventude que trazem em seus corações e que são um exemplo a cada um de nós.

Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Obrigado, Deputado Renato Rainha.

Registro a presença, nesta Casa, dos grupos Beija Flor, do Recanto das Emas, sob a liderança da Sra. Maria de Morais; da Associação dos Idosos, de Taguatinga, sob a liderança da Sra. Maria de Lourdes da Silva Severino; e a presença da Dra. Lúcia, Subsecretária para Assuntos dos Idosos, do Governo do Distrito Federal.

Tenho a oportunidade, também, de registrar a presença do Exmo. Sr. Secretário da Administração Pública do Distrito Federal, Manoel de Andrade.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Silvio Linhares.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, antes de qualquer coisa, quero agradecer aos nobres Deputados, principalmente ao Deputado Aguinaldo de Jesus, por terem feito uma menção muito honrosa em meu nome e em nome do Deputado Jorge Cauhy sobre o respeito que ambos temos pelos mais idosos.

S.Exa. foi muito feliz e disse tudo o que eu tinha a dizer sobre a obrigatoriedade de todos respeitarem os idosos. Se hoje temos uma cidade capaz de representar o País no resto do mundo, se hoje temos valorosos homens e mulheres na nossa sociedade desenvolvendo vários trabalhos, é exatamente pela criação, pelo amor e pelo espírito de renúncia, muitas vezes dados para a nossa juventude pelo idoso sobre a educação, sobre a moral e, principalmente, sobre o respeito a Deus.

Quero parabenizar a Dra. Vera, essa mulher batalhadora que está sempre no nosso gabinete com um sorriso, pedindo por vocês. É muito bom saber que, também no nosso Governo Roriz, o idoso não está abandonado assim, como também não é abandonado pelo Lar dos Velhinhos, que, agora, se

vocês não sabem, está remodelado pelo Deputado Jorge Cauhy que, também, está cuidando do Hospital do Câncer para tratar de nós que estamos a caminho da terceira idade.

Nada mais justo do que a idéia e a preocupação de não deixar o nosso idoso rodando dentro de estacionamento e disputando, às vezes, com os jovens, as vagas para estacionar seus carros.

Queremos, também, lembrar a criação do Hospital Geriátrico, uma lei de autoria do Deputado Jorge Cauhy e aprovada, por unanimidade, nesta Casa. Agradeço à nobre Presidência por este espaço concedido a minha pessoa para que eu pudesse fazer este discurso.

Mudando de assunto, Sr. Presidente, uma emissora de televisão debochou da minha pessoa quando houve a sanção da lei que diz que as academias de artes marciais devem ser registradas na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para que nós possamos separar os verdadeiros atletas, os nossos filhos esportistas, dos "pit-bulls" que vão aprender arte marcial para sair dando pancada nos nossos filhos na rua. Hoje, quando abri o jornal, vi estampada uma guerra, na 409 sul, entre duas gangues de lutadores, na qual três tiros foram disparados às 17h.

Lembro a esta valorosa televisão do Brasil que nós enxergamos um pouquinho mais longe porque temos a experiência de trinta e um anos cobrindo acontecimentos do crime. Eu só gostaria que nos respeitassem, principalmente como Parlamentares que criam leis, e, também, no meu caso, como profissional da área policial.

Muito obrigado, meus idosos queridos. Peço-lhes a bênção.

Eu gostaria que vocês batessem palmas de pé ao Deputado Jorge Cauhy, esse batalhador que temos em nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Informo aos Srs. Deputados que atenham-se, nos seus pronunciamentos, à natureza da matéria, para que a Mesa não tenha de tomar procedimentos desagradáveis.

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - *Sr. Presidente, quantos projetos foram votados até o momento? Temos uma pauta com vinte e nove itens, mas sei que apenas um projeto foi votado até o presente momento. Conclamo a Presidência e todos os colegas Deputados a diminuirmos a falação, os pedidos de uso da palavra pela ordem e as declarações de voto, sob pena de prejudicarmos a votação. Há várias pessoas esperando para acompanhar a votação de projetos de interesse delas, como é o caso dos idosos e dos grupos dos condomínios e da área rural, que estão lá fora sob sol quente.*

Portanto, Sr. Presidente, solicito um acordo entre nós, pois, embora a Presidência, de fato, deva cumprir o regimento, se houver a boa vontade dos colegas no sentido de aterem-se à votação, conseguiremos votar os vinte e nove projetos constantes da Ordem do Dia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Eu aproveito o pedido feito pelo Deputado Daniel Marques para informar aos Srs. Deputados que, realmente, o número de inscritos tem sido extremamente grande. Há um entendimento nas reuniões preliminares de Lideranças de que apenas se pronunciem nas declarações de voto. Contudo, a Presidência não tem o poder de cercear o pedido de manifestação de qualquer Deputado.

Cabe aos senhores a responsabilidade de cumprir o acordo.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, atendendo ao apelo do Deputado Daniel Marques, serei breve. Eu não poderia deixar de cumprimentar os Deputados Jorge Cauhy e Silvio Linhares pela feliz iniciativa do projeto.

Cumprimento todos os idosos, com muito carinho, dizendo a eles que, da minha parte e do Partido Socialista Brasileiro, todos os projetos que chegarem a esta Casa beneficiando o idoso terão de nós pleno apoio, pois entendemos que uma sociedade que quer ser generosa e justa tem de reconhecer todo o trabalho desenvolvido pelos idosos e toda a contribuição que essas pessoas, pelas suas experiências, podem dar para criar um mundo melhor. Tudo que nós fizermos por vocês ainda será pouco pelo que vocês merecem.

Parabéns, um beijo e um abraço carinhoso em todos vocês.

Muito obrigado.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não ia falar, mas fui pressionado pela nossa amiga e não posso deixar de parabenizar os Deputados Jorge Cauhy e Silvio Linhares pela autoria deste projeto e a todos que lutam por esse direito mínimo: o respeito às pessoas de idade mais avançada.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não poderia deixar de homenagear todos os companheiros da terceira idade aqui presentes e dizer-lhes que a sociedade é mais justa na medida em que começa a olhar cedo para aqueles que atingiram a fase da terceira idade a que nós, um dia, chegaremos quando precisaremos do apoio do Estado para desenvolver todas as suas potencialidades.

Numa sociedade de Primeiro Mundo, todos os conhecimentos adquiridos nos anos de experiências, de luta e de trabalho são repassados para os mais jovens. No Japão, nos Estados Unidos, na Suécia e na Alemanha, há programas de valorização da terceira idade, mas não é uma valorização gratuita, não é uma benesse, é a consciência da importância daqueles que chegaram nessa idade para a manutenção das raízes sociais, da força da cultura, daquilo que há de mais importante numa sociedade: o conceito de fraternidade. Só aqueles que chegaram nessa idade conseguem separar tudo que é problema, tudo que é disputa, tudo que é desejo, tudo que é vontade e realmente ver o todo social.

Parabenizo o Deputado Jorge Cauhy e os autores do projeto, porque esse projeto coloca Brasília como capital do 3º milênio. Este projeto, Deputado Jorge Cauhy, realmente enobrece nossa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada

Lucia Carvalho, que indique relator para a matéria.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Solicito à Relatora, Deputada Lucia Carvalho, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 718, de 1999, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados do Distrito Federal", de autoria dos Deputados Silvio Linhares e Jorge Cauhy.

Na Comissão de Assuntos Sociais, nosso parecer é favorável ao projeto e também à emenda apresentada pelo Deputado Benício Tavares, que estabelece que, havendo até cinqüenta vagas, serão reservadas, no mínimo, três vagas e, havendo mais de cinqüenta vagas, serão reservadas, no mínimo, cinco por cento. Ou seja, a emenda do Deputado Benício Tavares contribui com o projeto. Portanto, somos pela aprovação do projeto e também da emenda apresentada pelo Deputado Benício Tavares.

É o parecer, Sr. Presidente, da Comissão de Assuntos Sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 718, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Agradeço aos companheiros da terceira idade aqui presentes que vieram acompanhar a votação do projeto de lei de autoria dos Deputados Jorge Cauhy e Silvio Linhares, que disponibiliza espaços nos estacionamentos do Distrito Federal.

Solicito à segurança desta Casa que, inicialmente, permita a entrada, na galeria, dos interessados na apreciação do projeto de lei referente ao Item nº 25 da pauta, de autoria do Deputado Manoelzinho, que trata do serviço de táxi no Distrito Federal.

Solicito à segurança desta Casa que agilize a entrada das pessoas interessadas na apreciação do projeto referente ao Item nº 25.

Item nº 25:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.099, de 1998, que 'regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros ou bens (táxis), disciplinando a permissão para sua exploração, e dá outras providências; em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 207, de 1999, que 'dispõe sobre a criação e implantação de modalidade especial de serviço de transporte individual e coletivo de passageiros ou bens (táxis e radiotáxis) no DF, e dá outras providências, de autoria do Deputado Wilson Lima.

Autor: Deputado Manoelzinho

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Anilcéia Machado, que indique relator para matéria.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, informo que em reunião anterior da Comissão já foi designado para relatar o parecer o Deputado Silvio Linhares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Solicito ao Relator, Deputado Silvio Linhares, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que, antes do pronunciamento do Relator, V.Exa. aguarde a entrada dos taxistas na galeria, para que eles tomem conhecimento do acordo que firmamos com o Deputado Silvio Linhares e com os demais líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - De acordo com a solicitação do Deputado Edimar Pireneus, há uma negociação com relação a esta matéria. Por isso, peço à segurança desta Casa que agilize a entrada dos trabalhadores do serviço de táxi no Distrito Federal.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Secretário de Administração, Deputado Manoelzinho, agradeço a Deus pela oportunidade que tive de ser relator de um projeto de interesse de uma classe que eu admiro muito e que é tão sofrida, tão amiga, tão honesta e tão laboriosa: a de motorista de táxi. Eu já tive o prazer de pertencer a esta classe. Esse projeto mostra, mais uma vez, a dignidade e a transparência de nosso trabalho por se tratar de um projeto que irá amparar a classe para o resto da vida, dando equiparação com os nossos valorosos profissionais da praça. Fizemos um acordo com o partido da Oposição para que nossos colegas tivessem tempo de analisar todo o processo do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.099/98. As Deputadas Maninha e Lucia Carvalho e os Deputados Paulo Tadeu, Rodrigo Rollemberg, Chico Floresta e Wasny de Roure pediram um prazo para analisarem as trinta e oito páginas do substitutivo desse projeto, que fizemos com o maior amor para a classe dos taxistas.

Solicito à Presidência um prazo, mediante o acordo feito nos bastidores, para que o partido da Oposição possa tomar conhecimento do substitutivo e discutir os pontos dele para que votemos ainda hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - É prerrogativa do Relator da matéria solicitar tempo para proferir o seu parecer.

Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e concede o tempo máximo de duas horas para o Relator apresentar o parecer.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar pela presença do Secretário de Administração, Deputado Manoelzinho, que vem defendendo há muitos anos a classe de taxista. Tanto é que o Deputado Manoelzinho elaborou um projeto que, hoje, recebe o substitutivo do nobre Deputado Silvio Linhares. Por meio de acordo das lideranças, houve um pedido para que fossem analisadas as alterações e modificações.

Esse não é um simples projeto, ele é do tamanho do Deputado Manoelzinho. Ele tem vários capítulos e itens que devem ser analisados por esta Casa. Digo que é do tamanho do Deputado Manoelzinho pela capacidade e pela força de S.Exa. em defesa da categoria.

O Relator, sabiamente, entendeu ser necessário esta Casa votar com consciência o projeto de interesse de uma classe tão sofrida e merecedora do respeito desta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - A solicitação do Sr. Relator já está deferida, aditada as explicações do Presidente desta Casa, Deputado Edimar Pireneus.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Pela ordem. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos agradecer ao Deputado Silvio Linhares por ter atendido ao nosso pedido de solicitação de prazo de adiamento da votação. Fizemos esse pedido por termos recebido o substitutivo em cima da hora. Então, é necessário que todos nos debrucemos sobre o projeto para que possamos não só entendê-lo em sua totalidade, mas também, se for necessário, apresentar emendas ao próprio projeto .

Deputado Silvio Linhares, agradecemos a solicitação do prazo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e passaremos, agora, ao estudo do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Já está concedido pela Mesa o prazo de duas horas ao Relator da matéria, para que discuta o referido substitutivo com os Líderes das diferentes bancadas.

Solicito a compreensão dos senhores taxistas, que, de forma ordeira, visitam esta Casa na expectativa da votação do projeto de lei de interesse deles. Como foi solicitado um prazo para o parecer ser proferido, solicito que os senhores desocupem a galeria desta Casa para que possamos recepcionar os moradores de condomínios, que estão esperando a apreciação do próximo projeto. É uma questão de entendimento entre os Deputados.

Senhores, temos, neste momento, o projeto de autoria do Deputado Renato Rainha, que será o próximo a ser apreciado. Para a apreciação do projeto de interesse dos senhores foi pedido um prazo a esta Presidência de duas horas. Não posso simplesmente paralisar a pauta e, conseqüentemente, prejudicar os outros grupos. Foi solicitado a esta Presidência que os informasse de que a matéria será votada hoje e de que há outras matérias que precisam ser apreciadas.

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no sentido de encontrar um meio termo, um acordo entre os taxistas, consulto a bancada do PT qual seria o prazo mínimo, se meia hora ou quarenta minutos, para concluírem o parecer. A outra alternativa é marcar a hora exata para que o projeto seja votado.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inversão de pauta para podermos votar, em seguida ao projeto referente, o Item nº 19, de autoria do Deputado Renato Rainha, que institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal. É um projeto sobre o qual não há polêmica; portanto, poderíamos votá-lo rapidamente sem discurso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Lembro aos Srs. Deputados que já foram acolhidas as inversões de pauta pela Presidência desta Casa e que há pessoas esperando a votação dos projetos.

Eu gostaria de solicitar ao Relator da matéria em tela que manifeste o entendimento das negociações. (Pausa.)

Solicito a compreensão dos senhores taxistas. Há uma pauta com 29 itens. Estamos aguardando o entendimento das Lideranças.

Não adianta se exaltarem, porque esta Casa é democrática e o princípio da democracia será respeitado.

Enquanto as Lideranças entram num acordo, passaremos para apreciação dos próximos itens da pauta.

Item nº 23:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 537, de 1999, que 'institui o dia 13 de maio como feriado local na Região Administrativa de Sobradinho'.

Autor:	Deputado Paulo Tadeu	
Relatores	Deputado Silvio Linhares	- CCJ
	Deputado	- CAS"

Solicito ao Relator, Deputado Silvio Linhares, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 537, de 1999, que "institui o dia 13 de maio como feriado local na Região Administrativa de Sobradinho", de autoria do Deputado Paulo Tadeu.

No âmbito da CCJ, somos pela aprovação do projeto na forma do substitutivo, que passo a ler:

"Estabelece o dia 13 de maio para consagração da Nossa Senhora, do Rosário de Fátima, padroeira de Sobradinho, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica estabelecido o dia 13 de maio para o culto público oficial a Nossa Senhora do Rosário de Fátima, padroeira de Sobradinho.

Parágrafo Único - Na data a que se refere o *caput* deste artigo, será ponto facultativo em toda a Região Administrativa V.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam da Comissão de Constituição e Justiça permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 20 Parlamentares.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Lucia Carvalho, que indique relator para a matéria.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito à Relatora, Deputada Lucia Carvalho, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço permissão a V.Exa. para avisar aos companheiros motoristas de táxis que se encontram na galeria que às 16h começaremos a discussão do projeto. Isso já está acordado com as Lideranças e eu gostaria que a categoria entendesse. Também tenho interesse na votação desse projeto, pois é um bom projeto. Peço a compreensão de vocês para que aguardemos até as 16h.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 537, de 1999, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "institui o dia 13 de maio como feriado local na Região Administrativa de Sobradinho."

O Projeto de Lei nº 537/99 recebeu um substitutivo de autoria do Deputado Silvio Linhares que "estabelece o dia 13 de maio para a consagração à Nossa Senhora do Rosário de Fátima, padroeira de Sobradinho, e dá outras providências". Fica estabelecido o dia 13 de maio para realizar-se o culto público à Nossa Senhora do Rosário de Fátima, padroeira de Sobradinho, e o ponto será facultativo.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não existe nenhum óbice para a aprovação do projeto. Portanto, somos pela sua aprovação na forma do substitutivo por ter extensão social.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 537, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer à Mesa e aos Deputados a aprovação desse projeto. Na verdade, no dia 13 de maio é comemorado o aniversário de Sobradinho e já é tradição em nossa cidade rendermos homenagens nesse mesmo dia a nossa padroeira, Nossa Senhora do Rosário de Fátima, cuja igreja foi exatamente a primeira igreja católica da cidade.

Portanto, este é um momento especial para a comunidade católica de Sobradinho e para toda a população. Por isso, agradeço aos Deputados pela aprovação desse projeto e, ao mesmo tempo, convido todos para comemorarmos, no dia 13 de maio do próximo ano, o aniversário de Sobradinho e prestarmos homenagens a Nossa Senhora do Rosário de Fátima, padroeira de Sobradinho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Com a palavra o Deputado César Lacerda para declaração de voto.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo o Deputado Paulo Tadeu por querer ajudar também a cidade de Sobradinho.

Quero deixar claro, Srs. Deputados, que o Deputado Paulo Tadeu não está criando mais um feriado, porque esse dia já é feriado pois é aniversário de Sobradinho.

S.Exa., neste projeto, não somente reverencia a cidade de Sobradinho, a qual ama e onde trabalha e mora com sua família, mas também homenageia a doce Mãe de Jesus Cristo.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Item nº 22:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 825, de 1999, que 'dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor:	Deputado Renato Rainha	
Relatores:	Deputado Benício Tavares	- CCJ
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CAS"

Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 825, de 1999, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, não foram apresentadas emendas no âmbito desta Comissão. Portanto, nosso parecer é pela aprovação do referido projeto na forma do substitutivo apresentado pelos Deputados Edimar Pireneus e Renato Rainha por entender que atende aos quesitos de constitucionalidade e boa técnica legislativa. Não encontramos nenhum óbice à sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as pessoas que têm interesse neste projeto de lei ainda estão adentrando as galerias, pois os taxistas estavam ocupando-as e demoraram um pouco para se retirarem.

Informo aos companheiros que o projeto já foi votado na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável do Deputado Benicio Tavares. Agora, o Deputado César Lacerda irá indicar relator para emitir parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado César Lacerda, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, avoco a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado César Lacerda, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Informo aos senhores presentes que neste momento encontra-se em apreciação o projeto de lei do Deputado Renato Rainha, concernente ao

passe estudantil da área rural que está sendo apreciado na forma do substitutivo, de autoria dos Deputados Edimar Pireneus e Renato Rainha.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 825, de 1999, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do Distrito Federal".

Os Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus, que sempre propugnaram, nesta Casa, dar melhorias ao povo desfavorecido da zona rural, apresentam substitutivo ao Projeto de Lei nº 825/99.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela aprovação do referido projeto na forma do substitutivo apresentado pelos Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Lucia Carvalho, que indique relator para a matéria.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, avoco a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito à Relatora, Deputada Lucia Carvalho, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do oradora.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 825/99, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do Distrito Federal".

O referido projeto recebeu substitutivo de autoria dos Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus.

Este projeto é de grande abrangência e relevante interesse social.

Portanto, na Comissão de Assuntos Sociais somos favoráveis ao projeto de lei do Deputado Renato Rainha na forma do substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 825, de 1999.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população presente que veio apoiar o projeto de lei da área rural, agradeço ao Deputado Edimar Pireneus pela compreensão e pelo apoio na construção deste projeto de lei. Agradeço também ao meu amigo e irmão Nicolino, que tem lutado muito na área dos transportes, principalmente na dos transportes rurais, juntamente com os companheiros da Contransp e àqueles que fazem o transporte rural, um transporte duro, sofrido e angustiante, mas de fundamental importância para a população da área rural. Cumprimento o Sr. Francisco Jurandir, da Associação do Núcleo Rural de Taquara; as comunidades do Catingueiro de Taquara, do Núcleo Rural do Gama e de Ponte Alta e os alunos presentes, que estão nos ajudando na aprovação deste projeto de lei tão importante.

Com este projeto, definitivamente vamos garantir segurança aos alunos da área rural. O que acontece hoje? O transporte na área rural tem sido feito por condutores autônomos. Os alunos da área rural têm passe livre, gratuito. É isso que queremos manter. Todavia, os transportadores autônomos não estão dando conta de custear esse transporte gratuito e estão quebrando, falindo, e, por isso, estão deixando de fazer esse transporte. Com esse projeto de lei, obrigamos a Fundação Educacional e o DMTU a custearem o transporte livre e gratuito dos estudantes da área rural. Assim manteremos o sistema viável para que os transportadores autônomos da área rural possam trabalhar com eficiência e os alunos possam sair de suas residências, chegar às escolas e voltar para casa com segurança, gratuidade e tranqüilidade.

Estamos permitindo que cada autônomo tenha até quatro ônibus para que possa prestar serviços de melhor qualidade e de maior eficiência aos moradores da área rural. Estamos permitindo também linhas autônomas das casas aos colégios e dos colégios às casas, para transportarem os nossos estudantes com mais agilidade, segurança e rapidez.

É necessário que esta Casa tenha um compromisso com a área rural. Precisamos fazer todo o possível para aprovar as leis necessárias à dignidade e à segurança da vida rural. Costumo dizer que a cidade não vive sem a área rural, mas a área rural vive tranqüilamente sem a cidade. Então, a área urbana tem de fazer o possível para dar o mesmo padrão de vida e de dignidade a vocês, da área rural.

Parabéns pela atuação! Muito obrigado pela presença nesta Casa! Este projeto está sendo aprovado graças à energia e à vibração de cada um de vocês.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Informo aos Srs. Deputados que, para agilizarmos a apreciação desta matéria, esta Presidência concederá um minuto a cada Deputado. Caso contrário, prolongaremos o horário, que já está bastante avançado.

Concedo a palavra ao Deputado César Lacerda.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos presentes da zona rural, parabenizo os Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus pela sensibilidade ao apresentarem este projeto. Parabenizo também os Deputados Daniel Marques e Benício Tavares, que vieram pedir o meu apoio para este projeto. O Deputado Daniel Marques é intimamente ligado à zona rural porque também é um produtor rural.

Peço aos Srs. Deputados e aos moradores da zona rural que prestem atenção: chegou a hora de as empresas de transportes coletivos devolverem ao povo de Brasília um pouquinho do que já ganharam. Todas elas têm aviões, helicópteros, transportadoras aéreas, e o nosso produtor rural e simples nada tem. Chegou a hora de, juntos, mostrarmos que as empresas de transportes estão enriquecendo, enquanto o povo está ficando mais pobre.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Edimar Pireneus.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, povo da zona rural aqui presente na Casa do Povo, sinto-me muito orgulhoso com a parceria do nobre Deputado Renato Rainha. Nesta Casa, no meu primeiro mandato, o Projeto do Lei nº 40, de minha autoria, permitiu aos estudantes, que

andavam até seis quilômetros para assistir às aulas, concluírem o segundo grau.

Por isso, sinto-me feliz no dia de hoje. Mais uma vez, a Casa do Povo dá respostas à população sofrida da zona rural, àqueles que colocam o alimento em nossa mesa, àqueles que andam quilômetros, cujos filhos também andam quilômetros para assistir a uma aula, às vezes apreensivos com a falta de segurança.

Não poderíamos deixar de responder da maneira que estamos respondendo. Havia dificuldades no entendimento entre o DMTU e a Secretaria de Educação. O que esta Casa está fazendo é corrigindo os erros, não permitindo que os nossos filhos - digo "nossos" porque moro na zona rural e sinto de perto o sofrimento dos pais dessas crianças - sofram com a defasagem no pagamento das passagens. Cabe a nós corrigirmos os erros e votarmos de acordo com o interesse da comunidade. Os cidadãos da zona rural merecem atenção e educação digna e responsável, com certo conforto para que possam exercer seus direitos.

Parabéns a vocês que vieram a Casa do Povo. Parabéns, Deputados. Obrigado, Deputado Renato Rainha.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Daniel Marques.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da área rural que vieram aqui hoje para verem aprovado esse projeto, há muitos anos temos nos preocupado com a questão do transporte dos alunos na área rural. Há poucos dias conversamos com a Secretária de Educação, Eurídes Brito, e S.Exa. mostrou-se preocupada, juntamente com o Governador Joaquim Roriz, com a questão da educação na área rural. Lá a educação é mais difícil em função das distâncias a serem percorridas pelos alunos e da dificuldade de deslocamento das crianças de uma área para outra.

A Secretaria de Educação está criando o projeto das escolas pólo, que oferecerá todos os cursos e séries para facilitar o deslocamento dos alunos. Qualquer ação no sentido de minimizar o sofrimento dessas crianças - que acompanhei de perto, como agrônomo da Fundação Zoobotânica por mais de trinta anos - especialmente no que se refere à questão da educação, é benéfica.

Não sei se este projeto resolve toda a questão. Sempre defendi, nesta tribuna, que, além de fazer o transporte autônomo e o transporte alternativo rural, a TCB deveria também permanecer como empresa social prestando serviços à área rural, juntamente com esses empresários corajosos, que têm, inclusive, em seu trabalho e em sua luta, o objetivo maior de ajudar na educação e no transporte das crianças.

Parabéns aos Deputados Edimar Pireneus e Renato Rainha. Parabéns a todos vocês por estarem lutando por uma causa muito justa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para discutir. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabenizo os autores do projeto e saúdo toda a comunidade rural do Distrito Federal aqui presente dizendo a importância deste projeto.

Outro dia, em artigo publicado no *Jornal de Brasília*, Washington Novaes mostrava que nos últimos vinte anos houve um aumento de 800% na população dos centros urbanos do Centro-Oeste. Embora tivéssemos um aumento populacional considerável ao longo desses vinte anos, a população rural tinha diminuído em 38%.

Eu não tenho a menor dúvida de que uma das causas da saída da população do campo para as cidades é a dificuldade do transporte e do acesso à escola.

Os Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus, ao preverem o passe livre aos estudantes da área rural, vêm contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural, abrindo a perspectiva de um futuro digno para essa população.

Por isso, nós, do Partido Socialista Brasileiro, não poderíamos deixar de estar aqui para votar a favor deste projeto, ao mesmo tempo em que cumprimentamos os seus autores e os representantes da população rural.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria presente, quero parabenizar o Deputado Renato Rainha pela iniciativa de identificar essa necessidade da sociedade, principalmente a do campo, trazendo essa questão para discussão nesta Casa. Aproveito para cumprimentar o companheiro Nicolino, com quem tive o prazer de travar conhecimentos em reuniões.

Dirijo-me agora às pessoas que se encontram na galeria para perguntar o que é ser uma pessoa do campo, um produtor rural. Ser um produtor rural é trabalhar para sustentar a sociedade que vive na cidade, é ter as mãos calejadas do batente do dia-a-dia para produzir para toda a sociedade, é sustentar, enfim, toda a sociedade brasileira. Por isso, nós da cidade temos de dar a contraprestação por esse trabalho realizado por vocês. Hoje, com este projeto, temos uma pequena amostra da necessidade que tem o produtor rural de estudar não só como semear a terra, mas como semear a cultura, o conhecimento e até mesmo o prazer na cabeça das pessoas. Por meio dos projetos e das pessoas que vivem no campo, sabemos que a dificuldade dos estudantes na área rural é imensa. Muitas vezes, eles têm de sair de madrugada para chegar à escola na hora do almoço.

Por isso, o projeto dos Deputados Renato Rainha e Edimar PIRENEUS conta com o meu voto e com meu apoio, não só por ser iniciativa de dois Parlamentares que são grandes companheiros nesta Casa, mas pelo reconhecimento ao produtor rural e ao aluno rural.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Gim Argello.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PFL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, público presente, quero parabenizar os Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus por tão brilhante iniciativa. Vejo a presença do Francisco Soares, lutador da população rural do Distrito Federal, e dos companheiros do sindicato e da associação. Meus parabéns, porque vocês conseguiram se organizar para, por meio desses dois brilhantes Deputados, aprovar um projeto de lei tão significativo e importante para o Distrito Federal como um todo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Silvio Linhares.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população da área rural quero parabenizar com muito carinho e amor, a iniciativa do Deputado Renato Rainha e do Presidente desta Casa, Deputado Edimar Pireneus, principalmente pela amplitude deste projeto.

Há alguns tempos, o homem rural se prendia ao amor à terra, ao ato de plantar e produzir. Hoje, a valorização do homem rural é feita juntamente com a de seus filhos, pelo amor à terra e pela vontade de proporcionar o saber aos seus filhos, com a possibilidade de um saber maior. Facilitando ao jovem da área rural a sua condução à escola, teremos mais categorias na zona rural, com

o mesmo amor à terra.

Lembro esses valorosos homens e mulheres que trabalharam o cerrado, que há pouco tempo não era produtivo. Hoje, graças a Deus e ao trabalho das mãos calejadas desses homens e mulheres, somos auto-suficientes.

Gostaríamos também que, além da facilitação da condução, a nossa TCB, do nosso Governo Roriz, não colocasse os refugos dos ônibus nas linhas que servem a zona rural. Que se coloquem em circulação ônibus em boas condições para atender a essa valorosa população rural.

Parabéns, Deputado Renato Rainha e Deputado Edimar Pireneus.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Lucia Carvalho.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes na galeria, tenho a maior estima pelos senhores porque a minha origem também é da área rural.

Gostaria, como professora, de dar um depoimento para todos os Parlamentares. A área rural, na verdade, só vai continuar existindo se colocarmos lá não só luz elétrica, água encanada, posto de saúde e escola. Queremos todos os benefícios de que a cidade dispõe para a área rural, senão o homem do campo não ficará no campo, porque ele preferirá ir para a cidade pela comodidade que ela oferece.

Vou votar a favor do projeto que dispõe sobre o transporte gratuito na zona rural. Só que, mais do que transporte gratuito, vocês querem escola na área rural. Esta Casa tem de aprovar emenda ao Orçamento. Vocês têm de reivindicar uma lei para que se tenha escola na comunidade rural, para que os seus filhos não precisem pegar poeira nessas estradas todas nem ficarem à mercê de acidentes. Esse projeto merece consideração desta Casa. A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem o dever de garantir que a zona rural tenha saúde e escola e que os nossos filhos, os jovens, os adultos que queiram se alfabetizar não sofram tanto com o transporte, andando a pé ou de ônibus por essas estradas, sofrendo com o calor e com todas as intempéries que podem advir de uma longa caminhada. Sabemos que esse é um projeto social, mas ainda há muito o que fazer pela comunidade rural, fixando-a na área rural por meio das escolas.

A minha proposta ao Deputado Edimar Pireneus, ao Deputado Renato Rainha e a todos os Parlamentares é que possamos, sim, oferecer ao Orçamento deste ano recursos para que a comunidade rural possa ter a escola ao lado de seu núcleo rural. Isso é o que esta Casa deve fazer como o passo seguinte à apresentação desse projeto pelo Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos presentes na galeria, trabalhadores da área rural, não tenho dúvida de que esse projeto, de autoria dos nobres Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus, veio no sentido de procurar corrigir uma das grandes deficiências que os moradores da área rural de Brasília sofrem.

Eu moro em Sobradinho e conheço a extensão da área rural daquela região e da de Planaltina. Convivemos diariamente com as dificuldades que cada morador, cada criança, cada cidadão possui em relação ao transporte. A nobre Deputada Lucia Carvalho foi muito feliz quando expôs as necessidades da área rural, que são muitas. Hoje estamos discutindo o direito sagrado de cada morador ir e vir num transporte de qualidade e, ao mesmo tempo, com quantidade de coletivos. São necessidades que precisam ser atendidas imediatamente, até porque a solução para este país passa pelo campo e pela área rural. Não tenho dúvida de que, à medida em que avançam projetos dessa natureza, podemos estar construindo um país melhor, uma Brasília melhor.

A todos vocês que estão aqui, os meus parabéns pela luta para melhorar a cada dia os seus padrões de vida. Não tenho dúvida de que a luta do povo da área rural passa, necessariamente, pela reforma agrária nesse país. Não é possível que no Brasil, com seu tamanho atual - digo "atual" porque corremos o risco de perder a Amazônia para interesses internacionais capitalistas -, não se faça reforma agrária. Isso significa jogar milhões de brasileiros no desemprego, nas favelas e nas palafitas.

Infelizmente, a área rural tem sido esquecida por esse Governo. Presenciamos, há alguns meses, uma manifestação enorme em Brasília de vários produtores rurais. Neste momento, não tenho dúvida de que o Deputado Renato Rainha e o nobre Deputado Edimar Pireneus tiveram a sensibilidade de entender que somente o desenvolvimento da área rural, com escola, transporte, segurança e saúde, é que, efetivamente, vai melhorar o padrão de vida de todos nós.

Parabéns aos nobres Deputados e aos moradores da área rural pela luta que vocês estão desencadeando visando à melhoria de vida.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; meu amigo Nicolino, de Sobradinho; comunidade de Ponte Alta, do Gama; demais comunidades, subo a esta tribuna para parabenizar a feliz iniciativa do Deputado Renato Rainha e do Deputado Edimar Pireneus, Presidente desta Casa. A comunidade rural sofre todas as penas, enquanto os moradores das cidades contam com todos os privilégios.

Parabenizo vocês por essa conquista e pela luta incessante da comunidade rural. Hoje vocês são vitoriosos.

Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que a votação se faça pelo processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Acato a solicitação de V.Exa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO PL [illegible] / 1999 em 1º turno

Autor: Deputado (a): Renato Rainha ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL				X	
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS	X				
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB				X	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB				X	
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB				X	
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				X	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	X				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL	X				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	X				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	X			X	
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC					
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT	X				
DEPUTADA MANINHA - PT	X				
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X				
DEPUTADO RAIÃO - PSDB				X	
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	X				
DEPUTADO XAVIER - PPB	X				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	X				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X				
TOTAL	17			7	

ASSP

ASSP
Nº ____/____
Fls.
Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Com a palavra o Deputado Daniel Marques para declaração de voto.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu simplesmente gostaria de parabenizar o Deputado Edimar Pireneus, o Deputado Renato Rainha e a comunidade rural por essa grande vitória.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Srs. Deputados, solicito a compreensão de V.Exas. de que houve o acordo de votarmos o projeto referente ao Item nº 7 antes de suspendermos a sessão.

Item nº 7:

"Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 436, de 1998, que 'amplia o módulo C da Área Especial sito à EQNP 26/30 da RA de Ceilândia - DF e dá outras providências'.

Autor: Deputado Xavier

Relatores: Deputado Benício Tavares - CCJ

Deputado - CEOF"

Na ausência do Relator, Deputado Benício Tavares, solicito ao Deputado Paulo Tadeu que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito que a Segurança agilize a entrada dos moradores de Ceilândia, liderados pelo Pastor Lázaro Borges, que vieram acompanhar a apreciação do projeto de lei de autoria do Deputado Xavier.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, para emitir parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 436, de 1998, que "amplia o módulo C da área especial, sito à EQNP 26/30 da Região Administrativa de Ceilândia, DF e dá outras providências", de autoria do Deputado Xavier.

Não havendo nenhum óbice constitucional, somos favoráveis ao projeto de lei na forma do substitutivo complementar dos Deputados Xavier e Wasny de Roure, acolhendo a emenda modificativa de plenário do nobre Deputado Xavier.

Portanto, somos favoráveis à aprovação do projeto na forma do substitutivo, acolhendo emenda modificativa de plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado João de Deus, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Indico o Deputado Daniel Marques.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Solicito ao Relator, Deputado Daniel Marques, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças .

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 436, de 1998, que "amplia o módulo C da área especial, sito na EQNP 26/30 da Região Administrativa de Ceilândia, DF e dá outras providências", de autoria do Deputado Xavier, com o substitutivo de autoria dos Deputados Wasny de Roure e Xavier da CCJ e com a emenda modificativa de plenário de autoria do Deputado Xavier.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não existe nenhum óbice à sua aprovação em função do caráter social que reveste esse processo. Com certeza, o benefício social com a ampliação da área da Região Administrativa da Ceilândia é inestimável, pelo que encaminhamos favoravelmente à sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 436/98. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/11/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do PLC nº 436/98

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL					
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL					
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS					
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB					
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB					
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB					
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT					
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB					
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL					
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT					
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC					
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT					
DEPUTADA MANINHA - PT					
DEPUTADO PAULO TADEU - PT					
DEPUTADO RAJÃO - PSDB					
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL					
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB					
DEPUTADO XAVIER - PPB					
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT					
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD					
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB					
TOTAL					

ASSP

ASSP
Nº ____/____
Fls.
Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Marques para declaração de voto.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento o Deputado Xavier e o Pastor Lázaro, que trouxe a comunidade da Ceilândia a esta Casa para presenciar a aprovação deste projeto.

Esta é uma vitória do povo da Ceilândia, do povo de Deus e de todo o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra ao Deputado João de Deus para declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para declaração de voto. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público aqui presente, a princípio eu parabenizo o Deputado Xavier por esse importante projeto. Parabenizo também o Pastor Lázaro. Já estive, juntamente com o Deputado Xavier e, à época, com o ex-Deputado Luiz Estevão, hoje Senador, na Igreja do Pastor Lázaro. Solicito a todos vocês, meus irmãos, que orem por mim, pois preciso de muita oração.

Que Deus esteja com vocês.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Concedo a palavra ao Deputado Xavier para declaração de voto.

DEPUTADO XAVIER (PPB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de tudo agradeço aos Deputados que, apesar do horário, esperaram a votação deste projeto.

Isso demonstra a alegria que esta Casa tem em aprovar projetos para a igreja. Se bem que há muitos que são contra, mas a nossa fé em Deus é muito maior, porque a igreja só faz o bem. Seria muito bom que, em cada canto, em cada rua de Brasília, houvesse uma igreja pregando a paz e o amor para toda a sociedade.

Eu não poderia deixar de agradecer ao Pastor Lázaro, nosso amigo, que tem lutado, há muitos anos, dia e noite, em busca dessa área. Agora, Pastor Lázaro, chegou o grande dia. Se Deus quiser, vamos tomar posse daquilo que é nosso. Não canso de dizer que Deus deixou a terra para nós e, na qualidade de filhos de Deus, somos também herdeiros e temos direito a essa herança, que é a terra de Brasília.

Assim, Pastor Lázaro, equipe de obreiros, irmãs e irmãos, levem o meu abraço. Vão com Deus, com fé, com esperança, com alegria, sabendo que somos mais do que vencedores nesta luta.

Deixo registrado que, até o último dia do meu mandato, farei projetos em defesa da igreja. A imprensa não vai me calar, ninguém vai me calar, porque sou devedor desse povo. Estaremos juntos nessa empreitada. Contem conosco. O projeto irá para a sanção do Governador. Tenho a convicção de que o Governador também é devedor dos evangélicos. Portanto, S.Exa. pagará essa dívida sancionando esse projeto de lei.

Logo após, virá a audiência pública e a igreja estará na Administração acompanhando-a para ver, mais uma vez, essa grande vitória.

Muito obrigado. Fé em Deus. Pé na tábua. A luta continua.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Em nome da Presidência, agradeço à comunidade evangélica Assembléia de Deus da EQNP 26/30.

Informo aos senhores presentes que também foi aprovada emenda que amplia a Igreja Batista Monte Sinai em Ceilândia.

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, qual o horário para o reinício dos trabalhos?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Os trabalhos serão reiniciados às 15h.

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Solicitamos aos Deputados que, de fato, cheguem às 15h, porque, numa outra sessão extraordinária, o horário de início era às 15h, mas só foram iniciados os trabalhos às 16h.

Portanto, peço a compreensão dos colegas para que possamos estar aqui, novamente, às 15h para reiniciar os trabalhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Passa-se aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

Expediente.

PLC 384 /99

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº
Do Deputado José Tático – PSC

Altera a destinação de uso do lote que menciona, na QN 320, de Samambaia e dá outras providências .

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O lote 2, do conjunto 10, da QN 320, de Samambaia fica destinado ao uso comercial/posto de abastecimento , lavagem e lubrificação.

Art. 2º A alteração de uso do lote referido no art. 1º implica pagamento da outorga onerosa, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A área destinada por este projeto para posto de abastecimento localiza-se em uma das entradas de Samambaia e próximo à via de ligação a Taguatinga. Permitirá o atendimento, tanto da comunidade local quanto dos que trafegam por

essa importe Avenida. Além disso, estaremos gerando empregos e renda naquela região, colaborando para seu desenvolvimento.

A presente proposição encontra amparo na Lei Orgânica do Distrito Federal, no art. 58 inciso IX, quanto à mudança de destinação de uso.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Ilustres Deputados Distritais ao presente projeto.

Sala das Sessões, em de outubro de 1999.

Deputado José Tático - PSC

PL 827 /99

PROJETO DE LEI N.º
(DA Sr.ª DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO)

Altera a Lei 1.585 de 24 de julho de 1997, que "disciplina o Serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal e dá outras providências".

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - A Lei 1585, de 24 de julho de 1997, passa a vigorar com as alterações introduzidas por esta lei:

I – O art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal - DMTU-DF é o órgão normatizador, coordenador e fiscalizador do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares".

II– O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"A prestação do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares far-se-á por autorização do órgão competente do poder permitente a pretendentes enquadrados nas seguintes categorias:

a) Motorista profissional autônomo que satisfaça aos requisitos estabelecidos nesta lei e sua regulamentação e seja proprietário ou arrendatário de um único veículo destinado ao STCE.

b) Pessoa jurídica de direito privado com sede no Distrito Federal, que tenha transporte escolar incluído em suas atividades.

III – O art. 7º fica alterado como segue:

a) "Art. 7º - Os veículos do serviço de transporte coletivo de escolares terão a capacidade mínima de oito passageiros e a capacidade máxima permitida pelo porte do veículo para o transporte de passageiros sentados.

b) Fica acrescido do parágrafo único, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Parágrafo único – Os veículos de que trata esta Lei serão licenciados na categoria aluguel de passageiros".

IV – O art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - Os veículos de que trata esta Lei trafegarão com a seguinte documentação:

"I – Autorização para prestação do serviço de transporte coletivo de escolares";
"II – Documentos do veículo de porte obrigatório";
"III – Comprovante da última vistoria";
"IV – Relação dos estudantes transportados, quando se tratar de atividade extraclasse devidamente autorizada pela instituição de ensino".

V – O art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 14 - O DETRAN sinalizará locais preferenciais para embarque e desembarque dos alunos, nas proximidades das escolas, dando prioridade para os veículos escolares".

VI – O art. 22 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 22 – A Junta administrativa de Recursos de Infrações será composta de cinco membros:

"I – um membro, na qualidade de presidente, indicado pelo Secretário de Transportes";
"II – um representante do DMTU";
"III – um representante dos prestadores autônomos do serviço de transporte coletivo de escolares indicado pela entidade sindical de maior expressão da categoria";
"IV – um representante das pessoas jurídicas prestadoras dos serviços de que trata esta Lei";
"V – um representante dos usuários do transporte escolar".

Art. 2º - Fica permitida a utilização dos veículos de que trata esta Lei na prestação de serviços especiais nos períodos de recesso, férias escolares, nos finais de semana ou em dias feriados, mediante autorização específica do órgão competente do poder público.

Art. 3º - Fica permitida a veiculação de publicidade nos veículos de transporte escolar, em conformidade com legislação vigente.

Art. 4º - Os prestadores do serviço de transporte coletivo de escolares procederão às adequações ao disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias contados da regulamentação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei n.º 2.125 de 12 de novembro de 1998.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição pretende atender ao significativo número de transportadores de escolares, que estão em dificuldades para a regularização de seus veículos, pois não tem como obter a devida autorização.

O Serviço de Transporte Coletivo de Escolares é em todo o Brasil ligado à Secretaria de Transportes e aqui no Distrito Federal por falha na legislação está ligado a Secretaria de Segurança através do DETRAN, o que tem dificultado sobremaneira a expedição das autorizações.

Por solicitação dos próprios transportadores e com anuência das entidades sindicais da classe é que se propõe esta alteração à Lei 1.585/97, responsabilizando o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos pela normatização, coordenação e fiscalização dos Serviços de Transportes de Escolares.

Contamos com os nobres colegas na aprovação desta proposição que vem facilitar os serviços de transporte de escolares no DF.

Sala das Sessões,

Deputada ANILCÉIA MACHADO
Partido da Social Democracia Brasileira
PSDB.

PR 25 /99

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº
(Dos Srs. Deputados BENÍCIO TAVARES, GIM ARGELLO E RENATO RAINHA)

Cria os cargos que especifica no Quadro de Servidores Efetivos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º - Ficam criados nove cargos de Assessor Técnico no Quadro de Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sendo: cinco na Categoria de Revisor Taquigráfico e quatro na Categoria de Revisor de Texto.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Dadas as circunstâncias em que os Quadros Técricos de Revisor Taquigráfico e Revisor de Texto encontram-se nos seus limites podendo a qualquer momento carecer dos recursos humanos indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços e tendo em vista a proximidade do vencimento da data do concurso, plenamente justificada a proposição.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1999.

BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital

RENATO RAINHA
Deputado Distrital

GIM ARGELLO
Deputado Distrital

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR- Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que conste nos Anais desta Casa o editorial do *Jornal de Brasília*, cujo título é: "Que dirão os bicheiros?"

Essa é uma matéria extremamente interessante, na qual o *Jornal de Brasília* mostra o motivo pelo qual não participou de certas manifestações nem fez nenhum comentário à respeito delas e ainda destaca, em dado momento, o esforço que fez para não servir à conspiração dos que buscam, justamente, obter a cumplicidade da imprensa para exercitar suas chantagens.

A matéria é extremamente interessante; por isso, solicito a V.Exa. que faça ela constar nos Anais desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Está deferida a solicitação do Deputado José Edmar.

(MATÉRIA A QUE SE REFERE O DEPUTADO JOSÉ EDMAR.)

Que dirão os bicheiros?

Os bicheiros e seus porta-vozes, que nas últimas semanas protagonizaram uma comedia bufa municipal – como se Brasília não fosse uma capital federal! – reclamando por não terem conseguido corromper o GDF, estão recebendo um balde d'água fria. Uma boa resposta ao escândalo que armaram, tentando transformar em fato político uma disputa que jamais deveria ter extrapolado o mercado da contravenção.

O Governo do Distrito Federal arranjou uma forma eficaz de preservar-se. Tomou a providência acauteladora de submeter ao Ministério Público e a sociedade civil em geral – por meio do processo institucional da "audiência pública", pela qual todo e qualquer cidadão pode se manifestar – o edital para a exploração da loteria de Brasília. Ou seja, para evitar dúvidas e qualquer tipo de suspeita, o GDF abre o jogo antes que ele comece. De forma que, se alguém tiver dúvidas ou achar que o jogo está viciado e que as cartas estão marcadas, esta é a hora de abortar o golpe, sem qualquer tipo de perda para o Erário.

O Jornal de Brasília, que se recusou a transformar em notícia essa briga marginal de bicheiros e [illegible] aceitando-os como testemunhas de acusação, celebra o deslocamento da questão para onde desde o princípio deveria ter sido conduzida.

O duro esforço dos redatores e repórteres deste jornal para, com grandeza e humildade, cumprirem seu papel de fidedignos comunicadores, implica frequentemente em desafios como este: não servir a conspirações que buscam justamente obter a cumplicidade da imprensa para exercitar suas chantagens. Nisso não há intenção de favorecimentos, nem premeditação de colheitas, mas apenas o exercício cotidiano de uma profissão de quem se espera, antes de tudo e de mais nada, astúcia e serenidade para não se deixar enganar.

Mas, sinceramente, esses bicheiros e seus acólitos, que armaram esse paupérrimo espetáculo de sujeira explícita, não nos exigiram muito para recusar-lhes o jogo sujo. Todos os personagens da intriga traziam no comportamento e nos argumentos a marca da desqualificação.

A loteria que sair do pente-fino da sociedade não contentará os bicheiros, mas terá passado por uma prova insuspeita e definitiva, ótima para um edital público.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - A Presidência vai suspender a sessão até as 15h, quando retornaremos à pauta da sessão extraordinária.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 13h21min, a sessão é reaberta às 15h35min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Daniel Marques a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Data: 19/10/99
Horário: 15:30

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
AGRÍCIO BRAGA - PL			
AGUINALDO DE JESUS - PFL			
ALÍRIO NETO - PPS			
ANILCÉIA MACHADO - PSDB			
BENÍCIO TAVARES - PTB			
CÉSAR LACERDA - PTB	•		
CHICO FLORESTA - PT			
DANIEL MARQUES - PMDB	•		
JORGE CAUHY - PMDB	•		
JOÃO DE DEUS - PDT			
GIM ARGELLO - PFL			
JOSÉ EDMAR - PMDB			
JOSÉ RAJÃO - PSDB			
JOSÉ TATICO - PSC			
LUCIA CARVALHO - PT	•		
MANINHA - PT			
PAULO TADEU - PT			
RODRIGO ROLLEMBERG- PSB			
RENATO RAINHA - PL			
SILVIO LINHARES - PMDB	•		
XAVIER - PPB			
WASNY DE ROURE - PT			
WILSON LIMA - PSD	•		
EDIMAR PIRENEUS - PMDB			
TOTAL			

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE CAUHY) - Estão presentes 6 Parlamentares, não havendo, portanto, *quorum* regimental.

Solicito aos Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes que se dirijam ao plenário para que possamos reiniciar a sessão extraordinária, pois temos muitos projetos a serem votados.

A Presidência suspenderá a sessão por dez minutos até termos *quorum* para realizá-la.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h40min, a sessão é reaberta às 16h.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☐ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Data: 19/10/99
Horário: 16:00

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
AGRICIO BRAGA - PL		•	
AGUINALDO DE JESUS - PFL		•	
ALÍRIO NETO - PPS	•	•	
ANILCEIA MACHADO - PSDB	•		
BENÍCIO TAVARES - PTB	•		
CÉSAR LACERDA - PTB	•		
CHICO FLORESTA - PT		•	
DANIEL MARQUES - PMDB	•		
JORGE CAUHY - PMDB	•		
JOÃO DE DEUS - PDT		•	
GIM ARGELLO - PFL		•	
JOSÉ EDMAR - PMDB	•		
JOSÉ RAJÃO - PSDB		•	
JOSÉ TATICO - PSC	•		
LUCIA CARVALHO - PT	•	•	
MANINHA - PT		•	
PAULO TADEU - PT		•	
RODRIGO ROLLEMBERG- PSB	•	•	
RENATO RAINHA - PL		•	
SILVIO LINHARES - PMDB	•		
XAVIER - PPB	•	•	
WASNY DE ROURE - PT	•		
WILSON LIMA - PSD	•		
EDIMAR PIRENEUS - PMDB	•		
TOTAL			

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Estão presentes 14 Parlamentares, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para, mais uma vez, chamar atenção de V.Exas. para aquela nossa proposição quanto à realização das sessões pela manhã.

Vejam bem o que aconteceu hoje: se a sessão fosse à tarde, teríamos dado continuidade a ela e, com certeza, teríamos esgotado as matérias constantes da pauta, ou, caso fosse preciso, adentraríamos a noite para dar continuidade à apreciação das matérias, em se tratando de uma sessão extraordinária ou mesmo ordinária. Na legislatura passada, quantas vezes ficamos até as duas ou três horas da manhã sem problema algum, desde que o Deputado tenha, pelo menos, a oportunidade de fazer um planejamento de sua agenda. Dessa forma não há como planejá-la. Estamos trabalhando pela manhã em caráter experimental, como disse V.Exa. Apelo a V.Exa. que voltemos ao horário normal, conforme estipula o Regimento Interno, modificado por sugestão de minha autoria.

Muito obrigado.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho dois assuntos a tratar: o primeiro diz respeito ao acordo com os partidos da Oposição para que juntos discutíssemos alguns pontos do substitutivo de minha autoria. Para início de conversa, até o momento, somente quem conversou comigo a respeito do projeto dos taxistas foram os Deputados Wasny de Roure e Maninha. Paralisamos a sessão por mais de duas horas para que pudéssemos discutir acerca do substitutivo e nada foi discutido comigo.

O segundo ponto diz respeito a vários Deputados que vêm aqui, fazem discurso quanto à hora, quanto à seriedade dos nossos trabalhos e são eles que, nos momentos em que são marcados horários, não estão presentes. Eu, por exemplo, hoje, fui atender ao povo em meu gabinete e não tive tempo nem para almoçar para que o horário fosse cumprido. Ficam cobrando seriedade e são os primeiros a não estarem presentes nos horários estabelecidos. Deixo bem claro que foi dado um espaço de duas horas e meia para discussão do projeto e ninguém veio discutir comigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Deputado Silvio Linhares, eu gostaria que todos os Parlamentares que tenham emenda ao projeto de autoria do ex-Deputado Manoelzinho, que se encontra nesta Casa, encaminhassem essas emendas ao Relator, Deputado Silvio Linhares. Que o Deputado Manoelzinho, juntamente com o Relator do substitutivo, Deputado Silvio Linhares, pudessem discutir para que coloquemos o projeto em discussão e votação o mais depressa possível. Eu gostaria que V.Exa aguardasse e se dirigisse à Mesa para verificar se já há emendas. Peço aos Parlamentares e assessores que encaminhem as emendas imediatamente.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nunca vivi um momento como este. Eu gostaria de saber se essa atitude, regimentalmente, é correta, porque fiquei na Casa o tempo todo esperando que alguém discutisse comigo o projeto. Não é justo, agora, que eu vá discutir, já que o período destinado à discussão está esgotado. Isso é correto? Se for, eu estou à disposição para discutir.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Deputado Silvio Linhares, isso faz parte da política e V.Exa. sabe muito bem disso. Esta Casa é um parlamento, estamos sempre discutindo. V.Exa., como um grande Parlamentar, entenderá que os atrasos e compromissos dos Parlamentares fazem parte do nosso dia-a-dia.

Peço a V.Exa. que aguarde as emendas por um determinado prazo. Passando esse prazo, V.Exa. emitirá seu parecer.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Farei isso com todo o prazer, principalmente porque foi um pedido de V.Exa., nobre Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Registro e agradeço a presença da nossa eterna Deputada Rosemary, que vem abrilhantar mais uma vez esta Casa, a casa do povo. Temos sempre saudade da atuação de V.Exa., de sua defesa constante. É bom rever os amigos. Esta Casa é de V.Exa. Parabéns e obrigado por estar aqui perto de nós.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entendo que foi assumido um compromisso, pela manhã, o de apreciarmos, às 16h, o projeto relativo aos táxis. Há um projeto de

minha autoria em pauta, mas entendo que, em função do compromisso firmado pela Mesa Diretora relativo ao projeto dos táxis, de autoria do Deputado Manoelzinho, temos de dar desdobramento a ele. Lamento que dos Parlamentares que tiveram seus projetos votados pela manhã, nem todos estejam aqui.

Portanto, apelo aos colegas que retornem ao plenário para que possamos apreciar as matérias que ainda não foram discutidas e votadas e que são extremamente importantes, pois, caso contrário, esse compromisso ficará prejudicado e não será dado mais crédito às negociações nesta Casa, que serão consideradas como sendo de araque. Espero que a nossa palavra não seja vista dessa forma. É necessário cumprirmos aquilo que foi acordado.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, se faltava algum Deputado, estou aqui. Compareci às 15h30min, fizemos a verificação de *quorum* duas ou três vezes, mas não houve *quorum* regimental, por isso me ausentei.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Meus parabéns, Deputada Lucia Carvalho.

Item nº 3:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 370, de 1999, que 'dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para a regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nºs 18.244, de 13 de maio de 1997, e 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências'. (Mens. nº 375/99 - GAG)

Autor: Poder Executivo

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito ao Relator, o Deputado Alírio Neto, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei Complementar nº 370, de 1999, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para a regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nºs 18.244, de 13 de maio de 1997, e 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências".

O projeto, no crivo da Comissão de Constituição e Justiça, não apresenta nenhum vício de legalidade.

Portanto, somos pela sua constitucionalidade.

Sr. Presidente, foi apresentada uma emenda de autoria do Partido dos Trabalhadores e solicito um prazo de cinco minutos para elaborar novo parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência acata a solicitação de V. Exa. e concede cinco minutos para elaboração do parecer.

Item nº 4:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 323, de 1999, que 'dá nova redação ao art. 1º da Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, que criou o Parque Ecológico Dom Bosco e adota outras providências'. (Mens. nº 340/99).

Autor: Poder Executivo

Relatores: Deputada Anilcéia Machado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito à Relatora, Deputada Anilcéia Machado, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, há um projeto de minha autoria tramitando na Casa que trata da regulamentação da área do Parque Ecológico Dom Bosco, e toda a regulamentação proposta não conflita com a poligonal, pelo contrário, contribui para a matéria e a aprimora. Peço o apensamento ao projeto, porque é um projeto mais antigo e, do ponto de vista constitucional, deve ser apensado.

Nós o entregamos ao Assessor do Governo, Dr. José Flávio, para que ele o analisasse. Entendo que seria necessário o apensamento desse projeto e um posicionamento de V. Exa. sobre a nossa solicitação antes da apreciação do parecer da CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) – Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar um prazo de cinco minutos para conversar com a Deputada Lucia Carvalho e elaborarmos o substitutivo que se faz necessário ao Projeto de Lei Complementar nº 323, de 1999.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 13:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 811, de 1999, que 'estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do Programa de Promoção de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF'.

Autor: Poder Executivo

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito à Relatora, Deputada Anilcéia Machado, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 811, de 1999, que "estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do Programa de Promoção de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF", de autoria do Poder Executivo.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vislumbramos nenhum óbice quanto à aprovação da matéria, à qual foram apresentadas cinco emendas.

Portanto, o parecer é favorável à aprovação do referido projeto, acatando as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Deputado Alírio Neto, e as Emendas nºs 3, 4 e 5, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 811, de 1999, que "estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do Programa de Promoção de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF", de autoria do Executivo local.

No âmbito desta Comissão, somos de parecer favorável à aprovação do referido projeto de lei, acolhendo as emendas já aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 811, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 16/11/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do Pl nº 811/99

Autor: Deputado (a): ☒ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL					
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL					
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS					
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB					
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB					
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB					
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT					
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB					
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL					
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT					
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC					
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT					
DEPUTADA MANINHA - PT					
DEPUTADO PAULO TADEU - PT					
DEPUTADO RAJÃO - PSDB					
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL					
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB					
DEPUTADO XAVIER - PPB					
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT					
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD					
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB					
TOTAL	19			5	

ASSP

ASSP
Nº ____/____
Fls.
Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 19:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 570, de 1999, que 'institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Rodrigo Rollemberg

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CCJ

Deputado - CAS"

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 570, de 1999, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal e dá outras providências."

Não havendo óbice constitucional, somos pela aprovação do referido projeto.

Parabenizo o Deputado Rodrigo Rollemberg por essa brilhante idéia que se transformou em projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Lucia Carvalho, que indique relator para a matéria.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Solicito à Relatora, Deputada Lucia Carvalho, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 570, de 1999, que "institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal e dá outras providências."

No âmbito desta Comissão, fica instituído o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal, a ser celebrado no dia 21 de outubro.

Do ponto de vista da Comissão de Assuntos Sociais o projeto é de grande abrangência, porque reflete a unidade e a paz entre os homens.

Portanto, somos favoráveis à aprovação do Dia do Ecumenismo no Distrito Federal.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 570, de 1999.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para discutir. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço o apoio de V.Exas. na aprovação dos pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Sociais ao projeto de minha autoria, que institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal, a ser comemorado sempre no dia 21 de outubro.

Eu gostaria de citar, neste momento, algumas frases de pessoas importantes da humanidade, que comungam desse espírito do ecumenismo:

"A Paz não pode ser mantida à força: só pode ser conseguida pela compreensão" - Einstein.

"Aprendemos a voar como os pássaros e a nadar como os peixes, mas não aprendemos ainda a arte de conviver com o irmão" - Martin Luther King.

"Divergência de opinião não deve ser, jamais, motivo para hostilidade" - Gandhi.

"Bem aventurados os pacificadores porque serão chamados filhos de Deus" - Jesus Cristo.

O espírito desse projeto é no sentido de que Brasília, a cidade que nasceu para ser a capital do terceiro milênio, possa congregar, em paz, todas as manifestações religiosas em um grande movimento ecumênico.

É por isso que, como contribuição para esse movimento, apresentamos esse projeto instituindo o dia 21 de outubro como Dia do Ecumenismo no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 26:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 699, de 1999, que 'declara de utilidade pública a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC'.

Autor: Deputado Agrício Braga

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CAS"

Solicito ao Relator, Deputado Silvio Linhares, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 699, de 1999, que "declara de utilidade pública a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC", de autoria do Deputado Agrício Braga.

No âmbito desta Comissão, não existe nada que venha obstacular a aprovação da matéria, razão pela qual votamos pela admissibilidade do projeto.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito à Relatora, Deputada Lucia Carvalho, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 699, de 1999, que "declara de utilidade pública a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC", de autoria do Deputado Agrício Braga.

No âmbito desta Comissão, o referido projeto é importante do ponto de vista da extensão social, portanto, o nosso parecer é favorável à sua aprovação, na medida em que a Aruc tem um papel relevante do ponto de vista cultural e social.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 699, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante alguns minutos para organizar o andamento desta sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h47min, a sessão é reaberta às 17h24min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito à Segurança que autorize a entrada dos taxistas na galeria.

Item nº 10:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 766, de 1999, que 'altera quantitativo de cargos das carreiras de fiscalização e inspeção instituída pela Lei nº 39, de 6 de setembro de 1989, e administração pública, criada pela Lei nº 51, de 13 de novembro de 1989'.

Autor: Poder Executivo

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito ao Deputado Silvio Linhares que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 766, de 1999, que

"altera quantitativo de cargos das carreiras de fiscalização e inspeção instituída pela Lei nº 39, de 6 de setembro de 1989, e administração pública, criada pela Lei nº 51, de 13 de novembro de 1989".

Sr. Presidente, não visualizando nada que obstacule a aprovação deste projeto, votamos pela sua admissibilidade.

Esse é o parecer.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto V.Exa. providencia o *quorum* por meio da presença dos Deputados da bancada do Governo para que venham ajudar o nosso companheiro, Deputado Manoelzinho, juntamente com os taxistas que estão aguardando a boa vontade dos Deputados para a votação do projeto, solicito à V.Exa. que, quando estiver com o Governador comendo aquelas guloseimas do poder, lembre a S.Exa. o pagamento da GOE.

Quero dizer também que sessenta e dois veículos foram furtados no Distrito Federal. Isso é segurança sem tolerância. Aliás, até os oficiais da polícia, de uma forma injusta com os cabos, estão chamando o Secretário de Segurança de Cabo Castelo.

Sr. Presidente, oito pessoas foram assassinadas no Distrito Federal neste final de semana. É essa a segurança que este Governo dá para os cidadãos de bem? Será que é essa a segurança que querem os trabalhadores, os profissionais do volante que aí estão? Será que é essa a segurança que a sociedade do Distrito Federal merece?

Sr. Presidente, V.Exa. precisa chamar a atenção do Governo, do Secretário de Segurança, do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Diretor da Polícia Civil, porque é preciso fazer algo, que pode ter início com o pagamento da GOE, para sanar a promessa que o Governo fez para os policiais civis do Distrito Federal.

Eu gostaria também de saber por que a Ford do Brasil e a Autotrac, empresa que vende rádio e que irá alugar rádios para a Polícia Militar, pagaram o evento no Hotel San Marco relativo a uma reunião dos comandantes-gerais das polícias militares do Brasil. Noventa e dois coronéis participaram da referida reunião, comeram aquelas guloseimas que V.Exa. come e que só o poder do dinheiro pode comprar. Qual é o interesse da Ford do Brasil e da Autotrac? Ao meu ver, parece que essas empresas devem estar com interesse nas "trapincoladas" típicas dos homens públicos, nas quais o Estado gasta mais e alguém ganha mais. Elas devem também estar esperando uma tal de licitação fraudulenta.

Concluo dizendo que vou continuar nesta tribuna cobrando o pagamento da GOE para os nossos irmãos da Polícia Civil, cobrando segurança para a sociedade brasiliense e, principalmente, para os motoristas de táxi, que são os verdadeiros profissionais do volante que aí estão, esperando, desta Casa, uma atitude para que possam trabalhar em paz.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência suspenderá a sessão por cinco minutos, pedindo aos Parlamentares que compareçam ao plenário para que possamos dar continuidade às votações.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, é preciso dizer que não há *quorum* porque faltam Deputados da base do Governo. Sou da Oposição e estou presente para votar com os taxistas.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que faça uma nova verificação de *quorum*, para que os Deputados que não se encontram em plenário possam comparecer à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A solicitação de V.Exa. será atendida.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar ao nobre Deputado João de Deus que estão presentes, da Oposição, S.Exa., o Deputado João de Deus, e também o Deputado Paulo Tadeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai suspender os trabalhos por cinco minutos, pedindo aos assessores desta Casa que se dirijam aos gabinetes para solicitarem a presença dos Parlamentares em plenário para a realização da votação.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h39min, a sessão é reaberta às 17h55min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está reaberta a presente sessão extraordinária.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 766/99. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO do parecer da CCJ ao PL nº 766/99

Data: 19/10/99

Autor: Deputado (a): ☒ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	✓				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	✓				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				✓	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO – PSDB				✓	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	—				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA – PTB	—				
DEPUTADO CHICO FLORESTA – PT				✓	
DEPUTADO DANIEL MARQUES – PMDB	✓			✓	
DEPUTADO GIM ARGELLO – PFL	✓			■	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS – PDT	✓	✓			
DEPUTADO JORGE CAUHY – PMDB	✓				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR – PMDB	✓				
DEPUTADO JOSÉ TATICO – PSC				✓	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO – PT				✓	

DEPUTADA	MANINHA - PT				—	
DEPUTADO	PAULO TADEU - PT				—	
DEPUTADO	RAJÃO - PSDB				—	
DEPUTADO	RENATO RAINHA - PL	—				
DEPUTADO	RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				—	
DEPUTADO	SILVIO LINHARES - PMDB	—				
DEPUTADO	XAVIER - PPB	—				
DEPUTADO	WASNY DE ROURE - PT				—	
DEPUTADO	WILSON LIMA - PSD	—				
DEPUTADO	EDIMAR PIRENEUS - PMDB	—				
TOTAL		13			11	

ASSP

ASSP
Nº ____/____
Fls.
Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado o parecer.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que logo após tenhamos votado o projeto dos taxistas passemos à imediata apreciação do projeto de resolução que trata dos cargos de revisores do quadro de pessoal desta Casa, porque hoje é o último dia que temos para votá-lo.

Peço aos Parlamentares que permaneçam em plenário para participarem da votação dessa matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência acata a solicitação de V.Exa., Deputado Renato Rainha.

A Presidência designa para relator do Projeto de Lei nº 760/99 o Deputado Jorge Cauhy, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Solicito ao Relator, Deputado Jorge Cauhy, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 766, de 1999, que "altera o quantitativo de cargos das carreiras de fiscalização e inspeção, instituída pela Lei nº 39, de 6 de setembro de 1989, e de administração pública, criada pela Lei nº 51, de 13 novembro de 1989", de autoria do Poder Executivo local.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças nada tem a opor e considera o projeto aprovado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 766, de 1999. Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 25:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.099, de 1998, que 'regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros ou bens (táxis), disciplinando a permissão para sua exploração e dá outras providências', em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 207, de 1999, que 'dispõe sobre a criação e a implantação de modalidade especial de serviço de transporte individual e coletivo de passageiros ou bens (táxis e radiotáxis) no Distrito Federal, e dá outras providências', de autoria do Deputado Wilson Lima.

Autor: Deputado Manoelzinho

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito ao Relator, Deputado Silvio Linhares, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 4.099, de 1998, de autoria do Deputado Manoelzinho, que "regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros ou bens (táxis), disciplinando a permissão para sua exploração e dá outras providências", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 207, de 1999, que "dispõe sobre a criação e a implantação de modalidade especial de serviço de transporte individual e coletivo de passageiros ou bens (táxis e radiotáxis) no Distrito Federal, e dá outras providências", de autoria do Deputado Wilson Lima.

A Comissão de Constituição e Justiça aprova o substitutivo, aceitando a Emenda nº 1, de autoria do Deputado Wilson Lima, a Subemenda nº 5, supressiva, de minha autoria, e rejeita as demais.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado João de Deus, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Solicito ao Relator, Deputado João de Deus, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para emitir parecer. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 4.099, de 1998, de autoria do Deputado Manoelzinho, que "regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros ou bens (táxis), disciplinando a permissão para sua exploração e dá outras providências", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 207, de 1999, que "dispõe sobre a criação e a implantação de modalidade especial de serviço de transporte individual e coletivo de passageiros ou bens (táxis e radiotáxis) no Distrito Federal, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nosso parecer é favorável ao substitutivo de autoria do Deputado Silvio Linhares, acatando a Emenda de Plenário nº 1, de autoria do Deputado Wilson Lima, e a Emenda Supressiva nº 5, de autoria do Deputado Silvio Linhares, assim como acatamos o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Parabenizamos os ex-Deputados Manoelzinho e Rose e todos os taxistas presentes nesta Casa.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 4.099, de 1998. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/11/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do PL nº 4099/98 TC com PL nº 7027/99

Autor: Deputado (a): Manoel de Andrade ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	X				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				X	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB				X	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	X				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				X	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				X	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL	X				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	X				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				X	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				X	
DEPUTADA MANINHA - PT				X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	X				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	X				
DEPUTADO XAVIER - PPB	X				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT				X	
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X				
TOTAL	15			9	

ASSP

ASSP Nº ____/____ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Com a palavra o Deputado Agrício Braga para declaração de voto.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, taxistas presentes, subo a esta tribuna apenas para parabenizar os Deputados Silvio Linhares e Manoelzinho pela regulamentação dessa categoria a que vocês pertencem. A única dúvida que eu tinha sobre como votar esse projeto foi esclarecida em conversa com vocês, antes dessa votação e, por isso, sou a favor da aprovação da matéria.

Parabéns a todos vocês e felicidades!

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado César Lacerda para declaração de voto.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, taxistas e imprensa aqui presentes, hoje houve um resgate para os taxistas, porque taxista não é palhaço de ninguém para ficar disputando comissão e preço. Aprendi com o Deputado Manoelzinho, nesta Câmara Legislativa, como devo conduzir a votação. Em quatro anos, S.Exa. sempre demonstrou ser um fiel defensor, um apóstolo das causas dos taxistas de Brasília. Quando o Deputado Manoelzinho veio, juntamente com a Deputada Rosemary e pediu que votássemos esse projeto, eu não poderia fazer outra coisa a não ser unir-me a vocês.

Parabéns a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado João de Deus para declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para declaração de voto. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, digo a todos que, graças a Deus, sou um homem livre. Sou um Deputado de Oposição e me sinto muito bem. Agora, não sou Oposição predatória nem demolidora. Tenho de estar a favor de tudo que o Governo e esta Casa fizerem em prol do povo do Distrito Federal, porque sou empregado do povo e ganho o dinheiro do povo para votar. Quando algumas pessoas me pediram para aqui estar e para votar um projeto dessa envergadura, não hesitei e disse: "Vou porque estou fazendo justiça aos profissionais do volante que dão sua saúde e, às vezes, até a vida para conduzir o povo do Distrito Federal".

Parabéns! As pessoas estavam dizendo que, ao término da sessão, o Deputado Manoelzinho não teria mais nenhum voto. Não é verdade! Vocês têm de votar nas pessoas que defendem a cidadania de vocês e não naquelas que fazem discursos aqui.

Parabéns ao Deputado Manoelzinho e a todos os presentes!

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado José Edmar para declaração de voto.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, saúdo todos os taxistas com quem, há um mês, tivemos uma reunião, no DER, com a presença dos Deputados Manoelzinho e Silvio Linhares, ocasião em que participamos de algumas discussões a respeito da elaboração desse projeto.

Parabenizo todos pela união, pelo trabalho e perseverança, principalmente o Deputado Manoelzinho e o Deputado Silvio Linhares, que entendeu a importância do projeto e abriu no seu espaço político a possibilidade de se votar o projeto hoje nesta sessão extraordinária. Ficam aqui os fatos para que, no futuro, possamos lembrar quem constrói, realmente, o presente, caminhando e trabalhando, como foi o caso do nobre Deputado Manoelzinho que, nesse momento, merece todos os elogios da categoria e de todos nós, Deputados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Rajão para declaração de voto.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Manoelzinho, digno representante da categoria, eu gostaria de falar para os senhores que sou filho de peixeiro e sei o quanto é difícil ganharmos o nosso pão.

O Deputado Manoelzinho tem sido um digno representante dos senhores e a S.Exa. cabe todo o mérito desse trabalho que foi realizado na

Câmara Legislativa. Estamos cumprindo a nossa obrigação para com uma categoria que arrisca a vida e, mesmo estando exposta a assassinatos na cidade, continua trabalhando. Temos de valorizar os senhores.

Meus parabéns a todos os senhores e ao Deputado Manoelzinho, que é fiel à base, à sua origem, como sou fiel à minha.

Muito obrigado. Parabéns a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de falar como membro do Partido dos Trabalhadores. Ao votar a favor desse projeto, votamos prioritariamente na defesa de uma categoria que hoje sofre, como qualquer trabalhador, conseqüências nefastas da política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, adotada em nível nacional. Hoje, não apenas o taxista, caminhoneiro, mas, sim, qualquer categoria de trabalhadores do Brasil está sofrendo as conseqüências de uma crise desastrosa, oriunda de uma política atrelada aos interesses do FMI e dos grandes bancos internacionais.

Com os taxistas de Brasília não é diferente, pois eles sofrem as conseqüências dessa política. A tarifa hoje já tem um preço baixo diante dos custos assumidos pela categoria. Sabemos também das dificuldades que cada taxista tem para alimentar e sustentar a família e garantir o sustento dos seus filhos. Portanto, somos favoráveis a esse projeto.

Esse projeto contém um elemento importante que é o fim dessa tarifa chamada móvel. Os grandes grupos econômicos conseguiam dar tarifas menores e com isso prejudicam uma enorme quantidade de taxistas em todo o Distrito Federal.

Sr. Presidente, o projeto aprovado hoje tem alguns defeitos que precisam ser corrigidos, senão poderá ser vetado pelo Governador ou mesmo questionado na Justiça.

Por esse motivo, a bancada do Partido dos Trabalhadores pediu um prazo até terça-feira para que pudéssemos discutir a melhoria do projeto. Citarei alguns problemas que o projeto apresenta: ele fere os princípios da licitação quando permite transferência por *causa mortis*, admite a permuta e permite a alienação de concessão, tudo sem licitação. Além disso, ele reserva noventa por cento das concessões para os autônomos, mas aí há uma exigência preocupante porque determina que essas licitações com os autônomos sejam feitas em conjunto com os sindicatos e isso, por lei, é difícil. A licitação deverá ser em conjunto com os sindicatos. Esse projeto apresenta problemas que precisam ser corrigidos para que ele não vá pelo ralo.

Os taxistas de Brasília estão de parabéns, vocês têm mesmo que lutar em defesa dos seus interesses. Não tenho dúvida de que hoje nós temos que atacar frontalmente todas as políticas que vão contra os trabalhadores, por isso o nosso voto é favorável ao projeto, mas com a preocupação de alguns artigos que possam atrapalhar essa lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Renato Rainha para declaração de voto.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, taxistas aqui presentes, Secretário e Deputado Manoelzinho, quero parabenizá-lo pela apresentação e aprovação do projeto de lei hoje nesta Casa.

Eu gostaria de dizer aos amigos taxistas que aqui estão que fui procurado por vários companheiros e amigos taxistas. Tenho, também, um projeto semelhante a esse do Deputado Manoelzinho que tramitou junto ao de S.Exa. para trazer condições dignas de trabalho aos senhores.

Os senhores e as senhoras sabem que podem contar sempre com esta Casa na luta pela justiça.

O que os taxistas estão pedindo? É isso que precisa ficar bem claro. Os taxistas não estão pedindo privilégio algum. O que eles não querem é trabalhar em condições de desigualdade com os poderosos que estão aí, porque, na hora em que os senhores e as senhoras, autônomos que são, tiverem trabalhando em condições de igualdade, podem ter a certeza de que o serviço oferecido será de melhor qualidade, pois eu ando de táxi e conheço esse serviço.

Então, parabéns pela mobilização, pela presença nesta Casa e pela força de vocês. Podem sempre contar com o nosso apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Xavier para declaração de voto.

DEPUTADO XAVIER (PPB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, taxistas aqui presentes, venho a esta tribuna para cumprimentar o meu amigo Edvam, companheiro do BNCC, hoje taxista, e deixar aqui minha alegria e satisfação por votar um projeto de tamanha envergadura como esse.

Sei que desde a manhã vocês estão aqui preocupados, ansiosos para verem esse projeto aprovado. E, agora, conseguimos, às 18h30min, ver o sonho de cada um ser realizado. É assim que se constrói: com luta, determinação e garra. Foi isso que vi em vocês, hoje, quando adentraram este plenário, e, mesmo quando a Presidência da Mesa pediu para vocês se retirarem, vocês continuaram firmes no propósito de ver o projeto ser aprovado.

Então, foi isso o que aconteceu: a luta e a garra de um povo que não se afastou e obteve a vitória.

Muito obrigado a todos vocês. Parabéns! Continuem assim!

Só não irei de táxi porque tenho carro, mas quando faltar o veículo, eu quero ir de táxi. Eu só gostaria de pedir a vocês que cobrem a tarifa bem baixa, porque está difícil, pois sem dinheiro no bolso ficará complicada a situação.

Um grande abraço e felicidade a todos vocês e ao Deputado Manoelzinho, um lutador, autor do projeto, que hoje está na Secretaria de Habitação. Levem o nosso abraço a todos os companheiros taxistas. É uma grande alegria para nós e muito obrigado por nos ter dado o direito de ajudá-los.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Wilson Lima para declaração de voto.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. taxistas, é com muita alegria que hoje aprovamos, nesta Casa, um projeto que ajudará e fortalecerá a categoria.

Eu gostaria de dizer que vocês, taxistas, têm a cara de Brasília e são o cartão de visita desta cidade.

Parabéns! Sucesso para todos vocês!

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Benício Tavares para declaração de voto.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria apenas parabenizar o Deputado Manoelzinho. Sentimos saudade de S.Exa., pois durante muitos anos, oito anos precisamente, estivemos juntos na Câmara Legislativa. S.Exa. ocupa, agora, o cargo de Secretário de Administração, mas sempre batalhou nesta Casa pela categoria dos taxistas.

Parabéns, Deputado Manoelzinho.

Parabéns, categoria laboriosa que é a dos taxistas.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Silvio Linhares para declaração de voto.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e "taqueiros", hoje tive um dos maiores prazeres da minha vida. Já "disputei boneco", já "puxei pedra", já disputei passageiros com ônibus, já fui "taqueiro",

taxista. Hoje, do outro lado, pude mostrar para vocês o respeito que tenho para com esta classe, pela disputa de cada centavo, pela disputa da gasolina, pela disputa, muitas vezes, do dinheiro do português, como chamamos o patrão, e principalmente por dar dignidade para que vocês tenham hoje uma tarifa única e não fiquem à mercê das exigências dos que têm mais dinheiro, e, ainda, para que os funcionários do DMTU não impliquem pelo fato de vocês transportarem passageiros das cidades-satélites até o ponto de vocês.

Eu gostaria de dizer ao Deputado Paulo Tadeu, que me antecedeu, sempre muito nobre, que se nós erramos em alguma coisa nesse projeto, erramos juntos, porque esse projeto foi discutido com a classe.

Lembro-me de quando fui convidado pelo Deputado Manoelzinho para discutir esse projeto, estava lá o Deputado José Edmar, e eu disse para S.Exa. que abria mão de um projeto de minha autoria para que na primeira sessão extraordinária fosse colocado na pauta da Ordem do Dia o projeto de vocês e está cumprida a minha palavra.

Eu gostaria, de coração, de dedicar essa vitória nossa, essa vitória interior minha ao Zé Bezerra, pois durante muitos anos ficamos juntos no meio do mato, tomando tiro certa vez em Pirenópolis, procurando cadáver de companheiro de vocês. Quanta chuva, quanto sol e quanta fome passamos juntos!

Dedico essa nossa vitória a você, Bezerra, e ao meu irmão, Manoelzinho.

E vamos lá, eu vou de táxi!

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, taxistas presentes, entendo a indignação dos colegas taxistas, mas eles não sabem o que nós estávamos fazendo. Eu estava na Presidência desta sessão quando, por entendimento das lideranças, adiamos a apreciação do projeto para hoje à tarde. Retornei a esta Casa com a atribuição de votar este projeto. Se cá não estive na hora da votação, foi porque eu tive de cumprir um compromisso assumido, na Secretaria de Saúde, com representantes da comunidade do Paranoá e de Samambaia. De toda maneira, a minha ausência não é porque eu discordava deste projeto. Infelizmente estive ausente na votação do projeto, mas foi por uma questão de ordem maior, porque se eu estivesse aqui, estaria votando com a referida matéria, porque assim havia comunicado tanto à Liderança do PT quanto aos colegas Parlamentares, e ao Presidente, Deputado Edimar Pireneus. Saí com prévio aviso de que iria à Secretaria de Saúde. Infelizmente não cheguei a tempo para apreciar a matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência agradece a presença de todos os taxistas presentes nesta Casa. Se houver *quorum*, ainda hoje votaremos o projeto em segundo turno e apreciaremos a sua redação final.

Porém, é norma desta Casa discutir e votar todos os projetos da pauta, em primeiro turno, para depois votá-los em segundo turno.

Item extrapauta:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 25, de 1999, que 'cria os cargos que especifica no Quadro de Servidores Efetivos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.'

Autores: Deputado Benício Tavares, Gim Argello e Renato Rainha

Relatores: Deputado - CCJ

Mesa Diretora"

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Resolução nº 25, de 1999, de autoria dos Deputados Benício Tavares, Gim Argello e Renato Rainha, que "cria os cargos que especifica no Quadro de Servidores Efetivos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências."

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, não vislumbramos nenhum óbice que inviabilize a aprovação deste projeto.

Portanto, somos favoráveis a sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que apresente o parecer da Mesa Diretora.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, eu peço o prazo de uma hora para relatar a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Acato o pedido de V.Exa.

Item nº 5:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 381, de 1999, que 'dispõe sobre alteração na Norma de Edificação, Uso e Gabarito NGB 101/93'.

Autor: Deputado Benício Tavares

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 381, de 1999, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "dispõe sobre alteração na Norma de Edificação, Uso e Gabarito NGB 101/93".

No âmbito desta Comissão, não encontramos nenhum óbice à aprovação do projeto, já que ele tem boa técnica legislativa e está dentro dos parâmetros legais de constitucionalidade e juridicidade.

Portanto, somos pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Na ausência do Deputado João de Deus, solicito ao Deputado César Lacerda que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 381, de

1999, que "dispõe sobre alteração na Norma de Edificação, Uso e Gabarito NGB 101/93", de autoria do Deputado Benicio Tavares, do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro.

No âmbito desta Comissão, não encontramos nenhum óbice à aprovação do referido projeto de lei complementar. Portanto, somos pela sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 381, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do Pec nº 381/99

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	—				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	—				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				—	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	—				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	—				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	—				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				—	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				—	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL	—				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	—				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				—	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				—	
DEPUTADA MANINHA - PT				—	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	—			—	
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	—				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	—				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				—	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB				—	
DEPUTADO XAVIER - PPB	—				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	—				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	—				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	—				
TOTAL	16			8	

ASSP

ASSP Nº ___/___ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 24:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 100, de 1999, que 'estabelece incentivos à prática do futebol amador no Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Paulo Tadeu

Relatores: Deputado Wilson Lima - CCJ

Deputado - CAS"

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 100, de 1999, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "estabelece incentivos à prática do futebol amador no Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos nenhum óbice, no tocante à juridicidade e boa técnica legislativa, que inviabilize o referido. Portanto, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Agrício Braga, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 100, de 1999, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "estabelece incentivos à prática do futebol amador no Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não há nenhum óbice que impeça a aprovação do referido projeto. Por isso, somos favoráveis à sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 100, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria agradecer a todos os Deputados e dizer o que esse projeto aprovado pela Câmara significa para centenas de moradores do Distrito Federal, que toda semana têm que tirar do próprio bolso o dinheiro para manter o futebol amador. Hoje, esse projeto torna-se realidade e podemos instituir no Distrito Federal uma verdadeira revolução no que se refere à prática do futebol amador, fazendo com que o Estado garanta a cada cidadão, a cada esportista, o mínimo de condições necessárias para a prática do futebol, tirando centenas de jovens das ruas, do contato com a violência, para praticarem o futebol amador - como fiz durante toda a minha vida e o faço até hoje.

Muito obrigado a todos vocês!

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra o Deputado Agrício Braga para declaração de voto.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para parabenizar o Deputado Paulo Tadeu por esse projeto que vem, como S.Exa. bem frisou, beneficiar os praticantes de futebol amador de todo o Distrito Federal. Eu gostaria que os demais Deputados também olhassem para o esporte em Brasília de uma maneira mais carinhosa, promovendo para os atletas condições de praticar o seu esporte predileto.

Parabéns, Deputado Paulo Tadeu! Que esse projeto sirva de exemplo para todos nós, Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Item nº 21:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 33, de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do Distrito Federal, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviço público, que operam em seu território, atenderem os usuários dos seus serviços em tempo razoável, e dá outras providências'.

Autor:	Deputado Wilson Lima	
Relatores:	Deputada Anilcéia Machado	- CCJ
	Deputado João de Deus	- CEOF
	Deputado	- CAS"

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já temos condições de dar o parecer, pela Mesa, ao referido projeto de resolução.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Deputado Wasny de Roure, esse projeto será o último da pauta.

Solicito à Relatora, Deputada Anilcéia Machado, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 33, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do DF, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviço público que operam em seu território, em atender os usuários dos seus serviços em tempo razoável, e dá outras providências".

Foram apresentadas duas emendas. Somos pela rejeição da Emenda Supressiva nº 1 e pela aprovação da Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do autor do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Cauhy.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com todo respeito que tenho pelo Deputado Wilson Lima, este projeto não diz nada. "Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do DF, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviço público, que operam em seu território, em atender os usuários dos seus serviços em tempo razoável, e dá outras providências." Não existe tempo razoável. Para mim, este projeto é completamente vazio. Estou estarrecido pela apresentação de um projeto dessa natureza.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado João de Deus, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para emitir parecer. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 33, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do Distrito Federal, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviços públicos, que operam em seu território, em atender os usuários dos seus serviços em tempo razoável, e dá outras providências."

No âmbito desta Comissão, somos de parecer favorável à emenda Substitutiva de Plenário.

Parabenizo o Deputado Wilson Lima pelo brilhante projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Agrício Braga, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 33, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do DF, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviços públicos, que operam em seu território, em atender os usuários dos seus serviços em tempo razoável, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o parecer é favorável ao referido projeto na forma do substitutivo, já que não encontramos nenhum óbice quanto à sua juridicidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 33, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 29:

"Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 1999, que 'dispõe sobre a desafetação e a destinação da área que especifica na Região Administrativa de Taguatinga - RA-III, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Gim Argello

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 44, de 1999, de autoria do Deputado Gim Argello, que "dispõe sobre a desafetação e a destinação da área que especifica na Região Administrativa de Taguatinga - RA-III, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça não encontramos nenhum óbice à aprovação do referido projeto quanto a técnica legislativa e a juridicidade.

Portanto, somos pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para fins de esclarecimento, eu gostaria de perguntar ao Relator se esta matéria não faz interface ao Plano Diretor Local de Taguatinga. Não tive oportunidade de vê-lo nem de conversar com a minha assessoria, pois esse projeto foi apresentado agora.

DEPUTADO WILSON LIMA - Esclareço ao nobre Deputado Wasny de Roure que, de acordo com a nossa assessoria, o projeto não faz interface com o PDL de Taguatinga.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado João de Deus, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, avoco a relatoria, tendo em vista a relevância da referida proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Solicito ao Relator, Deputado João de Deus, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para emitir parecer. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 44, de 1999, que "dispõe sobre a desafetação e destinação de área que especifica na Região Administrativa III - Taguatinga, e dá outras providências", de autoria do nosso nobre Vice-Presidente desta Casa, Deputado Gim Argello, do PFL.

No âmbito desta Comissão, votamos pela aprovação do referido projeto por entender que ele é de grande relevância para o desenvolvimento do Distrito Federal e, em particular, para a cidade de Taguatinga.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 44, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se a votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 15/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do PLC nº 044/99

Autor: Deputado (a): Gim Argello ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	—				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	—				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				—	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB				—	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	—				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	—				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				—	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				—	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL	—				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	—				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				—	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				—	
DEPUTADA MANINHA - PT				—	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	—				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	—				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	—				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				—	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	—				
DEPUTADO XAVIER - PPB	—				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	—				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	—				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	—				
TOTAL	15			7	

ASSP

ASSP Nº ___/___ Fls Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui surpreendido com este projeto de lei e confesso que não tive tempo para examinar com a minha assessoria a referida matéria. No mérito, não tenho por que discordar do projeto, devido à necessidade da ampliação, da readequação e do planejamento urbano. Taguatinga, com muita dificuldade, alcançou o plano diretor. Tivemos uma discussão recente acerca do Plano Diretor Local de Sobradinho provocada por um projeto encaminhado pela Deputada Anilcéia Machado e pelo Deputado Benício Tavares. Naquela oportunidade, na reunião de Líderes e membros da Mesa, entendemos, conjuntamente, que a matéria proposta pelos dois Deputados fazia uma interface ao Plano Diretor Local de Sobradinho. A Deputada Anilcéia Machado, de maneira sensata e correta, retirou o projeto da pauta. Agora, somos surpreendidos por uma matéria - posso estar errado, Sr. Presidente, não tenho dificuldade de reconhecer os meus erros publicamente - que faz interface ao Plano Diretor Local de Taguatinga e por isso não poderia ser votada.

Nesse sentido, entendo que a Deputada Anilcéia Machado e o Deputado Benício Tavares estão prejudicados. Espero que S.Exas. apresentem suas propostas para que possamos reapreciá-las em plenário.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que deseja cumprir esta pauta juntamente com V.Exas.

Existe um projeto de resolução de interesse desta Casa que será apreciado como último item da pauta.

Item extrapauta:

"Discussão e votação do Projeto de Lei nº 702, de 1995, que 'determina a habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes da fala ou de sua compreensão e dá outras providências'.

Autora: Deputada Maninha

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CAS"

Solicito ao Relator, Deputado Agrício Braga, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 702/95, de autoria da Deputada Maninha, que "determina a habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes da fala ou de sua compreensão e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não há nenhum óbice para a não aprovação dessa emenda. Portanto, o nosso parecer é favorável à emenda ao Projeto de Lei nº 702/95.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 702, de 1995. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Item 17:

"Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999, que 'altera a destinação de uso do lote que menciona, na QN 320 de Samambaia, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Tatico

Relatores Deputado(a) - CCJ

Deputado(a) - CEOF"

Solicito ao Deputado Wilson Lima que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999, que "altera a destinação de uso do lote que menciona, na QN 320 de Samambaia, e dá outras providências", de autoria do Deputado Tatico.

Não vislumbramos nenhum óbice a sua aprovação. Somos, portanto, pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado João de Deus, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, eu avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Solicito ao Relator, Deputado João de Deus, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para emitir parecer. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999, que "altera a destinação de uso do lote que menciona, na QN 320 de Samambaia, e dá outras providências", de autoria do Deputado Tatico.

Pela CEOF, votamos pela aprovação do projeto por entendermos que não há nenhum desacordo na referida proposição. O projeto será muito importante para a economia de nossa cidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☑ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/11/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do PLC nº 384/99

Autor: Deputado (a): José Tatico ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	—				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	—				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				—	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	—				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	—				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	—				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				—	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				—	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL	—				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	—				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				—	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				—	
DEPUTADA MANINHA - PT				—	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	—				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	—				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	—				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				—	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	—				
DEPUTADO XAVIER - PPB	—				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	—				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	—				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	—				
TOTAL	17			7	

ASSP

ASSP
Nº ____/____
Fls.
Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que apresente o parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 25/99.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal ao Projeto de Resolução nº 25, de 1999, de autoria dos Deputados Benício Tavares, Gim Argello e Renato Rainha, que "cria os cargos que especifica no quadro de servidores efetivos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

O parecer da Mesa Diretora é favorável ao referido projeto de resolução, tendo em vista que, de acordo com o Ato nº 387, de 1997, a validade do concurso público vai até o dia 20/10/99. Assim sendo, o nosso parecer é favorável à criação de cinco cargos para a categoria de Revisor Taquigráfico e quatro cargos para a categoria de Revisor de Texto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 25, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Item nº 28:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 801, de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placa contendo informações relativas ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades e dá outras providências'.

Autor: Deputado Chico Floresta

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CAS"

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 801, de 1999, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placa contendo informações relativas ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades e dá outras providências".

Não havendo nenhum óbice constitucional, somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Agrício Braga, que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 801, de 1999, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placa contendo informações relativas ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades e da outras providências".

Não temos nenhum óbice quanto à sua aprovação. Somos, portanto, favoráveis ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 801, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que

forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 4:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 323, de 1999, que 'dá nova redação ao art. 1º, da Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, que criou o Parque Ecológico Dom Bosco e adota outras providências'.

Autor: Poder Executivo

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito à Relatora, Deputada Anilcéia Machado, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 323/99, de autoria do Poder Executivo, que "dá nova redação ao art. 1º da Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, que criou o Parque Ecológico Dom Bosco e adota outras providências".

Foi solicitado o apensamento de um projeto, de autoria da Deputada Lucia Carvalho, o que foi acatado.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vislumbramos nenhum óbice quanto à constitucionalidade ou à legalidade.

Portanto, somos favoráveis à aprovação dos projetos na forma do substitutivo apresentado por esta relatora.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Na ausência do Deputado João de Deus, solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 323, de 1999, de autoria do Poder Executivo, que "dá nova redação ao art. 1º da Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, que criou o Parque Ecológico Dom Bosco e adota outras providências", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei Complementar nº 445, de 1998.

O nosso parecer é favorável à aprovação da matéria, nos termos do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que acolhe o projeto original de autoria da Deputada Lucia Carvalho, como também o projeto de autoria do Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 323, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do PLC nº 445/98 TC c/

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	✓				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	✓				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				✓	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	✓				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	✓				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	✓				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				✓	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				✓	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				✓	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	✓				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	✓				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	✓				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				✓	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				✓	
DEPUTADA MANINHA - PT				✓	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	✓				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	✓				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	✓				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				✓	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	✓				
DEPUTADO XAVIER - PPB	✓				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	✓				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	✓				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	✓				
TOTAL	16			8	

ASSP

ASSP Nº ___/___ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Item nº 14:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 590, de 1999, que 'concede remissão parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, nas condições que especifica'.

Autor: Deputado Wasny de Roure

Relator: Deputado Wilson Lima - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Anilcéia Machado, que apresente o parecer sobre a matéria.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 590/99, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede remissão parcial do Imposto Predial e Territorial Urbano nas condições que especifica".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vislumbramos nenhum óbice quanto à sua aprovação. Portanto, acatamos o projeto na forma do substitutivo apresentado pelos Deputados Wasny de Roure, Renato Rainha, José Edmar, Wilson Lima, Xavier e Gim Argello.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado César Lacerda, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 590, de 1999, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede remissão parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano, nas condições que especifica".

Somos pela aprovação do projeto na forma do substitutivo apresentado pelos Deputados Wasny de Roure, Renato Rainha, José Edmar, Wilson Lima, Xavier e Gim Argello.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 590, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☑ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do PL nº 590/99

Autor: Deputado (a): Wasny de Roure ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	✓				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	✓				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				✓	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	✓				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	✓				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	✓				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				✓	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				✓	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				✓	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	✓				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	✓				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	✓				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				✓	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				✓	
DEPUTADA MANINHA - PT				✓	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	✓				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	✓				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	✓				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				✓	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	✓				
DEPUTADO XAVIER - PPB	✓				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	✓				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	✓				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	✓				
TOTAL	11			5	

ASSP

ASSP Nº ____/____ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

Item nº 6:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 383, de 1999, que 'altera a Lei Complementar nº 228, de 05 de julho de 1999, que *dispõe sobre o uso, altera o gabarito e as normas de edificação dos lotes A a F da Área Especial nº 2, dos lotes A a L da Área Especial nº 4 e dos lotes nº 1 a 11 da Área Especial nº 6, Guará II, na Região Administrativa do Guará - RA-X*'.

Autores: Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus

Relatores: Deputado - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 383/99, de autoria dos Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus, que "altera a Lei Complementar nº 228, de 05 de julho de 1999, que 'dispõe sobre o uso, altera o gabarito e as normas de edificação dos lotes A a F da Área Especial nº 2, dos lotes A a L da Área Especial nº 4 e dos lotes nº 1 a 11, da Área Especial nº 6, Guará II, na Região Administrativa do Guará - RA-X'".

O parecer é favorável à sua aprovação, não encontrando nenhum óbice a sua tramitação e aprovação na Casa.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado João de Deus, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para emitir parecer. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 383/99, de autoria dos Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus, que "altera a Lei Complementar nº 228, de 5 de junho de 1999, que 'dispõe sobre o uso e altera o gabarito e as normas de edificação dos lotes A a F da Área Especial nº 2, dos lotes A a L da Área Especial nº 4 e dos lotes nº 1 a 11 da Área Especial nº 6, Guará II, na Região Administrativa do Guará - RA-X".

Na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças votamos favoravelmente ao projeto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 383, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno de PLC nº 383/99

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	X				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				X	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	X				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	X				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				X	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				X	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				X	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	X				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				X	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				X	
DEPUTADA MANINHA - PT				X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	X				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	X				
DEPUTADO XAVIER - PPB	X				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	X				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X				
TOTAL	16			8	

ASSP

ASSP Nº 1 Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 3:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 370/99, que 'dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 6 de dezembro de 1964, para a regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nº 18.244, de 13 de maio de 1997, e nº 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências'. (Mens. nº 375/99 - GAG)

Autor: Poder Executivo
Relatores: Deputado - CCJ
Deputado - CEOF"

Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 370/99, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 6 de dezembro de 1964, para a regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nº 18.244, de 13 de maio de 1997, e nº 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências".

Foram apresentadas duas emendas. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, aprovamos a Emenda nº 1 e não aprovamos a Emenda nº 2.

Portanto, o nosso parecer é pela aprovação do projeto, acatando a Emenda nº 1 e rejeitando a Emenda nº 2, de autoria do Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito destaque da Emenda nº 2 e que ela seja votada nominalmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Acato a solicitação de V.Exa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Sobre a mesa, requerimento do Deputado Renato Rainha, de destaque, que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 142, combinado com o art. 144 do Regimento Interno da Câmara Legislativa, DESTAQUE para o (a) emenda nº 02/99 ao PLC nº 370/99

Sala das Sessões, 19 de outubro de 1999

DEPUTADO(A) RENATO RAINHA

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o destaque concordando com a emenda do Deputado Renato Rainha; os que votarem "não" estarão votando contra o destaque, e, portanto, contra a emenda do Deputado Renato Rainha.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO 2ª emenda nº 02 ao PLC nº 370/99

Autor: Deputado (a): ☒ Executivo
Relator: Deputado (a): Benício Tavares

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	X				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				X	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB		X			
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB		X			
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				X	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				X	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				X	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	X				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB		X			
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB		X			
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				X	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				X	
DEPUTADA MANINHA - PT				X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB		X			
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB		X			
DEPUTADO XAVIER - PPB		X			
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	X				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD		X			
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB		X			
TOTAL	6	10		8	

ASSP

ASSP PLC Nº 370/99 Fls. Nº 12/6

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 10 votos contrários e 6 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

A Emenda nº 2 foi rejeitada.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado João de Deus, que indique relator para a matéria.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, indico o Deputado César Lacerda.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Solicito ao Relator, Deputado César Lacerda, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 370, de 1999, que "dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nº 18.244, de 13 de maio de 1997 e nº 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo.

Somos pela aprovação do projeto acatando a Emenda Aditiva nº 1, de autoria do Deputado Silvio Linhares, e rejeitando a Emenda nº 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 370, de 1999. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno de PLC nº 370/99

Autor: Deputado (a): ☒ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	X				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				X	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	X				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	X				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				X	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				X	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				X	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	X				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				X	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				X	
DEPUTADA MANINHA - PT				X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	X				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	X				
DEPUTADO XAVIER - PPB	X				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	X				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X				
TOTAL	16			8	

ASSP

ASSP Nº ___/___ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicito a V.Exa que lembre à assessoria responsável pela redação final de fazer constar o nome dos autores: Executivo e Deputados Renato Rainha e Xavier. Havia um projeto do Executivo sobre cemitérios, aprovado por esta Casa, e projetos de Deputados tratando do mesmo assunto. Foi feito um acordo sobre eles, mas ficou constando a autoria como sendo apenas do Poder Executivo. Inclusive, pediremos a retificação da autoria deste projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com certeza, Deputado Renato Rainha. Eu gostaria que todos os Parlamentares fiscalizassem essa situação. É de interesse desta Casa fazer constar o nome dos Parlamentares autores nos projetos.

Item nº 15:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.433, de 1996, que 'isenta de pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA - e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos', em tramitação conjunta com os Projetos de Lei nº 2.654, de 1997, que 'dispõe sobre a isenção do pagamento de IPVA dos veículos furtados ou roubados e dá outras providências', de autoria do Deputado Renato Rainha, e nº 817, de 1999, que 'concede remissão de débitos relativos ao IPVA para os proprietários de veículos roubados, furtados ou sinistrados, nos exercícios de 1994 a 1999 e dá outras providências', de autoria do Executivo local. (Mens. nº 385/99 - GAG)."

Autor: Deputado Xavier

Relatores: Deputado Benício Tavares - CCJ

Deputado - CEOF"

Solicito à Relatora, Deputada Anilcéia Machado, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 2.433, de 1996, de autoria do Deputado Xavier, que "isenta de pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA - e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos", em tramitação conjunta com os Projetos de Lei nº 2.654/97, que "dispõe sobre a isenção do pagamento de IPVA dos veículos furtados ou roubados e dá outras providências", de autoria do Deputado Renato Rainha, e nº 817/99, que "concede remissão de débitos relativos ao IPVA para os proprietários de veículos roubados, furtados ou sinistrados, nos exercícios de 1994 a 1999 e dá outras providências", de autoria do Executivo local.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça foi acatado o requerimento de apensamento dos projetos mencionados.

Somos pela aprovação, considerando que as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 foram contempladas no substitutivo apresentado por esta relatora.

Somos pela aprovação dos projetos de lei na forma do substitutivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado César Lacerda, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.433, de 1996, de autoria do Deputado Xavier, que "isenta de pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA - e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos", em tramitação conjunta com os Projetos de Lei nº 2.654/97, que "dispõe sobre a isenção do pagamento de IPVA dos veículos furtados ou roubados e dá outras providências", de autoria do Deputado Renato Rainha, e nº 817/99, que "concede remissão de débitos relativos ao IPVA para os proprietários de veículos roubados, furtados ou sinistrados, nos exercícios de 1994 a 1999 e dá outras providências", de autoria do Executivo local.

Sr. Presidente, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças aprova os projetos de acordo com o substitutivo da Relatora da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.433, de 1996. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☐ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: ___/___/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 1º turno do Pl nº 2433/96 em TC 01

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	X				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				X	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	X				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	X				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				X	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	X			X	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				X	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	X				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				X	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				X	
DEPUTADA MANINHA - PT				X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	X				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	—				
DEPUTADO XAVIER - PPB	X				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	—				

DEPUTADO WILSON LIMA - PSD					
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB					
TOTAL					

ASSP

ASSP
Nº ____/____
Fls.
Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

A Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta com a seguinte

ORDEM DO DIA.

Projeto de Lei nº 718/99, Projeto de Lei nº 537/99, Projeto de Lei nº 825/99, Projeto de Lei nº 570/99, Projeto de Lei nº 699/99, Projeto de Lei nº 766/99, Projeto de Lei nº 100/99, Projeto de Lei nº 33/99, Projeto de Lei nº 702/95, Projeto de Lei nº 801/99, Projeto de Lei Complementar nº 368/99, Projeto de Lei Complementar nº 436/98, Projeto de Lei nº 800/99, Projeto de Lei Complementar nº 381/99, Projeto de Lei Complementar nº 44/99, Projeto de Lei Complementar nº 384/99, Projeto de Lei Complementar nº 445/98, Projeto de Lei nº 590/99, Projeto de Lei Complementar nº 383/99, Projeto de Lei Complementar nº 370/99, Projeto de Lei nº 2.433/96, Projeto de Lei nº 4.099/98 e Projeto de Resolução nº 25/99.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h59min.)

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

ATA DA 66ª
(SEXAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

EM 19 DE OUTUBRO DE 1999.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Edimar Pireneus.

SECRETARIA: Deputado Wilson Lima.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 19 horas e 59 minutos.

TÉRMINO: 20 horas e 30 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - ORDEM DO DIA

(1º) Discussão e votação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 1: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 718, de 1999**, de autoria dos Deputados Sílvio Linhares e Jorge Cauhy, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados do Distrito Federal".

ITEM 2: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 537, de 1999**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "Institui o dia 13 de maio como feriado local na Região Administrativa de Sobradinho".

ITEM 3: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 825, de 1999**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 4: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 570, de 1999**, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 5: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 699, de 1999**, de autoria do Deputado Agrício Braga, que "Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC)".

ITEM 6: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 766, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Altera o quantitativo de cargos da carreira de fiscalização e inspeção, instituída pela Lei nº 39, de 6 de setembro de 1989, e da carreira de administração pública, criada pela Lei nº 51, de 13 de novembro de 1989".

ITEM 7: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 100, de 1999**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "Estabelece incentivos à prática do futebol amador no Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 8: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 33, de 1999**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do DF, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviço público, que operam em seu território, de atender os usuários dos seus serviços em tempo razoável e dá outras providências".

ITEM 9: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 702, de 1995**, de autoria da Deputada Maninha, que "Determina a habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para a interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes da fala ou de sua compreensão e dá outras providências".

ITEM 10: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Resolução nº 25, de 1999**, de autoria dos Deputados Benício Tavares, Gim e Renato Rainha, que "Cria os cargos que especifica no quadro de servidores efetivos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 11: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 801, de 1999**, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placa contendo

informações relativas ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades e dá outras providências".

APROVADOS por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(2º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação, em bloco, das seguintes **redações finais:**

Redação final do Projeto de Lei nº 718, de 1999, de autoria dos Deputados Sílvio Linhares e Jorge Cauhy, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados do Distrito Federal".

Redação final do Projeto de Lei nº 537, de 1999, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "Institui o dia 13 de maio como feriado local na Região Administrativa de Sobradinho".

Redação final do Projeto de Lei nº 825, de 1999, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do Distrito Federal e dá outras providências".

Redação final do Projeto de Lei nº 570, de 1999, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal e dá outras providências".

Redação final do Projeto de Lei nº 699, de 1999, de autoria do Deputado Agrício Braga, que "Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC)".

Redação final do Projeto de Lei nº 766, de 1999, de autoria do Executivo local, que "Altera o quantitativo de cargos da carreira de fiscalização e inspeção, instituída pela Lei nº 39, de 6 de setembro de 1989, e da carreira de administração pública, criada pela Lei nº 51, de 13 de novembro de 1989".

Redação final do Projeto de Lei nº 100, de 1999, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "Estabelece incentivos à prática do futebol amador no Distrito Federal e dá outras providências".

Redação final do Projeto de Lei nº 33, de 1999, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do DF, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviço público, que operam em seu território, de atender os usuários dos seus serviços em tempo razoável e dá outras providências".

Redação final do Projeto de Lei nº 702, de 1995, de autoria da Deputada Maninha, que "Determina a habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para a interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes da fala ou de sua compreensão e dá outras providências".

Redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 1999, de autoria dos Deputados Benício Tavares, Gim e Renato Rainha, que "Cria os cargos que especifica no quadro de servidores efetivos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

Redação final do Projeto de Lei nº 801, de 1999, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placa contendo informações relativas ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades e dá outras providências".

APROVADAS nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(3º) **ITEM 12:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 368, de 1999**, de autoria do Deputado César Lacerda, que "Fixa o galpão que especifica no Setor Central do Gama e dá outras providências". **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(4º) **ITEM 13:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 811, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do Programa de Promoção de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF)". **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(5º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação, em bloco, das seguintes **redações finais:**

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 368, de 1999, de autoria do Deputado César Lacerda, que "Fixa o galpão que especifica no Setor Central do Gama e dá outras providências".

Redação final do Projeto de Lei nº 811, de 1999, de autoria do Executivo local, que "Estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do Programa de Promoção de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF)".

APROVADAS nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(6º) **ITEM 14:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 590, de 1999**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Concede remissão parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana nas condições que especifica". **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(7º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação da **redação final do Projeto de Lei nº 590, de 1999**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Concede remissão parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana nas condições que especifica". **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(8º) **ITEM 15:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 436, de 1998**, de autoria do Deputado Xavier, que "Amplia o módulo "C" da área especial sito na EQNP 26/30 de Ceilândia - DF e dá outras providências". **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(9º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação da **redação final do Projeto de Lei Complementar nº 436, de 1998**, de autoria do Deputado Xavier, que "Amplia o módulo "C" da área especial sito na EQNP 26/30 de Ceilândia - DF e dá outras providências". **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(10º) **ITEM 16:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 2.433, de 1996**, de autoria do Deputado Xavier, que "Isenta de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos".

Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei nº 2.654, de 1997**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre a isenção do pagamento de IPVA dos veículos furtados ou roubados e dá outras providências"; e com o **Projeto de Lei nº 817, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Concede remissão de débitos relativos ao IPVA para os proprietários de veículos roubados, furtados ou sinistrados, nos exercícios de 1994 a 1999, e dá outras providências".

APROVADO com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(11º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação da **redação final do Projeto de Lei nº 2.433, de 1996**, de autoria do Deputado Xavier, que "Isenta de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos".

Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei nº 2.654, de**

1997, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre a isenção do pagamento de IPVA dos veículos furtados ou roubados e dá outras providências"; e com o **Projeto de Lei nº 817, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Concede remissão de débitos relativos ao IPVA para os proprietários de veículos roubados, furtados ou sinistrados, nos exercícios de 1994 a 1999, e dá outras providências".

APROVADA nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(12º) Discussão e votação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 17: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 381, de 1999**, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Dispõe sobre alteração na Norma de Edificação, Uso e Gabarito NGB 101/93".

ITEM 18: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 44, de 1999**, de autoria do Deputado Gim, que "Dispõe sobre a desafetação e a destinação da área que especifica, em Taguatinga - RA III, e dá outras providências".

ITEM 19: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999**, de autoria do Deputado Tatico, que "Altera a destinação de uso do lote que menciona, na QN 320 de Samambaia, e dá outras providências".

ITEM 20: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 445, de 1998**, de autoria da Deputada Lucia Carvalho, que "Cria o Parque Ecológico e Vivencial Dom Bosco e dá outras providências".
Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei Complementar nº 323, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Dá nova redação ao art. 1º da Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, que criou o Parque Ecológico Dom Bosco, e adota outras providências".

ITEM 21: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 383, de 1999**, de autoria dos Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus, que "Altera a Lei Complementar nº 228, de 5 de julho de 1999, que 'dispõe sobre o uso, altera o gabarito e as normas de edificação dos lotes 'A' a 'F', da Área Especial nº 2, dos lotes 'A' a 'L' da Área Especial nº 4 e dos lotes nºs 1 a 11, da Área Especial nº 6, Guará II, no Guará – RA X."
ITEM 22: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 370, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para a regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nºs 18.244, de 13 de maio de 1997, e 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências".

APROVADOS com 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

(13º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação, em bloco, das seguintes **redações finais:**

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 381, de 1999, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Dispõe sobre alteração na Norma de Edificação, Uso e Gabarito NGB 101/93".

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 1999, de autoria do Deputado Gim, que "Dispõe sobre a desafetação e a destinação da área que especifica, em Taguatinga - RA III, e dá outras providências".

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999, de autoria do Deputado Tatico, que "Altera a destinação de uso do lote que menciona, na QN 320 de Samambaia, e dá outras providências".

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 445, de 1998, de autoria da Deputada Lucia Carvalho, que "Cria o Parque Ecológico e Vivencial Dom Bosco e dá outras providências".
Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei Complementar nº 323, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Dá nova redação ao art. 1º da Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, que criou o Parque Ecológico Dom Bosco, e adota outras providências".

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 383, de 1999, de autoria dos Deputados Renato Rainha e Edimar Pireneus, que "Altera a Lei Complementar nº 228, de 5 de julho de 1999, que 'dispõe sobre o uso, altera o gabarito e as normas de edificação dos lotes 'A' a 'F', da Área Especial nº 2, dos lotes 'A' a 'L' da Área Especial nº 4 e dos lotes nºs 1 a 11, da Área Especial nº 6, Guará II, no Guará – RA X".

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 370, de 1999, de autoria do Executivo local, que "Dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para a regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nºs 18.244, de 13 de maio de 1997, e 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências".

APROVADAS nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(14º) **ITEM 23:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 800, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção dos impostos que especifica e dá outras providências".
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima, acatando a emenda nº 4. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado César Lacerda, nos termos do parecer da CCJ. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação do projeto em 2º turno. **APROVADO** com 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

(15º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação da **redação final do Projeto de Lei nº 800, de 1999**, de autoria do Executivo local, que "Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção dos impostos que especifica e dá outras providências". **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(16º) **ITEM 24:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 4.099, de 1998**, de autoria do Deputado Manoelzinho, que "Regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros ou bens (táxis), disciplinando a permissão para sua exploração e dá outras providências".
Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei nº 207, de 1999**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Dispõe sobre a criação e a implantação de modalidade especial de serviço de transporte individual e coletivo de passageiros ou bens (táxis e rádio táxis), no DF, e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

(17º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação da **redação final do Projeto de Lei nº 4.099, de 1998**, de autoria do Deputado Manoelzinho, que "Regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros ou bens (táxis), disciplinando a permissão para sua exploração e dá outras providências".
Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei nº 207, de 1999**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Dispõe sobre a criação e a implantação de modalidade especial de serviço de transporte individual e coletivo de passageiros ou bens (táxis e rádio táxis), no DF, e dá outras providências".

APROVADA nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(18º) **ITEM INCLUÍDO:** Discussão e votação, em 1º turno, em bloco, dos seguintes **projetos**:

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1999, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ney Carneiro".

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1999, de autoria do Deputado Sílvio Linhares, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Arlécio Alexandre Gazal".

Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1999, de autoria do Deputado Alírio Neto, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao rotariano José Silvano Portes".

Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 1998, de autoria do Deputado José Edmar, que "Concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Vera Márcia Anjo de Brito".

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 1999, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília, *post mortem*, ao jornalista, professor e ex-senador Pompeu de Souza".

Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1999, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Giuseppe Rinaldi".

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1999, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Carlos Mário da Silva Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal".

Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 1999, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "Concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Deputada Maria de Lourdes Abadia".

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1999, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao maestro Emílio Cesar de Carvalho".

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1999, de autoria do Deputado Xavier, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília, *post mortem*, ao Sr. Jorge Pelles".

- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Benício Tavares. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação dos projetos em 1º turno. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Edimar Pireneus):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Passaremos à apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM Nº 1

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 718, de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados do Distrito Federal'.

Autores: Deputados Silvio Linhares e Jorge Cauhy"

ITEM Nº 2

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 537, de 1999, que 'institui o dia 13 de maio como feriado local na Região Administrativa de Sobradinho'.

Autor: Deputado Paulo Tadeu"

ITEM Nº 3

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 825, de 1999, que 'dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do Distrito Federal, e dá outras providências.'

Autor: Deputado Renato Rainha"

ITEM Nº 4

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 570, de 1999, que 'institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Rodrigo Rollemberg"

ITEM Nº 5

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 699, de 1999, que 'declara de utilidade pública a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC'.

Autor: Deputado Agrício Braga"

ITEM Nº 6

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 766, de 1999, que 'altera quantitativo de cargos das carreiras de fiscalização e inspeção, instituída pela Lei nº 39, de 06 de setembro de 1989, e administração pública, criada pela Lei nº 51, de 13 de novembro de 1989'. (Mens. nº 370/99- GAG).

Autor: Poder Executivo"

ITEM Nº 7

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 100, de 1999, que 'estabelece incentivos à prática do futebol amador no Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Paulo Tadeu"

ITEM Nº 8

"Discussão e votação, em 2º turno, Jo Projeto de Lei nº 33, de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do DF, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviço público, que operam em seu território, em atender os usuários dos seus serviços em tempo razoável, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Wilson Lima"

ITEM Nº 9

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 702, de 1995, que 'determina a habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes da fala ou de sua compreensão e dá outras providências'.

Autora: Deputada Maninha"

ITEM Nº 10

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 25, de 1999, que 'cria os cargos que especifica no Quadro de Servidores Efetivos

da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências'.

Autores: Deputados Benício Tavares, Gim Argello e Renato Rainha"

ITEM Nº 11

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 801, de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placa contendo informações relativas ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades e dá outras providências'.

Autor: Deputado Chico Floresta"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como estão, os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Estão aprovados com a presença de 15 Parlamentares.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 718, de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados do Distrito Federal'.

Autores: Deputados Silvio Linhares e Jorge Cauhy"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 537, de 1999, que 'institui o dia 13 de maio como feriado local na Região Administrativa de Sobradinho'.

Autor: Deputado Paulo Tadeu"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 825, de 1999, que 'dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do Distrito Federal, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Renato Rainha"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 570, de 1999, que 'institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Rodrigo Rollemberg"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 699, de 1999, que 'declara de utilidade pública a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC'.

Autor: Deputado Agrício Braga"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 766, de 1999, que 'altera quantitativo de cargos das carreiras de fiscalização e inspeção, instituída pela Lei nº 39, de 6 de setembro de 1989, e administração pública, criada pela Lei nº 51 de 13 de novembro de 1989. (Mens. nº 370/99- GAG)'.

Autor: Poder Executivo"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 100, de 1999, que 'estabelece incentivos à pratica do futebol amador no Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Paulo Tadeu"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 33, de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas, das repartições e dos hospitais públicos do DF, bem como dos cartórios, das agências bancárias e das concessionárias de serviço público, que operam em seu território, em atender os usuários dos seus serviços em tempo razoável, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Wilson Lima"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 702, de 1995, que 'determina a habilitação de servidores públicos do Distrito Federal para interpretação da expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos deficientes da fala ou de sua compreensão e dá outras providências'.

Autora: Deputada Maninha"

"Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 1999, que 'cria os cargos que especifica no Quadro de Servidores Efetivos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências'.

Autores: Deputados Benício Tavares, Gim Argello e Renato Rainha"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 801, de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placa contendo informações relativas ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades e dá outras providências'.

Autor: Deputado Chico Floresta"

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos de lei vão à sanção.

O projeto de resolução vai à promulgação.

Item nº 12:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 368, de 1999, que 'fixa o galpão que especifica no Setor Central do Gama e dá outras providências.'

Autor: Deputado César Lacerda"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☑ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 14/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 2º turno PLC nº 368/99

Autor: Deputado (a): Cesar Lacerda ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	—				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	—				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				—	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	—				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	—				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	—				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				—	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				—	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				—	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	—				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				—	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				—	
DEPUTADA MANINHA - PT				—	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	—				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	—				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	—				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				—	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	—				

DEPUTADO XAVIER - PPB					
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT					
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD					
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB					
TOTAL					

ASSP

ASSP Nº ____/____ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

Item nº 13:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 811, de 1999, que 'estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do Programa de Promoção de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ-DF (Mens. nº 377/99- GAG).

Autor: Poder Executivo"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO 2º turno do PL nº 811/99

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL					
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL					
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS					
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB					
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB					
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB					
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT					
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB					
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL					
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT					
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC					
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT					
DEPUTADA MANINHA - PT					
DEPUTADO PAULO TADEU - PT					
DEPUTADO RAJÃO - PSDB					
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL					
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB					
DEPUTADO XAVIER - PPB					
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT					
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD					
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB					
TOTAL					

ASSP

ASSP Nº ____/____ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 368, de 1999, que 'fixa o galpão que especifica no Setor Central do Gama e dá outras providências'.

Autor: Deputado César Lacerda"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 811, de 1999, que 'estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do Programa de Promoção de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ-DF' (Mens. nº 377/99- GAG).

Autor: Poder Executivo"

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à sanção.

Item nº 14:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 590, de 1999, que 'concede remissão parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano, nas condições que especifica'.

Autor: Deputado Wasny de Roure"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☐ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/11/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 2º turno PL nº 590/99.

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL					
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL					
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS					
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB					
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB					
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB					
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT					
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB					
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL					
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT					
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC					
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT					
DEPUTADA MANINHA - PT					
DEPUTADO PAULO TADEU - PT					
DEPUTADO RAJÃO - PSDB					
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL					
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB					

DEPUTADO XAVIER - PPB					
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT					
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD					
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB					
TOTAL					

ASSP

ASSP
Nº ____/____
Fls.
Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 590, de 1999, que 'concede remissão parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano, nas condições que especifica'.

Autor: Deputado Wasny de Roure"

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado que esta será a última vez que votarei em projeto de Deputado que não se encontra presente em plenário durante a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Esta Presidência agradece a compreensão de V.Exa.

Item nº 15:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 436, de 1998, que 'amplia o módulo C da área especial sito na EQNP 26/30 da RA de Ceilândia - DF e dá outras providências'.

Autor: Deputado Xavier"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 2º turno do PLC nº 436/98

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL					
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL					
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS					
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB					
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB					
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB					
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT					
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB					
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL					
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT					
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB					
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC					
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT					
DEPUTADA MANINHA - PT					
DEPUTADO PAULO TADEU - PT					
DEPUTADO RAJÃO - PSDB					
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL					
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB					
DEPUTADO XAVIER - PPB					
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT					
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD					
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB					
TOTAL					

ASSP

ASSP
Nº ____/____
Fls.
Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA (PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar as palavras do Deputado Renato Rainha e dizer que só votarei, da próxima vez, quando o autor do projeto estiver presente em sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 436, de 1998, que 'amplia o módulo C da área especial sito na EQNP 26/30 da RA de Ceilândia - DF e dá outras providências.'

Autor: Deputado Xavier"

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 16:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.433, de 1996, que 'isenta de pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA - e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos', em tramitação conjunta com os Projetos de Lei nº 2.654, de 1997, que 'dispõe sobre a isenção do pagamento de IPVA dos veículos furtados ou roubados e dá outras providências', de autoria do Deputado Renato Rainha, e nº 817, de 1999, que 'concede remissão de débitos relativos ao IPVA para os proprietários de veículos roubados, furtados ou sinistrados nos exercícios de 1994 a 1999, e dá outras providências', de autoria do Executivo local (Mens. nº 385/99 - GAG).

Autor: Deputado Xavier"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os projetos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☒ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO 1ª turno do PL nº 2433/96

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	✓				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	✓				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				✓	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	✓				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	✓				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	✓				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				✓	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				✓	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				✓	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	✓				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	✓				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	✓				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				✓	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				✓	
DEPUTADA MANINHA - PT				✓	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	✓				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	✓				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	✓				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				✓	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	✓				
DEPUTADO XAVIER - PPB	✓				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	✓				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	✓				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	✓				
TOTAL	16			8	

ASSP

ASSP Nº ____/____ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 2.433, de 1996, que 'isenta de pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA - e de multas os proprietários de veículos automotores roubados, furtados ou extorquidos', em tramitação conjunta com os Projetos de Lei nº 2.654/97, que 'dispõe sobre a isenção do pagamento de IPVA dos veículos furtados ou roubados, e dá outras providências', de autoria do Deputado Renato Rainha, e nº 817, de 1999, que 'concede remissão de débitos relativos ao IPVA para os proprietários de veículos roubados, furtados ou sinistrados nos exercícios de 1994 a 1999 e dá outras providências', de autoria do Executivo local (Mens. nº 385/99 - GAG).

Autor: Deputado Xavier"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Passaremos à apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM Nº 17

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 381, de 1999, que "dispõe sobre a alteração na Norma de Edificação, Uso e Gabarito NBG 101/93'.

Autor: Deputado Benício Tavares"

ITEM Nº 18

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 1999, que 'dispõe sobre a desafetação e a destinação da área que especifica, na Região Administrativa de Taguatinga - RA-III, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Gim Argello"

ITEM Nº 19

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999, que 'altera a destinação de uso do lote que menciona, na QN 320, de Samambaia, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Tatico"

ITEM Nº 20

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 445, de 1998 que 'cria o Parque Ecológico e Vivencial Dom Bosco e dá outras providências', em tramitação conjunta com o Projeto de Lei Complementar nº 323, de 1999, que "Dá nova redação ao art. 1º da Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, que criou o Parque Ecológico Dom Bosco, e adota outras providências", de autoria do Executivo local.

Autora: Deputada Lucia Carvalho"

ITEM Nº 21

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 383, de 1999, que 'altera a Lei Complementar nº 228, de 5 de julho de 1999, que '*dispõe sobre o uso, altera o gabarito e as normas de edificação dos lotes A a F, da Área Especial nº 2, dos lotes A a L da Área Especial nº4 e dos lotes 1 a 11 da Área Especial nº 6, Guará II, na Região Administrativa do Guará - RA-X*'.

Autor: Deputado Renato Rainha"

ITEM Nº 22

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 370, de 1999, que "dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nº 18.244, de 13 de maio de 1997, e nº 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências' (Mens. nº 375/99 - GAG).

Autor: Poder Executivo"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os projetos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☐ Ordinária
☒ Extraordinária

Em Bloco

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/11/99

ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO

VOTAÇÃO 2ª turno PLC nºs 381/99, 044/99, 384/99, 445/99, 383/99 e 370/99

Autor: Deputado (a): Vários Deputados ☐ Executivo

Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	+				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	+				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				+	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	+				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	+				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	+				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				+	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				+	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				+	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	+				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	+				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	+				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				+	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				+	
DEPUTADA MANINHA - PT				+	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	+				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	+				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	+				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				+	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	+				
DEPUTADO XAVIER - PPB	+				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT				+	
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	+				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	+				
TOTAL	15			9	

ASSP

ASSP Nº ____/____ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Estão aprovados.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 381, de 1999, que 'dispõe sobre a alteração na Norma de Edificação, Uso e Gabarito NBG 101/93'.

Autor: Deputado Benício Tavares"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 1999, que 'dispõe sobre a desafetação e a destinação da área que especifica, na Região Administrativa de Taguatinga - RA-III, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Gim Argello"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 384, de 1999, que 'altera a destinação de uso do lote que menciona, na QN 320, de Samambaia, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Tatico"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 445, de 1999 que 'cria o Parque Ecológico e Vivencial Dom Bosco, e dá outras providências', em tramitação conjunta com o Projeto de Lei Complementar nº 323, de 1999, que "Dá nova redação ao art. 1º da Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, que criou o Parque Ecológico Dom Bosco, e adota outras providências", de autoria do Executivo local.

Autora: Deputada Lucia Carvalho"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 383, de 1999, que 'altera a Lei Complementar nº 228, de 5 de julho de 1999, que '*dispõe sobre o uso, altera o gabarito e as normas de edificação dos lotes A a F da Área Especial nº 2, dos lotes A a L da Área Especial nº4 e dos lotes 1 a 11 da Área Especial nº 6, Guará II, na Região Administrativa do Guará - RA-X*'.

Autor: Deputado Renato Rainha"

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 370, de 1999, que "dispõe sobre a instituição de condomínios por unidades autônomas nos termos do art. 8º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para regularização da ocupação dos lotes definidos nos Decretos nº 18.244, de 13 de maio de 1997, e nº 19.740, de novembro de 1998, integrantes dos programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências' (Mens. nº 375/99 - GAG).

Autor: Poder Executivo"

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à sanção.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como temos apenas dois PDLs para serem votados, solicito a V.Exa, que inclua na pauta desta sessão extraordinária o Projeto de Lei nº 52/99, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, e o Projeto de Lei nº 134, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Esta Presidência tem de ser justa, portanto, acata a solicitação de V.Exa. Comunico aos Parlamentares que concedo dois minutos para que enviem os projetos a esta Mesa.

Peço aos Parlamentares que não se ausentem da sessão, porque há um projeto que necessita de dezesseis votos para ser aprovado.

Item nº 23:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 800, de 1999, que 'autoriza o Poder Executivo a conceder isenção dos impostos que especifica e dá outras providências' (Mens. 374/99 - GAG).

Autor: Poder Executivo

Relatores: Deputado Wilson Lima - CCJ

Deputado Daniel Marques - CEOF"

Foram apresentadas quatro emendas de segundo turno.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Aditiva nº 4, ao Projeto de Lei nº 800/99, que "autoriza o Poder Executivo a conceder isenção dos impostos que especifica e dá outras providências", de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado César Lacerda que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Aditiva nº 4, ao Projeto de Lei nº 800, de 1999, que "autoriza o Poder Executivo a conceder isenção dos impostos que especifica e dá outras providências".

Somos pela aprovação da referida emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 800/99. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ☐ Ordinária ☑ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO Data: 19/10/99
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO
VOTAÇÃO em 2º turno do PL nº 800/99

Autor: Deputado (a): ☐ Executivo
Relator: Deputado (a):

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGRÍCIO BRAGA - PL	—				
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	—				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				—	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	—				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	—				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	—				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				—	
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB				—	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PFL				—	
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT	—				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	—				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				—	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT				—	
DEPUTADA MANINHA - PT				—	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	—				
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	—				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	—				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				—	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	—				
DEPUTADO XAVIER - PPB	—				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	—				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	—				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	—				
TOTAL					

ASSP

ASSP Nº ___/___ Fls. Nº

SECRETÁRIO

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 800, de 1999, que 'autoriza o Poder Executivo a conceder isenção dos impostos que especifica e dá outras providências'.

Autor: Poder Executivo"

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 24:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.099, de 1998, que 'regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros ou bens (táxis), disciplinando a permissão para sua exploração e dá outras providências', em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 207, de 1999, que 'dispõe sobre a criação e a implantação de modalidade especial de serviço de transporte individual e coletivo de passageiros ou bens (táxis e radiotáxis) no DF, e dá outras providências, de autoria do Deputado Wilson Lima.

Autor: Deputado Manoelzinho"

Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 4.099, de 1999, que 'regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros ou bens (táxis), disciplinando a permissão para sua exploração e dá outras providências', em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 207/99, que 'dispõe sobre a criação e a implantação de modalidade especial de serviço de transporte individual e coletivo de passageiros ou bens (táxis e radiotáxis) no DF, e dá outras providências', de autoria do Deputado Wilson Lima.

Autor: Deputado Manoelzinho"

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Atendendo à solicitação dos Srs. Parlamentares, apreciaremos em bloco os projetos de decreto legislativo para outorga de títulos de Cidadão

Honorário.

Item extrapauta:

"Discussão e votação, em bloco, dos seguintes projetos:

'Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 1999, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que *concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Maria de Lourdes Abadia*';

'Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1999, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Carlos Mário da Silva Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal*';

'Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1999, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Giuseppe Rinaldi*';

'Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 1999, de autoria do Deputado Chico Floresta, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília, post mortem, ao jornalista, professor e ex-Senador Pompeu de Souza*';

'Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 1998, de autoria do Deputado José Edmar, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Vera Márcia Anjo de Brito*';

'Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1999, de autoria do Deputado Alírio Neto, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao rotariano Sr. José Silvano Portes*';

'Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1999, de autoria do Deputado Silvio Linhares, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Arlécio Alexandre Gazal*';

'Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1999, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ney Carneiro*';

'Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1999, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Maestro Emílio Cesar de Carvalho*';

'Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1999, de autoria do Deputado Xavier, que *concede o título de Cidadão Honorário de Brasília, post mortem, ao Sr. Jorge Pelles*';

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Anilcéia Machado, que indique relator para a matéria.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO – Sr. Presidente, eu indico o Deputado Benício Tavares.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos PDLs nºs 9/99, 52/99, 56/99, 60/99, 107/99, 118/99, 122/99, 132/99, 134/99 e 421/98.

No âmbito desta Comissão, somos de parecer favorável à aprovação dos referidos projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em bloco, os PDLs nºs 9/99, 52/99, 56/99, 60/99, 107/99, 118/99, 122/99, 132/99, 134/99 e 421/98. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Estão aprovados com a presença de 13 Parlamentares.

As matérias seguem a tramitação regimental.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PTB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tendo em vista que alguns Deputados não incluíram na pauta desta sessão os seus projetos de decreto legislativo, solicito a V.Exa. que possibilite essa inclusão na pauta da próxima sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência acata a solicitação de V.Exa., Deputado Benício Tavares, e convocará uma sessão extraordinária para a votação dos projetos de decreto legislativo que não foram votados nesta sessão.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que seja incluído o PDL do Deputado Rajão que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador José Sarney". S.Exa. me entregou o PDL, mas sumiu e a cópia está em seu gabinete, já trancado.

Eu gostaria que ele fosse incluído na pauta de hoje para votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência acata a solicitação do Deputado César Lacerda e convocará sessão extraordinária para votar os PDLs que não foram votados hoje.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h29min.)

Leis

LEI Nº 2.481, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999
(Autor do Projeto: Deputado Distrital João de Deus)

Dispõe sobre medidas de segurança e apoio pessoal em favor de ex-Governador do Distrito Federal.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, o Governador do Distrito Federal, nos termos do § 3° do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sancionou, e eu, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma do § 6° do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° O Governador do Distrito Federal, terminado seu mandato, tem direito a utilizar no âmbito do Distrito Federal e entorno os serviços de quatro servidores, para atividade de segurança e apoio pessoal, bem como um veículo oficial de serviço com motorista durante o período de dois mandatos subseqüentes ao seu.

Art. 2° Para atendimento do disposto no artigo anterior, ficam criados no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, na Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal os seguintes cargos:

I - 01 (um) Cargo de Natureza Especial - CNE 05, de Assessor Especial de Segurança e Apoio do ex-Governador;

II - 03 (três) Cargos do Grupo Distrito Federal Assessoramento, símbolo DFA-10 de Assessores de Segurança.

Art. 3° Os servidores a que se refere esta Lei serão de livre indicação do ex-Governador do Distrito Federal.

Art. 4° Os cargos de que trata o art. 2°, I e II, são considerados para todos os efeitos legais como de natureza policial militar ou bombeiro militar.

Art. 5° Correrão à conta das dotações orçamentárias do Distrito Federal as despesas decorrentes do atendimento a ex-Governador, nos termos desta Lei.

Art. 6° O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1999

Deputado EDIMAR PIRENEUS
Presidente

LEI N° 2.482, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999
(Autor do Projeto: Deputado Distrital Rodrigo Rollemberg)

Institui o Dia do Ecumenismo no Distrito Federal.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, o Governador do Distrito Federal, nos termos do § 3° do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sancionou, e eu, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma do § 6° do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Distrito Federal, o Dia do Ecumenismo, a ser comemorado em 21 de outubro.

Parágrafo único. A data mencionada no *caput* passará a constar do Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.

Art. 2° O Poder Executivo tomará as medidas acessórias à implantação e divulgação da presente Lei.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1999

Deputado EDIMAR PIRENEUS
Presidente

Redação Final

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 203, DE 1999

REDAÇÃO FINAL

Concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Doutora Mariza Rodrigues Naves e Ribeiro.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1° Fica concedido o título de Cidadã Honorária de Brasília à Doutora Mariza Rodrigues Naves e Ribeiro.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 1999.

Comissões

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Obs.: De acordo com o Art. 65, do RI/CLDF, as Sessões Ordinárias serão realizadas às segundas, terças, quartas e quintas-feiras.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

A) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- **PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA n° 22/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) PAULO TADEU, que *acrescenta o parágrafo 6° ao art. 117 da Lei Orgânica do Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 23/11/99 — **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE RESOLUÇÃO n° 030/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) GIM ARGELLO, que *dispõe sobre a implantação da Ouvidoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 16/11/99 — **Último Dia:** 24/11/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 218/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) CHICO FLORESTA, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador LAURO ALVARES DA SILVA CAMPOS.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 16/11/99 — **Último Dia:** 24/11/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 219/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ANILCÉIA MACHADO, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Ministro JOÃO PIMENTA DA VEIGA FILHO.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 16/11/99 — **Último Dia:** 24/11/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 220/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ANILCÉIA MACHADO, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor GERALDO SANTOS.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 16/11/99 — **Último Dia:** 24/11/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 221/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ALÍRIO NETO, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor HÉLIO FERREIRA DAS CHAGAS.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 16/11/99 — **Último Dia:** 24/11/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 226/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) XAVIER, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor NELSON TADEU FILIPPELLI.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 23/11/99 — **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 227/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) JORGE CAUHY, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor JOSÉ JÉZER DE OLIVEIRA.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 23/11/99 — **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 228/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RENATO RAINHA, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília, "post mortem", ao ex-presidente JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 23/11/99 — **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 229/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RODRIGO ROLLEMBERG, que *concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao músico ALEXANDRE TADEU SILVA.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 23/11/99 — **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 230/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) SILVIO LINHARES, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor cantor e compositor JOÃO BOSCO DE FREITAS MUCCI.*

PRAZO PARA EMENDAS — **1° Dia:** 23/11/99 — **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n° 231/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RENATO RAINHA, que *concede o Título de*

Cidadã Honorária de Brasília, post mortem, à Dona SARAH KUBITSCHEK.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 232/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ALÍRIO NETO, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à Professora MARTHA ROCHAEL FRANÇA.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 233/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RODRIGO ROLLEMBERG, que *concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à neuropsicóloga, Dra. LÚCIA WILLADINO BRAGA.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 234/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) AGRÍCIO BRAGA, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor ALCEMIR PINHEIRO RIBEIRO.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 235/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ANILCÉIA MACHADO, que *concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Doutora LÚCIA WILLADINO BRAGA.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 236/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) XAVIER, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor LUIZ EINAR NERI SOLANO.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 374/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) DANIEL MARQUES, que *desafeta e incorpora à Área Especial nº 10, da Região Administrativa Planaltina (RA VI) a área que especifica.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 415/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) CÉSAR LACERDA, que *dispõe sobre a desafetação da área que especifica em Taguatinga – Região Administrativa III e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 416/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) LUCIA CARVALHO, que *dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 417/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *desafeta a área que menciona, na Região Administrativa do Gama – RA II, para instalação de atividades industriais, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 418/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *desafeta a área que menciona, na Região Administrativa do Gama – RA II, para instalação de atividades industriais, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 419/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *desafeta a área que menciona, na Região Administrativa do Gama – RA II, para instalação de atividades industriais, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 420/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *desafeta a área que menciona, na Região Administrativa do Gama – RA II, para instalação de atividades industriais, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 421/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *desafeta as áreas que menciona, na Área Especial nº 2, do Setor Leste do Gama – RA II, no Distrito Federal, para acréscimo de área ao lote pertencente à Mitra Diocesana do Distrito Federal, Paróquia de São Sebastião, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 422/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *desafeta a área que menciona, na Região Administrativa do Gama – RA II, para instalação de atividades industriais, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 423/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *desafeta a área que menciona, na Região Administrativa do Gama – RA II, para instalação de atividades religiosas, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 424/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *desafeta a área que menciona, na Praça 02 do Setor Central do Gama – RA II, no Distrito Federal, para acréscimo de área ao lote pertencente à Mitra Diocesana do Distrito Federal, Paróquia Imaculada Conceição, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 425/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) XAVIER, que *dispõe sobre a desafetação e a destinação da área que especifica na Quadra 29 do Setor Leste, na Região Administrativa do Gama – RA II e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 426/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) CHICO FLORESTA, que *assegura aos adquirentes de boa-fé de lotes situados em condomínios inabilitados pelo Governo do Distrito Federal o direito de preferência na aquisição de imóveis públicos disponibilizados nos Setores Habitacionais criados pela Lei nº 1823, de 13 de janeiro de 1998, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 427/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ALÍRIO NETO, que *dispõe sobre a desafetação de bem de uso comum do povo, para os fins que especifica e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 428/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) MARIA JOSÉ - Maninha, que *autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a alienar o Lote A da Entrequadra 214/215 Norte, da Região Administrativa de Brasília, RA I.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 892/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RENATO RAINHA, que *dispõe sobre a indicação de integrantes das Polícias Civil e Militar, e do Corpo de Bombeiros Militar para o curso que especifica, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 893/99,** de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RENATO RAINHA, que *dispõe sobre a área destinada ao comércio de ambulantes de Taguatinga, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 894/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) JOSÉ RAJÃO, que *torna obrigatória a parada dos ônibus de transporte coletivo onde o passageiro solicitar, nos horários que especifica, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 895/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) JOSÉ RAJÃO, que *reserva 5% das vagas em creches para crianças portadoras de deficiências, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 896/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RENATO RAINHA, que *altera a Lei nº 860, de 13 de abril de 1995, que "Dispõe sobre o parcelamento dos créditos de natureza tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 898/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) BENÍCIO TAVARES, que *assegura áreas nas salas de projeções e teatros que facilitem às pessoas portadoras de necessidades especiais e usuárias de cadeiras de rodas e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 899/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) BENÍCIO TAVARES, que *assegura o direito dos deficientes auditivos de serem atendidos nas repartições públicas do Distrito Federal por meio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 900/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) BENÍCIO TAVARES, que *dispõe sobre o direito dos familiares dos pacientes internados em UTI, Unidade de Tratamento Intensivo, de obterem informações sobre o estado do paciente por meio de boletim médico e este possa ser devidamente explicado por profissional capacitado.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 901/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) BENÍCIO TAVARES, que *dispõe sobre a prioridade no atendimento nas creches às crianças portadoras de necessidades especiais e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 902/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) BENÍCIO TAVARES, que *determina à autoridade policial e aos órgãos de segurança pública a busca imediata de pessoa desaparecida menor de dezesseis anos ou pessoa de qualquer idade portadora de deficiência física, mental e sensorial e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 903/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) BENÍCIO TAVARES, que *assegura aos portadores de necessidades especiais e usuários de cadeiras de rodas a instalação de telefones públicos, conhecidos como "orelhões", em todos os logradouros públicos do Distrito Federal, em altura que possibilite o uso pelos mesmos e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 904/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) EDIMAR PIRENEUS, que *dispõe sobre a instalação de equipamentos de segurança em cinemas, teatros, casas de shows e correlatos.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 907/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) PAULO TADEU, que *disciplina o tráfego do transporte coletivo na Avenida Comercial e na Avenida Sandu, de Taguatinga.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 16/11/99
Último Dia: 24/11/99

- **PROJETO DE LEI nº 913/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) JORGE CAUHY, que *dispõe sobre a inclusão do "Dia do Nascituro" no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 914/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WASNY DE ROURE, que *institui linha de crédito no Banco de Brasília S/A com a finalidade que especifica e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 917/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *altera a Lei Complementar nº 220, de 08 de junho de 1999 que "desafeta a área que menciona, no Setor Leste Industrial da Região Industrial da Região Administrativa do Gama – RA II, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 918/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) WILSON LIMA, que *dispõe sobre o exame antidopping para estudante-atleta de escolas da rede de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 919/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RODRIGO ROLLEMBERG, que *dispõe sobre a desativação do "Lixão da Estrutural" e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 920/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) LUCIA CARVALHO, que *assegura aos deficientes auditivos atendimento na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 921/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) GIM ARGELLO, que *denomina "Estação DOM BOSCO" a estação do Metrô localizada na Rodoviária de Brasília.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 922/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) GIM ARGELLO, que *altera dispositivo da Lei Nº 901, de 22 de agosto de 1995, que regulamenta a utilização de áreas públicas do Distrito Federal por traillers, quiosques e similares e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 923/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) PAULO TADEU, que *dispõe sobre a priorização de gestantes, idosos e portadores de deficiência no atendimento em estabelecimentos comerciais, de serviços e similares, públicos e privados e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 924/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RENATO RAINHA, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de avisos sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 23/11/99
Último Dia: 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 925/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) JOÃO DE DEUS, que *dispõe sobre a veiculação de mensagens que especifica e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS **1º Dia:** 23/11/99 **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 926/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) XAVIER, que *dispõe sobre a criação da Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS **1º Dia:** 23/11/99 **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 927/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ANILCÉIA MACHADO, que *estabelece condições para os trabalhos com produtos de dedetização e outros métodos de higienização química e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS **1º Dia:** 23/11/99 **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 928/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ANILCÉIA MACHADO, que *dispõe sobre folga compensatória dos servidores que menciona.*

PRAZO PARA EMENDAS **1º Dia:** 23/11/99 **Último Dia:** 01/12/99

- **PROJETO DE LEI nº 929/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ANILCÉIA MACHADO, que *dispõe sobre a reserva de enfermaria nos hospitais públicos nos casos que menciona.*

PRAZO PARA EMENDAS **1º Dia:** 23/11/99 **Último Dia:** 01/12/99

B) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

- **PROJETO DE LEI nº 116/99**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) BENÍCIO TAVARES, que *dá a denominação de Setor Residencial LUIZ ESTEVÃO ao Projeto de Renovação Urbana do Centro de Samambaia, de que trata a Lei Complementar nº 204/99.*

PRAZO PARA EMENDAS **1º Dia:** 24/11/99 **Último Dia:** 02/12/99

NOTA: Os prazos para EMENDAS poderão ser alterados em virtude da não realização de algumas Sessões previstas. Os prazos alterados aparecem com data em negrito.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

RESULTADO DE PAUTA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TERCEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - 22.11.99.

I - COMUNICADOS:

01. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 052/99
Altera a destinação do lote que especifica na cidade do Gama - RA II, e dá outras providências.
AUTOR: Dep. César Lacerda
RELATOR DO VENCIDO: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: CONTRÁRIO
RESULTADO: *Proferido apenas a leitura do parecer*

02. PROJETO DE LEI Nº 3817/98
Dispõe sobre o transporte de servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União e do Distrito Federal, pelos transportadores autônomos, e dá outras providências.
AUTOR: Dep. Renato Rainha
RELATOR DO VENCIDO: Dep. Wilson Lima
PARECER: CONTRÁRIO
RESULTADO: *Proferido apenas a leitura do parecer*

03. PROJETO DE LEI Nº 116/99
Dá a denominação de Setor Residencial Luiz Estevão ao Projeto de Renovação Urbana do Centro de Samambaia, de que trata a Lei Complementar nº 204/99.
AUTOR: Dep. Benício Tavares
RELATOR DO VENCIDO: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: *Proferido apenas a leitura do parecer*

04. DECLARADOS PREJUDICADOS:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 208/99
Autoriza o fechamento com grades das áreas verdes frontais e laterais das edificações de habitação coletiva do Guará - RA X.
AUTOR: Dep. Renato Rainha

PROJETO DE LEI Nº 1887/96
Dispõe sobre o registro imobiliário dos lotes da Vila Planalto, localizada na Região Administrativa - RA I
AUTOR: Dep. Tadeu Felipelli

PROJETO DE LEI Nº 3954/98
Autoriza a permissão de serviço público e dá outras providências.
AUTOR: Dep. Jorge Cauhy e outros

PROJETO DE LEI Nº 419/99
Dispõe sobre a abertura dos espaços de lazer das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal nos finais de semana e dá outras providências.
AUTOR: Dep. Rodrigo Rollemberg

II - MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

01. PROJETO DE LEI Nº 264/99
Dispõe sobre a obrigatoriedade de convocação de plebiscito antes da deflagração de qualquer processo de privatização das empresas públicas e sociedades de economia mista do complexo administrativo do Distrito Federal.
AUTOR: Dep. Chico Floresta
RELATOR: Dep. Wilson Lima
PARECER: CONTRÁRIO
RESULTADO: *Aprovado Voto em Separado do Dep. Alírio Neto Favorável, sendo rejeitado o parecer contrário*

02. PROJETO DE LEI Nº 282/99
Dispõe sobre a concessão de hora extra trabalhada aos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal.
AUTOR: Dep. João de Deus
RELATOR: Dep. Paulo Tadeu
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

03. PROJETO DE LEI Nº 286/99
Dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação de Testes de Orientação Vocacional aos alunos do 3º ano do segundo grau das escolas públicas e particulares do Distrito Federal.
AUTOR: Dep. Renato Rainha
RELATOR: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

04. PROJETO DE LEI Nº 293/99
Cria o Festival Brasiliense de Música Popular Brasileira - FEBRAMP.
AUTOR: Dep. Sílvio Linhares
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO
RESULTADO: APROVADO

05. PROJETO DE LEI Nº 298/99
Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais públicos, particulares e clínicas que realizem cirurgias no âmbito do Distrito Federal a instalarem sistemas de energização e iluminação de emergência do tipo "no break".
AUTOR: Dep. Paulo Tadeu
RELATOR: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO
RESULTADO: APROVADO

06. PROJETO DE LEI Nº 300/99
Dá-se o nome de Praça do Berimbau à praça situada entre as Quadras QNL 28/30, em Taguatinga - RA III.
AUTORES: Dep. Renato Rainha e Wasny de Roure
RELATOR: Dep. Benício Tavares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

07. PROJETO DE LEI Nº 301/99
Assegura ao público consumidor o direito de consultar nas farmácias e drogarias do Distrito Federal o Dicionário de Especialidades Médicas - DEF, para conhecer o nome genérico dos medicamentos, e dá outras providências.
AUTOR: Dep. Rodrigo Rollemberg
RELATOR: Dep. Wilson Lima
PARECER: FAVORÁVEL COM EMENDAS
RESULTADO: APROVADO

08. PROJETO DE LEI Nº 308/99
Dispõe sobre a inclusão do projeto "Paz Para a Cidade", no calendário de eventos do Distrito Federal.
AUTOR: Dep. Jorge Cauhy
RELATOR: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

09. PROJETO DE LEI Nº 315/99
Torna obrigatória a contratação de portadores de deficiência, nos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional dos Poderes Legislativo e Executivo do Distrito Federal, nos casos que especifica, fixa percentual, e dá outras providências.
AUTOR: Dep. Benício Tavares
RELATOR: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO:APROVADO

10. PROJETO DE LEI Nº 320/99
Determina a instalação de cestos de lixo em frente a estabelecimentos comerciais.
AUTOR: Dep. Agrício Braga
RELATOR: Dep. Wilson Lima
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

11. PROJETO DE LEI Nº 326/99
Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços de segurança e/ou de vigilância armada a fornecer coletes a prova de bala aos seus funcionários.
AUTOR: Dep. João de Deus
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: FAVORÁVEL A MATÉRIA E A EMENDA MODIFICATIVA Nº1
RESULTADO: APROVADO

12. PROJETO DE LEI Nº 336/99
Dispõe sobre a colocação de avisos nos estabelecimentos comerciais que utilizam forno de microondas.
AUTOR: Dep. Renato Rainha
RELATOR: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

13. PROJETO DE LEI Nº 357/99
Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de cursos na rede hospitalar à mulher gestante sobre atendimentos emergências à criança de 0 a 6 anos.
AUTORA: Dep. Anilcéia Machado
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

14. PROJETO DE LEI Nº 359/99
Altera o parágrafo único do art. 1º, da Lei 342, de 28 de outubro de 1992.
AUTOR: Dep. Edimar Pireneus
RELATOR: Dep. Benício Tavares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

15. PROJETO DE LEI Nº 376/99
Dispõe sobre a manutenção de detectores de metais em estádios de futebol e ginásios de esportes, e dá outras providências.
AUTORES: Dep. João de Deus e Renato Rainha
RELATOR: Dep. Wilson Lima
PARECER: FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO E DA SUBEMENDA MODIFICATIVA Nº 1
RESULTADO: APROVADO

16. PROJETO DE LEI Nº 421/99
Dispõe sobre a criação do Centro de Referência para Recuperação Nutricional de Crianças de 0 à 36 meses.
AUTORA: Dep. Anilcéia Machado
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

17. PROJETO DE LEI Nº 443/99
Dispõe sobre adequação da frota de veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal ao transporte das pessoas portadoras de necessidades especiais.
AUTOR: Dep. Benício Tavares
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

18. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 475/98
Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Milton Seligman.
AUTOR: Dep. César Lacerda
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

19. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 482/98
Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao jornalista e escritor Josué Sylvestre.
AUTORES: Dep. Wasny de Roure e Peniel Pacheco
RELATOR: Dep. Paulo Tadeu
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

20. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 083/99
Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao tenista brasileiro Gustavo Kuerten
AUTOR: Dep. Wilson Lima
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

21. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 095/99
Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Enos da Costa Palma.
AUTOR: Dep. Gim Argello
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

22. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 103/99
Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Marcelo de Araújo Melo.
AUTOR: Dep. Sílvio Linhares
RELATOR: Dep. Wilson Lima
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

23. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 114/99
Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Ivo de Magalhães.
AUTOR: Dep. Edimar Pireneus
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

24. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 125/97
Permite o parcelamento do período de gozo de férias dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências.
AUTOR: Dep. José Edmar
RELATOR: Dep. Renato Rainha
PARECER: CONTRÁRIO
RESULTADO: APROVADO

25. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 144/98
Altera a Resolução nº 117/96, que institui o "Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal", para filmes rodados no DF e inscritos no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.
AUTORA: Dep. Lúcia Carvalho
RELATOR: Dep. Renato Rainha
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

26. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/99
Institui o Diploma Mulher - Cidadã Chiquinha Gonzaga, e dá outras providências.
AUTORA: Dep. Maria José - Maninha
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

27. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/99
Altera o § 3º do artigo 215 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
AUTORES: Dep. Wilson Lima e outros
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

28. INDICAÇÃO Nº 800/97
Sugere ao Poder Executivo a realização de limpeza e a implantação de rede de águas pluviais na QN/01 da cidade-satélite de Riacho Fundo.
AUTOR: Dep. César Lacerda
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

29. INDICAÇÃO Nº 836/98
Sugere ao Governador do Distrito Federal a construção de uma quadra de esportes no Conjunto "F" da Quadra 02 do Setor Norte, da cidade do Gama.
AUTOR: Dep. César Lacerda
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

30. INDICAÇÃO Nº 837/98
Sugere ao Poder Executivo a construção de estacionamento à margem da Avenida dos Pioneiros, no Setor Sul do Gama.
AUTOR: Dep. César Lacerda
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

31. INDICAÇÃO Nº 06/99
Reivindica ao Senhor Secretário de Segurança Pública, que seja implantada uma seção específica para combate ao porte, uso e tráfico de substâncias entorpecentes nas Delegacias Circunscricionais do Distrito Federal.
AUTOR: Dep. Sílvio Linhares
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: FAVORÁVEL COM EMENDAS
RESULTADO: APROVADO

32. INDICAÇÃO Nº 09/99
Sugere ao Poder Executivo que conceda a gratuidade no uso de transportes coletivos do DF, por meio da concessão de passes estudantis, aos alunos de cursos de alfabetização de jovens a adultos oferecidos por organizações não governamentais legalmente reconhecidas.
AUTOR: Dep. Aguinaldo de Jesus
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

33. INDICAÇÃO Nº 010/99
Sugere ao Poder Executivo do DF a celebração de convênio entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude.
AUTOR: Dep. Agrício Braga
RELATOR: Dep. Renato Rainha
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

34. INDICAÇÃO Nº 020/99
Sugere ao ilustríssimo senhor Diretor-Geral do Departamento de Estrada e Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, a realização de obras de asfaltamento da VC-361 e da via que liga a DF-483 a VC-361, na Região Administrativa do Gama - RA II.
AUTOR: Dep. Benício Tavares
RELATOR: Dep. Wilson Lima
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

35. INDICAÇÃO Nº 022/99
Solicita ao Poder Executivo a construção do Centro de Desenvolvimento Social - CDS, da cidade de São Sebastião - Região Administrativa XIV.
AUTOR: Dep. José Rajão
RELATOR: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

36. INDICAÇÃO Nº 037/99
Sugere ao Governador do Distrito Federal a instalação de rede elétrica, na área de ocupação denominada DENOC, na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.
AUTOR: Dep. Edimar Pireneus
RELATORA: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

37. RECURSO Nº 063/98 (referente ao PL nº 2205/96)
Recorre contra a decisão do Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal em declarar prejudicado o PL 2205/96, conforme Declaração de Prejudicialidade publicada no DCL de 19 de dezembro de 1996.
AUTORA: Dep. Maria José - Maninha
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: CONTRÁRIO
RESULTADO: ***Retirado de pauta***

38. RECURSO Nº 02/99
Recurso contra a Declaração de Prejudicialidade do Requerimento nº 083/99.
AUTORA: Dep. Maria José - Maninha
RELATOR: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: CONTRÁRIO
RESULTADO: ***Retirado de pauta***

39. RECURSO Nº 03/99
Recurso contra a Declaração de Prejudicialidade do Requerimento nº 084/99.
AUTORA: Dep. Maria José - Maninha
RELATOR: Dep. Benício Tavares
PARECER: CONTRÁRIO
RESULTADO: ***Retirado de pauta***

40. REQUERIMENTO Nº 386/99
Requer Voto de Aplauso da Câmara Legislativa do Distrito Federal ao Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Juventude - UNICEF, pelo lançamento da Campanha "Criança no Lixo, Nunca Mais".
AUTOR: Dep. Chico Floresta
RELATOR: Dep. Wilson Lima
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

PROPOSIÇÕES EXTRA-PAUTA

01. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 087/99
Dispõe sobre a desafetação de área pública denominada Campo da Demabra e sua destinação para a construção de delegacia de polícia, no Núcleo Bandeirante - RA VIII.
AUTOR: Dep. Jorge Cauhy
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: ***Vistas ao Dep. Renato Rainha***

02. PROJETO DE LEI Nº 159/99
Destina área localizada entre as Estâncias Mestre D'Ármas III e IV, na Região Administrativa de Planaltina - RA VI, para construção de um Posto de Saúde.
AUTOR: Dep. Alírio Neto
RELATOR: Dep. Renato Rainha
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

03. PROJETO DE LEI Nº 249/99
Reconhece a Via Sacra de Sobradinho como evento oficial do Distrito Federal e dá outras providências.
AUTOR: Dep. Paulo Tadeu
RELATOR: Dep. Anilcéia Machado
PARECER: FAVORÁVEL COM AS EMENDAS MODIFICATIVA Nº 2 E SUPRESSIVA Nº 1, E REJEIÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA Nº 1
RESULTADO: APROVADO

04. PROJETO DE LEI Nº 257/99
Inclui a Festa da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima, de Sobradinho, no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal.
AUTOR: Dep. Paulo Tadeu
RELATOR: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

05. PROJETO DE LEI Nº 399/99
Institui o Programa Educacional de Materiais Recicláveis - PROEMAR nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus do Distrito Federal.
AUTOR: Dep. José Rajão
RELATOR: Dep. Wilson Lima
PARECER: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO
RESULTADO: APROVADO

06. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 067/99
Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao desportista Edson Arantes do Nascimento - "PELÉ"
AUTOR: Dep. Renato Rainha
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

07. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº074/99
Concede o título de Cidadão Honorário do Distrito Federal ao Senhor Jansen Fialho de Almeida.
AUTOR: Dep. Wilson Lima
RELATOR: Dep. Benício Tavares
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

08. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 219/99
Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Ministro João Pimenta da Veiga Filho.
AUTORA: Dep. Anilcéia Machado
RELATOR: Dep. Benício Tavares
PARECER ORAL: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

RESULTADO DE PAUTA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TERCEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - 22.11.99.

I - APROVADAS AS ATAS DAS 20ª, 21ª E 22ª REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS EM 11 E 25 DE OUTUBRO, E, 08 DE NOVEMBRO RESPECTIVAMENTE.

II - COMUNICADOS
Fez-se presente o Secretário de Turismo Lourival Zagonel dos Santos, para informar a respeito do Natal e Reveillon no âmbito do Distrito Federal.

III - MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

06. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 679/98
Estabelece percentuais para o parcelamento das ZI-5 e ZI-6, localizadas na Região Administrativa - V, Sobradinho.
AUTOR: Dep. Daniel Marques
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: ***Vistas à Dep. Anilcéia Machado***

08. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 784/98
Reserva área para construção do Clube de Vizinhança da EQN 104/105, da RA I - Plano Piloto, e dá outras providências.
AUTOR: Dep. José Edmar
RELATOR: Dep. Alírio Neto
PARECER: FAVORÁVEL COM EMENDA
RESULTADO: APROVADO

09. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 58/99
Altera a destinação de uso do lote que especifica da EQNL 9/11 de Taguatinga, Região Administrativa - III e dá outras providências.
AUTOR: Dep. José Edmar
RELATOR: Dep. Renato Rainha
PARECER: FAVORÁVEL COM EMENDAS
RESULTADO: APROVADO

Mesa Diretora

Atos da Mesa Diretora

ATO DA MESA DIRETORA Nº 118, DE 1999

Complementa os Atos da Mesa Diretora nºs 110 e 111/99.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o pagamento das inscrições dos Deputados Distritais nos eventos constantes dos Atos da Mesa Diretora nºs 110 e 111/99.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 1999

Deputado EDIMAR PIRENEUS
Presidente

Deputado GIM ARGELLO
Vice-Presidente

Deputado WASNY DE ROURE
Primeiro Secretário

Deputado DANIEL MARQUES
Segundo Secretário

Deputado BENÍCIO TAVARES
Terceiro Secretário

ATO DA MESA DIRETORA Nº 119, DE 1999

Concede diárias e passagens aéreas a Deputados Distritais

A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, o e que consta dos memorandos nºs 105/99-CF e 118/99-GWR

RESOLVE

Art. 1º - Conceder aos Deputados Wasny de Roure e Chico Floresta o pagamento de 05 (cinco) diárias, por ocasião de suas viagens para participarem do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, no período de 24 a 28 de novembro do corrente ano, bem como a concessão de passagens aéreas no trecho Brasília - Belo Horizonte - Brasília.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 1999

Deputado EDIMAR PIRENEUS
Presidente

Deputado GIM ARGELLO
Vice-Presidente

Deputado WASNY DE ROURE
Primeiro Secretário

Deputado DANIEL MARQUES
Segundo Secretário

Deputado BENÍCIO TAVARES
Terceiro Secretário

ATO DA MESA DIRETORA Nº 120, DE 1999

Autoriza a utilização dos serviços gráficos desta Casa para impressão de cartazes, folders e convites.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe foram conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a impressão de cartazes, folders e convites alusivos a "V SEMANA DE SEGURANÇA" promovido pela Coordenadoria de Segurança/Presidência desta Casa, de acordo com as solicitações efetuadas por meio dos memorandos Nº 673/99-CSEG e 676/99-CSEG.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 23 de novembro de 1999.

Deputado EDIMAR PIRENEUS
Presidente

Deputado GIM ARGELLO
Vice-Presidente

Deputado WASNY DE ROURE
Primeiro Secretário

Deputado DANIEL MARQUES
Segundo Secretário

Deputado BENÍCIO TAVARES
Terceiro Secretário

ATA DA 21ª REUNIÃO DA MESA DIRETORA COM LÍDERES DE PARTIDOS

Data: 16.11.99
Hora: 15:00h
Local: Sala de Reuniões da Presidência.
Deputados Presentes: Edimar Pireneus, Wasny de Roure, Daniel Marques, João de Deus, Maninha, Renato Rainha, Adão Xavier, Wilson Lima, Anilcéia Machado, Rodrigo Rollemberg, Alírio Neto, Aguinaldo de Jesus e José Edmar.

Assuntos da Pauta:

1) Proposta Orçamentária para o ano 2.000.

O prazo para entrega das emendas será até o dia 22/11/99 às 12,00 horas. A data para votar os relatórios dos sub-relatores será dia 06/12/99 às 14:30 horas. A data para votar o relatório geral será dia 13/12/99 às 14:30 horas.

A votação em Plenário será dia 15/12/99. O número de emendas por Parlamentar é de 20 emendas, sendo o teto por Parlamentar de R$ 4.000.000,00.

A Mesa somente poderá apresentar emenda que recomponha a Proposta Orçamentária da CLDF para o ano 2.000.

Nada mais havendo a tratar, eu, Arlecio Alexandre Gazal, Assessor Especial da Mesa Diretora – Presidência, lavro a presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Mesa Diretora presentes à reunião.

Sala de Reuniões, 16 de novembro de 1999.

Deputado EDIMAR PIRENEUS – Presidente

Deputado WASNY DE ROURE – 1º Secretário

Deputado DANIEL MARQUES – 2º Secretário

Deputado JOÃO DE DEUS – Líder do PDT

Deputada ADÃO XAVIER – Líder do PPB

Deputado WILSON LIMA – Líder do PSD

Deputada ANILCÉIA MACHADO – Líder do PSDB

Deputada MANINHA – Líder do PT

Deputado RENATO RAINHA – Líder do PL

Deputado RODRIGO ROLLEMBERG – Líder do PSB

Deputado ALÍRIO NETO – Líder do PPS

Deputado AGUINALDO DE JESUS – Líder do PFL

Deputado JOSÉ EDMAR – Líder do Governo

Deputado JORGE CAUHY – Líder do PMDB

Deputado César Lacerda – Líder do PTB

Gabinete da Mesa Diretora

ATA DA 12ª REUNIÃO DOS ASSESSORES ESPECIAIS DA MESA DIRETORA, DE 1999.

Data: 18/11/99.
Hora:09:30 Hs.
Local: Sala de Reuniões da Presidência.

Assuntos da Pauta:

01) Memorando nº 066/99-CEOF – Solicitação de reconstituição de proposições.

Deliberação: Aprovada a solicitação.

02) Reclamação da servidora Elzimar Ulisses Castrioto contra a Gerência do BRB.

Deliberação: Encaminhar ofício ao BRB, juntamente com a reclamação, para conhecimento e manifestação sobre o assunto.

03) Processo nº 1349/99 – A Segunda Secretaria solicita à Mesa Diretora deliberação quanto a aplicabilidade da Decisão constante do item 14 da Ata da Reunião da Mesa Diretora , publicada no DCL de 23/12/96 nas cotas mensais de ligações telefônicas, bem como a vigência da cota de R$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

Deliberação: A Decisão da Mesa Diretora, constante do item 14 da Ata publicada em 23/12/96, refere-se exclusivamente a cota telefônica para ligações interurbanas, sendo livres as ligações locais. A partir de dezembro de 1996 as cotas telefônicas interurbanas passaram a ser de R$300,00 (trezentos reais) mensais. As cotas a partir de janeiro de 1997 passaram a ser cumulativas dentro do mesmo exercício.

Nada mais havendo a tratar, eu, Arlecio Alexandre Gazal, Assessor Especial da Mesa Diretora – Presidência, lavro a presente Ata, que vai assinada pelos Assessores Especiais da Mesa Diretora presentes à reunião.

Brasília, 22 de novembro de 1999.

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência

IVO BORGES DE LIMA
Assessor Especial da Mesa/Vice-Presidência

EDGARDA SILVA F. FILHO
Assessor Especial da Mesa/ 1ª Secretaria

ARISTON ROCHA D. ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/ 2ª Secretaria

PAULO ROBERTO G. DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/ 3ª Secretaria

PORTARIA Nº 148 , DE NOVEMBRO DE 1999.

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo art. 1º, letra g, do Ato da Mesa Diretora nº 16, de 1997; Ato da Mesa Diretora nº 034, de 1993 e, conforme constam do memorando nº 199/99/FASCAL e do processo de nº 1.346/99.

RESOLVEM:

I - AUTORIZAR a prestação de serviços extraordinários, nos meses de novembro e dezembro de 1999, à servidora efetiva da CLDF, lotada no Fundo de Assistência à Saúde da CLDF - FASCAL, conforme quadro abaixo:

SERVIDOR	MATRÍCULA	HORÁRIO AUTORIZADO(dias)				Total de Horas autorizadas por servidor
		novembro/99		dezembro/99		
		02h	05h	02h	05h	
Sebastiana Teixeira da Silva	11.250-47	24,25, 28, 29 e 30	27	01,02,03 06,07,08,09 10,13,14,15 16,17,20, 21 e 22	04,11 e 18	62

II - O serviço em horário extraordinário de que trata a presente portaria fica limitado:

a) total de horas autorizadas por servidor;
b) cinco horas diárias, nos sábados, dias 27/11 e 04,11 e 18/12/99,

III - as horas extraordinárias efetivamente executadas serão comprovadas em folha de serviço extraordinário, devidamente atestadas pelo Gerente-Coordenador do FASCAL.

Brasília, 23 de novembro de 1999.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência

IVO BORGES LIMA
Assessor Especial da Mesa/Vice-Presidência

EDGAR DA SILVA FAGUNDES FILHO
Assessor Especial da Mesa/Primeira Secretaria

ARISTON ROCHA D. ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/Segunda Secretaria

PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/Terceira Secretaria

PORTARIA Nº 149 DE 23 DE novembro DE 1999.

O Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das suas atribuições que lhe foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97 e tendo em vista o que consta do Processo nº 02975/99,

RESOLVE:

AUTORIZAR a participação dos servidores **Angelino Rabelo dos Santos**, matrícula 11.463-48, Chefe do Setor de Pagamento, **Sidney Ribeiro de Paula**, matrícula 11.329-52, Assistente Técnico – Técnico de Administração e **Cleonice Duarte Batista**, matrícula 13.278-33, Agente de Apoio – Contínuo, no curso **Cálculos Trabalhistas**, a realizar-se no dia 23 de novembro de 1999, em Brasília- DF , com custeio de inscrição, sem prejuízo de sua remuneração.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência

IVO BORGES LIMA
Assessor Especial da Mesa/ Vice-Presidência

EDGAR DA SILVA FAGUNDES FILHO
Assessor Especial da Mesa/1ª Secretaria

ARISTON ROCHA DRUMON ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/2ª Secretaria

PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/ 3ª Secretaria

PORTARIA Nº 150 , DE NOVEMBRO DE 1999.

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo art. 1º, letra g, do Ato da Mesa Diretora nº 16, de 1997; Ato da Mesa Diretora nº 034, de 1993 e, conforme constam do memorando nº 052/99/DIL/DAC/SACT, de 25 de junho de 1999; do memo nº 019/CPI-DL, de 11 de maio de 1999 e do processo nº 2265/99,

RESOLVEM:

AUTORIZAR a prestação do serviço extraordinário, relativo ao mês de agosto/99, ao servidor, relacionado abaixo, que prestou serviços na CPI que apura possíveis irregularidades no sistema de distribuição de lotes a grupos organizados:

Servidor	Matrícula	Categoria	Hora extra normal
Manuel Júnior da Silva Sena	13.466-32	Assistente Legislativo	28h

Brasília, 23 de novembro de 1999.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência

IVO BORGES LIMA
Assessor Especial da Mesa/Vice-Presidência

EDGAR DA SILVA FAGUNDES FILHO
Assessor Especial da Mesa/Primeira Secretaria

ARISTON ROCHA D. ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/Segunda Secretaria

PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/Terceira Secretaria

PORTARIA nº 151, de 23 de novembro de 1999.

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da competência que lhes foi delegada pelo art. 1º do Ato da Mesa Diretora nº 16/97, com base nos incisos I e V do art. 103 da Lei nº 8.112/90, aplicada nesta Casa por força da Lei º 197/91 e do Ato da Mesa Diretora nº 97/97, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2.888/98-CLDF,

R E S O L V E M:

AVERBAR, na forma apurada pelo Setor de Recrutamento e Seleção, conforme delegado pelo Ato do Primeiro-Secretário nº 2/99, o tempo de serviço prestado pela servidora VALDENORA MARIA DE SOUSA PEREIRA, matrícula nº 11.940-40, ocupante do cargo efetivo de Agente de Apoio, categoria Auxiliar de Serviços Gerais/Copeiro, da seguinte forma: 122 dias de 02.01.80 a 02.05.80 à Cine Natal Diversões Ltda; 1.047 dias de 03.05.80 a 15.03.83 à Bento Leão e Companhia; 2.931 dias de 03.05.83 a 11.05.91 à Sanoli Indústria e Comércio de Alimentos Ltda; 225 dias de 25.08.93 a 22.12.93, de 15.03.94 a 15.04.94 e de 18.04.94 a 29.06.94 em contrato temporário na Fundação Educacional do Distrito Federal, totalizando 4.325 (quatro mil trezentos e vinte e cinco) dias, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, correspondentes a 11 (onze) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço exarada pelo INSS.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência

IVO BORGES LIMA
Assessor Especial da Mesa/Vice-Presidência

EDGAR DA SILVA FAGUNDES FILHO
Assessor Especial da Mesa/Primeira Secretaria

ARISTON ROCHA DRUMON ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/Segunda Secretaria

PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/Terceira Secretaria

PORTARIA Nº 152 , DE NOVEMBRO DE 1999.

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo art. 1º, letra g, do Ato da Mesa Diretora nº 16, de 1997; Ato da Mesa Diretora nº 034, de 1993 e, conforme constam do memorando nº 039/99-SPL e do processo de nº 3.035/99.

RESOLVEM:

I - AUTORIZAR a prestação de serviços extraordinários, nos meses de novembro e dezembro de 1999, aos servidores efetivos da CLDF, lotados no Setor de Protocolo Legislativo, conforme quadro abaixo:

Servidor	Matrícula	Horário Autorizado (dias)		Total de horas autorizadas por servidor
		novembro/99	dezembro/99	
		2h	2h	
Francisca Lúcia de Queiroz e Silva	12.647-33	24,25,26 27,28 29 e 30	01,02,03, 04,05 e 06	26
Gustavo Ponce de Leon S. Lago	11.301-74			26
Jean Marconi de Oliveira Carvalho	12.293-42			26
Maria Beatriz Sena Brignol	12.168-45			26
Maria Neide Pereira Salgado	11.710-57			26
Rita de Cássia Souza de Azevedo	13.266-40			26
Tales Aníbal Simões	12.234-58			26

II - O serviço em horário extraordinário de que trata a presente portaria fica limitado:

a) total de horas autorizadas por servidor;
b) duas horas diárias, nos sábados, dias 27/11 e 04/12, e nos domingos, dias 28/11 e 05/12.

III - as horas extraordinárias efetivamente executadas serão comprovadas em folha de serviço extraordinário, devidamente atestadas pelo Chefe da Divisão de Informação e Documentação Legislativa.

Brasília, 23 de novembro de 1999.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa/Presidência

IVO BORGES LIMA
Assessor Especial da Mesa/Vice-Presidência

EDGAR DA SILVA FAGUNDES FILHO
Assessor Especial da Mesa/Primeira Secretaria

ARISTON ROCHA D. ALBUQUERQUE
Assessor Especial da Mesa/Segunda Secretaria

PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa/Terceira Secretaria

DECISÃO Nº 453 /99

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento n.º 657/99, de autoria do Deputado Wasny de Roure que requer informações ao Diretor-Geral do DMTU sobre contratação de empresa mediante inexigibilidade de licitação.

Brasília, 23 de novembro de 1999.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 454 /99

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento n.º 651/99, de autoria do Deputado Wasny de Roure que requer informações ao Presidente da TERRACAP sobre o Consórcio LPS.

Brasília, 23 de novembro de 1999.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 455 /99

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento n.º 656/99, de autoria do Deputado Alírio Neto que requer informações ao Secretário de Saúde sobre reutilização de material hospitalar no Posto de Saúde do Lago Norte.

Brasília, 23 de novembro de 1999.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 456 /99

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento n.º 654/99, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores que requer informações à Secretária de Educação sobre pesquisas relacionadas ao Programa "Bolsa-Escola" e cópia do Programa "Sucesso no Aprender".

Brasília, 23 de novembro de 1999.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 457 /99

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 16/97, e na forma estabelecida pela Portaria nº 15/97, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento n.º 650/99, de autoria do Deputado Renato Rainha que requer informações ao Administrador Regional de Taguatinga sobre o cercamento da área que margeia quase toda Estrada Parque Estrutural, na área destinada a desenvolvimento econômico pelo Plano Diretor Local.

Brasília, 23 de novembro de 1999.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Assessor Especial da Mesa Diretora
Presidência

DECISÃO Nº 458 /99

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 102/95, e na forma estabelecida pela Portaria nº 001/95, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 647/99, de autoria da Bancada do PT, que requer a realização de Sessão Solene em homenagem aos 20 anos de criação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília.

Brasília, 23 de novembro de 1999.

PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa Diretora
Terceira Secretaria

DECISÃO Nº 459 /99

Os Assessores Especiais da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Ato da Mesa Diretora nº 102/95, e na forma estabelecida pela Portaria nº 001/95, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

Aprovar o Requerimento nº 612/99, de autoria da Sra. Deputada LÚCIA CARVALHO, que requer a realização de Sessão Solene para outorga do Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Sirlene de Araújo.

Brasília, 23 de novembro de 1999.

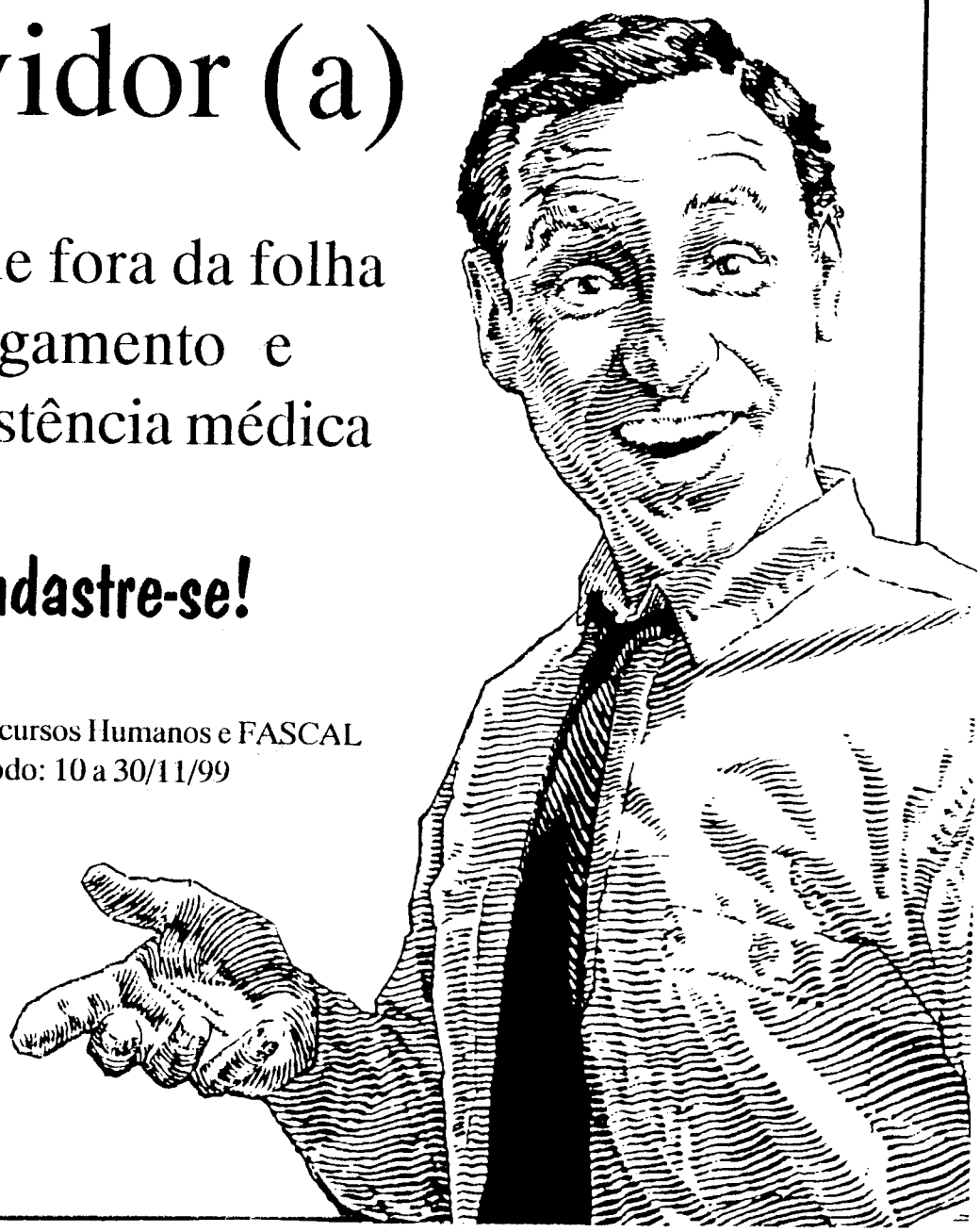
PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO
Assessor Especial da Mesa Diretora
Terceira Secretaria

Servidor (a)

Não fique fora da folha de pagamento e sem assistência médica

Recadastre-se!

Diretoria de Recursos Humanos e FASCAL
Período: 10 a 30/11/99



De 6 a 9 de dezembro de 1999

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

V SEMANA DE SEGURANÇA

Emissão de Carteira de Identidade, passaporte, título de eleitor; orientações sobre exame de DNA, porte de arma; atendimento pela DEFENSORIA PÚBLICA, DETRAN/DF, DEAM, APC, INMETRO, PROCON e exposições da POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL

Participação:

POLÍCIA CIVIL DO DF:
Instituto de Identificação/II
Academia de Polícia Civil/APC
Divisão de Operações Especiais/GRS
Delegacia da Mulher/DEAM
Divisão de Pesquisa de DNA FORENSE
Delegacia de Repressão a Pequenas Infrações/DRPI

POLÍCIA MILITAR DO DF
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN/DF
DEFENSORIA PÚBLICA DO DF
SUBSECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON/DF
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA - INMETRO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE SEGURANÇA